

Demonstrações Contábeis

30 de junho de 2023



bancobv.com.br/ri





DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

em 30 de junho de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

ÍNDICE

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	3
RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA	18
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS	23
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS	
BALANÇO PATRIMONIAL	31
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	33
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	34
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	35
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	36
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	37
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS	
1. O CONGLOMERADO E SUAS OPERAÇÕES	38
2. AQUISIÇÕES, ALIENAÇÕES E REESTRUTURAÇÕES SOCIETÁRIAS	38
3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS CONSOLIDADAS	39
4. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS	43
5. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS CONTÁBEIS E JULGAMENTOS	51
6. RESULTADOS RECORRENTES E NÃO RECORRENTES	53
7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	53
8. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	54
9. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	55
10. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS - IFD	58
11. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	66
12. CARTEIRA DE CRÉDITO	67
13. OUTROS ATIVOS	74
14. ATIVOS NÃO FINANCEIROS MANTIDOS PARA VENDA	75
15. INVESTIMENTOS	75
16. IMOBILIZADO DE USO	76
17. INTANGÍVEL	77
18. DEPÓSITOS E CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO	79
19. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES	80
20. RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS	81
21. DÍVIDAS SUBORDINADAS E INSTRUMENTOS DE DÍVIDAS ELEGÍVEIS A CAPITAL	81
22. OUTROS PASSIVOS	82
23. RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	83
24. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS NÃO OPERACIONAIS	85
25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	85
26. TRIBUTOS	87
27. PARTES RELACIONADAS	90
28. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS	92
29. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES, OBRIGAÇÕES LEGAIS – FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS	92
30. GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL	95
31. MEIO AMBIENTE, SOCIAL E GOVERNANÇA - PRÁTICAS ESG	105
32. OUTRAS INFORMAÇÕES	106
33. EVENTOS SUBSEQUENTES	108

/ Relatório da Administração

30 de Junho de 2023

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas do Banco Votorantim S.A. (banco BV ou Banco) relativas ao período findo em 30 de junho de 2023, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável, e apresentados em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

/ Destaques 1S23

Resiliência no core business, avanços na estratégia de diversificação e experiência do cliente, com manutenção de balanço robusto e gestão de risco eficiente

Lucro Líquido Recorrente

R\$ 566 MM

-29,2% vs 1S22

ROE Recorrente

9,0%

vs 13,6% no 1S22

Índice de Eficiência¹

33,4%

-0,7 p.p. vs 1S22

Inadimplência 90 dias

5,4%

vs 4,3% no 1S22

Índice de Cobertura

154%

vs 203% no 1S22

Índice de Basiléia

14,7%

vs 17,1% no 1S22

Large, Corporate e Instituições Financeiras

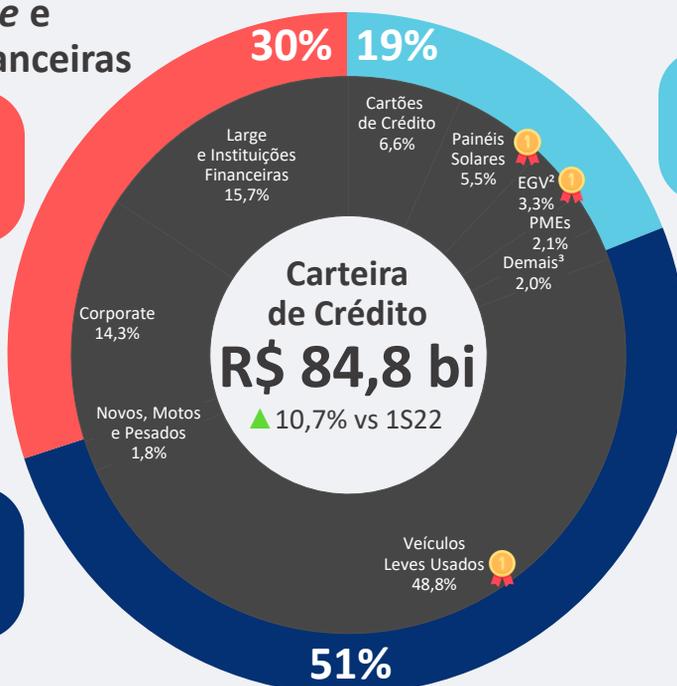
1S23
R\$ 25,5 bi

▲ 8,5% vs 1S22

Auto Finance

1S23
R\$ 42,9 bi

▲ 6,7% vs 1S22



Growth

1S23
R\$ 16,4 bi

▲ 26,9% vs 1S22

Cartões de Crédito

R\$ 5,6 bi ▲ 9,9% vs 1S22
1S23

Painéis Solares

R\$ 4,6 bi ▲ 27,5% vs 1S22
1S23

EGV

R\$ 2,8 bi ▲ 81,7% vs 1S22
1S23

PME

R\$ 1,8 bi ▲ 39,7% vs 1S22
1S23

1 – Índice de Eficiência Normalizado (excluindo investimentos no banco digital); 2 – Empréstimo com Garantia de Veículo; 3 - Inclui: crédito pessoal, consignado privado, estudantil, procedimentos médicos e crédito FGTS. 🏆 Segmento em que o BV é líder de mercado

/ Estratégia

Banco Digital

Nossa estratégia digital tem como foco a obtenção da principalidade dos nossos clientes, e é por isso que o nosso banco digital está cada dia mais completo, com produtos e serviços voltados para proporcionar aos nossos clientes a melhor experiência possível. Nossa proposta de valor sustenta a nossa estratégia de ser o principal banco e está fundamentada em quatro pilares principais:



O mundo é digital seu banco também pode ser

Nossa *home* conta com um visual amigável e fácil, onde o cliente tem maior visibilidade dos produtos oferecidos pelo BV.

Também contamos com um chat no app, altamente especializado, para atendimento aos nossos clientes.

Leve em conta **organizar** sua vida financeira com quem você já conhece e confia

Trazemos várias funcionalidades que geram recorrência no uso da conta digital (tais como pagamentos, modalidades PIX).

Nosso ecossistema mundo auto esta mais completo, com opções de pagamento de débitos veiculares diretamente do app.

Conte com a **conta BV** sempre que o mês parecer longo demais

Expandimos a oferta de crédito para os nossos clientes *core* (empréstimo pessoal).

Lançamos novos produtos de crédito: Empréstimo Fácil, Saque Aniversário FGTS e o Iniciador de Pagamento

Ecossistema BV tem proposta de valor maior do que qualquer produto isolado

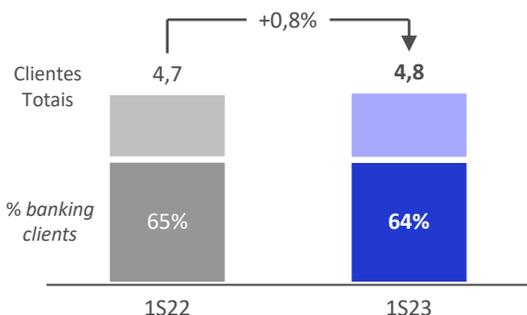
Geramos ofertas integradas para uma melhor experiência do cliente, ter tudo em um só lugar: auto, conta, cartão, seguro.

Nossos benefícios são claros e oferecemos um dos maiores cashback do mercado com diversas opções de resgate e uso.

Encerramos o primeiro semestre de 2023 com 4,8 milhões de clientes pessoas físicas sendo que 64% são clientes do banco digital (banking clients¹). A estabilidade observada no crescimento da base de clientes reflete nosso foco na busca do engajamento e principalidade dos clientes *core* (clientes BV de *consumer finance*), com ampliação da oferta de produtos e serviços no app, em conjunto com o aperfeiçoamento contínuo da experiência do cliente. Uma das métricas de engajamento, o volume transacionado² (“TPV”), segue evoluindo e alcançou R\$ 17,1 bilhões no primeiro semestre de 2023, crescendo 27,8% sobre o mesmo período do ano passado.

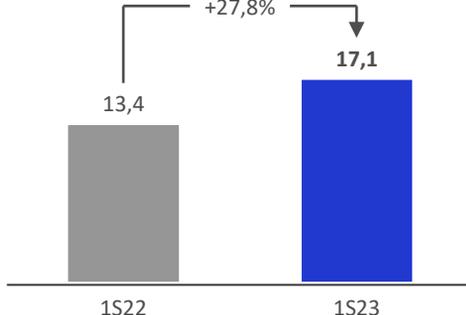
Clientes pessoas físicas e conversão *banking clients*¹

(em milhões e %)



Volume transacionado² (TPV)

(em R\$ bilhões)



1 - Possuem a conta digital e/ou cartão; 2 - Inclui gastos com débito, crédito, TED, DOC e PIX;

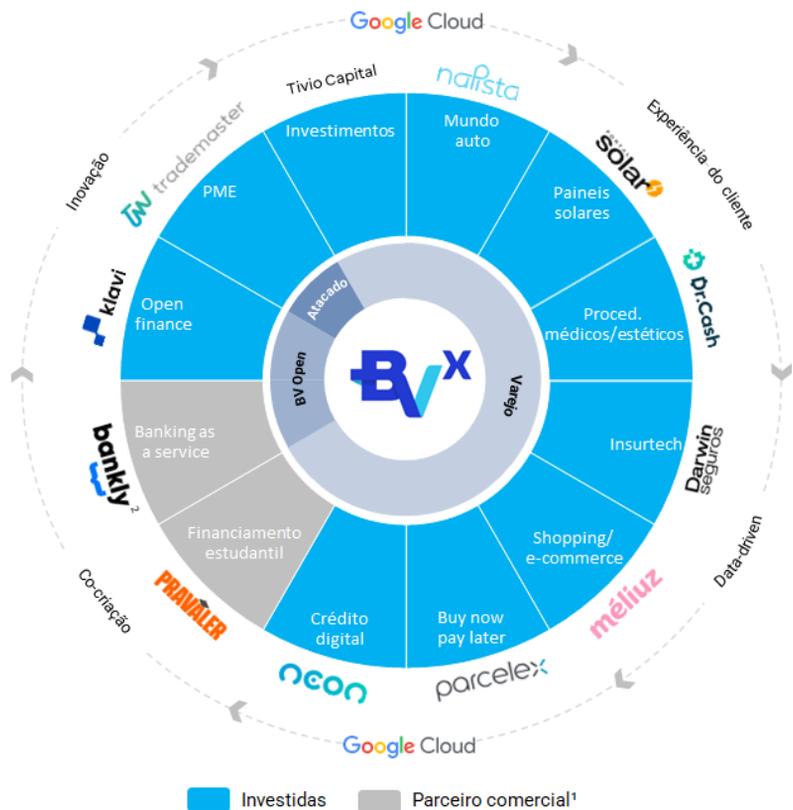
/ Estratégia

BVx: Ecosystema de inovação e parcerias digitais do BV

A estratégia digital do banco BV passa pela busca incessante de melhores serviços e experiências aos nossos clientes, sempre tendo a inovação como ferramenta. O BV consolida e concentra todas as iniciativas de inovação e parcerias digitais no ecossistema BVx, atuando nas seguintes frentes: inovação aberta, conexão com o ecossistema, dinheiro do futuro, Inteligência Artificial, CVC (Corporate Venture Capital), BaaS (Banking as a Service) e Open Finance.

Na frente de *Corporate Venture Capital* temos investidas diretas e parcerias para co-criação e *lead*/distribuição de produtos. Ao fim do 1S23 contávamos com cerca de 30 empresas inovadoras enriquecendo nosso ecossistema. Ao lado, apresentamos uma visão não-exaustiva do nosso ecossistema.

Seguimos firmes na parceria com a **Méliuz** anunciada em dezembro de 2022, que vem para fortalecer nossos *skills* em atração e engajamento de clientes. **O plano de integração da conta corrente e cartão de crédito BV no app da Méliuz apresentou grandes avanços no 1º semestre: atualmente todas as novas contas abertas já são contas corrente BV e ultrapassamos a marca de 8 mil cartões de crédito emitidos.** O desafio para o 2º semestre será a integração de novos produtos como CDB e seguros no aplicativo Méliuz e o início dos desenvolvimentos do shopping Méliuz *white label* na nossa experiência de banco digital BV.



BV Open Platform

O BV Open Platform é a frente que desempenha um importante papel em nossa estratégia de diversificação de receitas, atuando como canal de distribuição dos nossos serviços. O BV Open Platform é um importante avanço da tecnologia aqui no banco BV e permite que mais empresas possam fazer parte do mercado financeiro a partir do conceito de open banking. Oferecemos aos nossos parceiros e clientes as seguintes soluções via APIs: Banking as a Service (BaaS), Credit as a Service (CaaS) e Investment as a Service (IaaS). Encerramos o 2T23 com mais de 100 parceiros³ dos mais variados segmentos como educação, energia, saúde e e-commerce conectados e utilizando nossos serviços de plataforma. As transações⁴ realizadas em nossa plataforma Banking as a Service (BaaS) atingiram 112 milhões no 1S23.



+100

parceiros utilizando nossas soluções integráveis por APIs

+112mm

transações realizadas em nossa plataforma Banking as a Service no 1S23

/ Estratégia

BVx: Ecossistema de inovação e parcerias digitais do BV

Acreditamos que uma estratégia de inovação deve conter múltiplas iniciativas simultâneas com o ecossistema, com os mais variados focos e formatos. Além da inovação implementada por investimentos e/ou parcerias estratégicas descritas anteriormente, nosso Laboratório de Inovação e Open Finance utiliza tecnologia, dados e o poder do ecossistema para criar protótipos e experimentar novas soluções inovadoras na indústria financeira.

Durante os primeiros meses do ano nos candidatamos para fazer parte do projeto Piloto Real Digital do Banco Central e estamos entre as 14 instituições selecionadas para a fase de testes que servirá para avaliar os benefícios das operações feitas com ativos tokenizados. Essa participação nos ajudará a desenvolver infraestrutura tecnológica, capacitação dos colaboradores e posicionamento da marca como uma instituição relevante no marco histórico do sistema financeiro brasileiro.



Também estamos recorrentemente marcando presença nos principais eventos do ecossistema de inovação e em Abril de 2023 participamos como patrocinadores da edição Brasil do *South Summit*, evento que reúne o ecossistema global empreendedor de inovação e este ano aconteceu na cidade de Porto Alegre. No evento, lançamos o Programa de Inovação Aberta (PIA), iniciativa voltada para as startups com o objetivo de catalisar soluções que ajudem o BV a resolver os principais desafios do dia a dia de um banco e os temas prioritários do programa são: desenvolvimento de novos produtos e serviços; melhoria da experiência do cliente e aumento de eficiência. O PIA contou com 8 desafios lançados ao mercado e gerou um total de 147 startups inscritas no programa. Por fim, também participamos como patrocinadores da primeira edição do evento *Websummit* no Brasil, que aconteceu no Rio de Janeiro, no qual contamos com um estande do BV e circularam cerca de 300 pessoas por dia para acompanhar painéis de conteúdos exclusivos, além da participação de mais de 30 colaboradores do BV.

E não podemos falar em inovação sem falar de dados. Para fomentar ainda mais o uso de dados no BV, lançamos aos nossos clientes de cartões a possibilidade de aumentarem seu limite de crédito aderindo ao *Open Finance*. Após análise do histórico financeiro, clientes elegíveis recebem aumento do limite de crédito e até o momento 34% dos clientes beneficiados usaram este limite adicional, o que demonstra a capacidade de personalização de produtos com os dados do *Open Finance*.

A utilização de dados do *Open Finance* nos abriu também uma oportunidade de inovarmos a partir do lançamento do demonstrativo de emissões de CO². Passamos a oferecer aos nossos clientes de cartões uma comunicação por e-mail, com o valor total de emissões de CO², dióxido de carbono, associadas aos dados de compras do último mês. É a primeira vez no mercado financeiro brasileiro que uma instituição passa a utilizar dados de *Open Finance* para cálculo da difusão de gases nocivos ao meio ambiente, reafirmando o nosso compromisso com a agenda de Inovação e ESG. O envio dos avisos será gradual e os titulares serão informados aos poucos sobre o saldo.

Também inovamos com o lançamento do iniciador de pagamentos, funcionalidade que permite que nossos clientes façam transferências de dinheiro de outra instituição para o banco BV, direto pelo nosso app. O Iniciador de Pagamentos é mais uma ferramenta tecnológica cheia de benefícios trazida também pelo *Open Finance* para melhorar o dia a dia de transações financeiras dos brasileiros.

A atuação do banco nestas diferentes frentes reforça nosso DNA de estabelecer parcerias de sucesso. Entendemos que a indústria financeira tem passado por uma profunda transformação e continuará sendo inundada por novas tecnologias e soluções, e nesse contexto nossas plataformas de inovação são essenciais para manter o ritmo de crescimento e diversificação do BV.

/ Estratégia

Centralidade do Cliente

Em 2019, iniciamos uma jornada de reposicionamento da nossa marca no qual buscamos desenvolver e fortalecer cada vez mais uma cultura empreendedora, que enfatize o compromisso de cuidar de nossos clientes e atendê-los com suporte de alta qualidade de tal forma que o resultado desse posicionamento reforce o nosso propósito como instituição: tornar mais leve a vida financeira de pessoas e empresas.

Essa estratégia tem nos proporcionado resultados que vão muito além do que esperávamos. Estamos orgulhosos em poder compartilhar que pela primeira vez, **o banco BV entrou para o ranking das 100 marcas mais valiosas do Brasil, ocupando a 55ª posição.** Essa conquista é resultado de nossa estratégia sólida de reposicionamento de marca, foco no desenvolvimento dos produtos e dedicação em proporcionar a melhor experiência aos nossos clientes.

Tão leve e tranquilo que estreamos no
Brand Finance Brasil 100



Leve para a vida

Dedicação, foco no resultado e evolução.

Nosso forte relacionamento com o ecossistema de inovação contribui para sermos um banco altamente reconhecido em levar inovação para os clientes. Temos buscado aprimorar cada vez mais nosso relacionamento com os clientes fazendo o uso de tecnologias direcionadas à: (i) melhorias nos canais; (ii) treinamento das equipes de atendimentos e; (iii) ofertas de produtos e serviços contextualizados e personalizados. Esse posicionamento vêm contribuindo significativamente para o aumento na satisfação dos clientes.

Os resultados não tardaram a aparecer: o BV figura continuamente com um dos **menores índices de reclamações** entre os principais bancos do país no **ranking do Banco Central**.

Na plataforma **Consumidor.gov.br**, encerramos o semestre com a **melhor nota de atendimento no setor bancário**. Além disso, ocupamos a 3ª posição em relação a resolutividade entre os grandes bancos, com índice de solução acima da média de mercado.

Também seguimos evoluindo no NPS (*Net Promoter Score*) transaccional nos diversos canais de interação com nossos clientes. Esses avanços são reflexo das melhorias da experiência do cliente na utilização do aplicativo BV e na condução do atendimento ao cliente por um time altamente especializado, que implementou ações de melhoria contínua nas operações aumentando a resolutividade e assertividade no canal de atendimento ao consumidor. No atendimento ao cliente, encerramos o 2T23 com NPS médio de 77, contra 71 no 2T22. No setor de cobrança, o NPS médio foi de 76 no 2T23, comparado a 72 no 2T22. Por fim, nosso NPS de ouvidoria tem performado dentro da zona de excelência em todos os meses de 2023, encerrando o 2T23 em 85 (vs 76 no 2T22).

77 | NPS
Atendimento ao Cliente
vs 71 no 2T22

76 | NPS
Cobrança
vs 72 no 2T22

85 | NPS
Ouvidoria
vs 76 no 2T22

/ Estratégia

Agenda ESG

Nossa aspiração de sustentabilidade é “Fomentar o desenvolvimento social por meio de uma atuação sustentável com nosso ecossistema”. Para fortalecer o nosso comprometimento aspiracional e sustentável, em maio de 2021 lançamos nossos “Compromissos 2030 para um futuro mais leve”. Nele assumimos cinco metas públicas com o objetivo de nos aproximarmos dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU e que estão em linha com o Pacto Global, do qual somos signatários. Os compromissos 2030 estão alinhados com nossas aspirações e pautados em três pilares de atuação (i) neutralizar nosso impacto ambiental; (ii) acelerar a inclusão social e; (iii) mobilizar recursos para fomentar negócios sustentáveis. As metas assumidas nos Compromissos 2030 para um futuro mais leve são:

NEUTRALIZAR NOSSO IMPACTO AMBIENTAL



ACELERAR A INCLUSÃO SOCIAL



MOBILIZAR RECURSOS PARA NEGÓCIOS SUSTENTÁVEIS

1. Efetuar **100% DA COMPENSAÇÃO DE CO2 DO NOSSO PRINCIPAL NEGÓCIO**, o financiamento de veículos usados
2. Compensar 100% das **EMISSIONES DE GEE¹ DIRETAS DO BV**
3. **ATINGIR 50% DE CARGOS DE LIDERANÇA** ocupados por pessoas que se identifiquem com o **GÊNERO FEMININO**
4. Garantir participação de **35% DE NEGROS** no quadro de colaboradores do BV
5. Financiar e distribuir em mercado de capitais **R\$ 80 BILHÕES PARA NEGÓCIOS ESG**

No 1S23, destacamos as seguintes iniciativas e realizações dentro de nossa agenda ESG:

Doar Sonhos: Impulsione a transformação social por meio da inovação!

Fomentar o desenvolvimento social por meio de uma atuação sustentável com nosso ecossistema é a nossa aspiração. Por isso, contamos com iniciativas voltadas a aquisição de créditos de carbono, além de programas de investimento social privado, incentivando quem apoia diferentes projetos culturais, sociais e esportivos como ferramenta de inclusão.

Uma das instituições que conta com o nosso apoio é o IPG (Instituto Próxima Geração), que tem como foco fomentar a formação e o desenvolvimento de cidadãos, proporcionando um futuro melhor para as crianças por meio da prática do tênis.

Em uma iniciativa inédita do mercado, e em parceria com a Betablocks, estamos lançando uma plataforma inovadora de doação baseada em Blockchain: o Doar Sonhos. Através dela, todos os nossos colaboradores poderão doar para o nosso instituto parceiro e adquirir um NFT Social, que poderá ser usado para resgatar experiências exclusivas.

Doar Sonhos

Contribua com institutos sociais e seja presenteado com o NFT Social

Ajude na transformação social e receba seu NFT Social registrado em blockchain para ter experiências exclusivas.

[Doe Agora](#)



/ Estratégia

Agenda ESG

Compensamos 100% do CO² emitido pelos que veículos que financiamos

Desde 1º de janeiro de 2021, todos os veículos financiados pelo banco BV tem as suas emissões de CO² compensadas. Já contamos com mais de 2,9 milhões de toneladas de CO² compensadas dos veículos financiados desde o início do programa até junho de 2023.

Crescemos 49% no financiamento de veículos híbridos e elétricos

Registramos um crescimento de 49% no financiamento de veículos híbridos e elétricos na comparação 1S23 vs 1S22. Os números refletem que temos cada vez mais consumidores e indústrias ativos nas pautas socioambientais e reforçam o posicionamento do BV em apoio as causas ESG.

Estamos em posição de destaque em pesquisa que avalia qualidade das práticas ESG

Fomos destaque na pesquisa “Melhores para o Brasil” realizada pela Humanizadas, a primeira empresa de avaliação em ESG. De acordo com a pesquisa, o BV atingiu percentuais positivos acima da média do mercado em todos os indicadores. A pesquisa serve como um índice de qualidade das práticas de uma instituição e podem ser utilizados por diferentes atores: investidores e fundos de investimento, colaboradores, governança e gestão, parceiros de negócios, clientes, consumidores e sociedade.

Somos parte da Coalizão Empresarial pelo Fim da Violência contra Mulheres

Nos tornamos signatários da Coalizão Empresarial pelo Fim da Violência contra Mulheres. O movimento é uma união de esforços e recursos do setor privado, espontânea e colaborativa, para gerar impacto social por meio da conscientização e mobilização em favor do fim da violência contra pessoas do gênero feminino.

Negócios Sustentáveis

Em linha com nosso compromisso de mobilizar recursos para fomentar negócios sustentáveis, desde o início de 2021 até o encerramento do 1S23 financiamos e distribuimos R\$ 18,3 bilhões para negócios ESG no varejo e no atacado. Nossa meta é chegar a R\$ 80 bilhões até 2030.

Leve o Sol pra sua casa!

E se você pudesse economizar e ainda dar aquela força para a natureza? A energia solar é a resposta e a nossa nova campanha de financiamento para energia solar vem aí para esclarecer dúvidas e fomentar ainda mais esse tema. O objetivo dessa nova campanha, que teve início na primeira semana de julho, é trazer mais conhecimento sobre os benefícios e vantagens da contratação do financiamento de painéis solares.

Afinal, nós somos líderes no financiamento de painéis solares para residências e pequenos empreendimentos além de incentivarmos projetos sociais e fomentarmos negócios sustentáveis e, agora, vamos contar que financiar energia solar com o BV além de ser simples e prático é uma das melhores alternativas para o meio ambiente. Para falar sobre o nosso financiamento Solar, contaremos com conteúdos proprietários no UOL e InfoMoney, além de um grupo de influenciadores que trarão nas suas redes sociais mais detalhes sobre os benefícios das placas solares para uma geração de energia mais limpa e sustentável.



/ Estratégia

Agenda ESG

21 de junho: dia do Skate

Dia 21 de junho foi dia de celebrar o Dia do Skate, afinal somos o banco do skate brasileiro. E comemoramos nossa parceria com a modalidade no melhor estilo possível, recebendo em nosso escritório principal Yndiara Asp e Murilo Peres, atletas BV do skate park. Eles nos ajudaram a contar a um pouco da trajetória do BV com esse esporte que vem evoluindo por aqui e no mundo.

Durante esses cinco anos de muito trabalho e impacto, apoiamos campeonatos, como o PAM AM, da nossa craque Pâmela Rosa, e o STU, reformamos pistas pelo Brasil e ajudamos a levar o esporte para outro nível. E não paramos por aí, ano passado ainda lançamos o cartão especial dos skatistas, que contou com uma arte escolhida pelo público para você e todos nossos atletas carregarem por aí o orgulho de ser BV com um estilo único.



Governança Corporativa

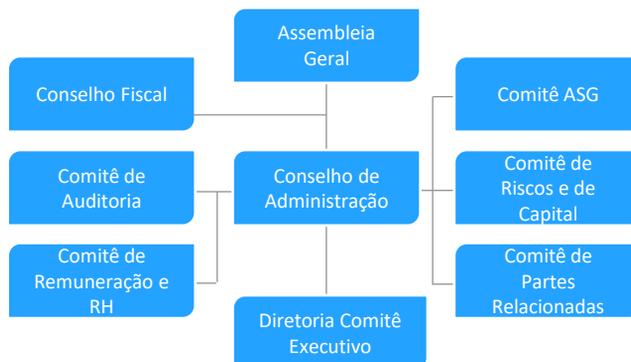
O banco BV tem uma estrutura organizacional que observa a legislação e regulamentação em vigor no Brasil e está alinhada às melhores práticas de mercado, comprometendo-se com os princípios de transparência, equidade, prestação de contas e de responsabilidade corporativa, bem como adota padrões de boas práticas em linha com as Leis Anticorrupção e de responsabilidade social, ambiental e climática.

Contamos com uma base sólida de acionistas, formada pela Votorantim Finanças S.A., holding financeira do Grupo Votorantim S.A., e pelo Banco do Brasil S.A., uma das maiores instituições financeiras do Brasil, com mais de 200 anos de experiência. Os organogramas a seguir apresentam a Estrutura Acionária e os Órgãos de Governança Corporativa do BV, respectivamente:

Estrutura acionária



Órgãos de Governança



O controle do banco BV é compartilhado entre os acionistas Votorantim Finanças e Banco do Brasil, os quais possuem participação paritária no Conselho de Administração (CA). O CA é composto por 7 membros, sendo 3 membros indicados por cada um dos acionistas controladores e 1 membro independente. As decisões do órgão são tomadas por maioria absoluta, inexistindo voto de qualidade. Na Assembleia Geral realizada em abril de 2023, houve eleição dos membros indicados pelos acionistas com mandato até a Assembleia de 2025, não tendo sido provido temporariamente o cargo de membro independente, que será preenchido oportunamente.

/ Negócios

Portfólio Diversificado de Negócios



Auto Finance

- **Liderança** no segmento de leves usados
- **Capilaridade:** +25 mil revendas, parceiros digitais
- **Inovação e transformação digital**
- Esteira de contratação **100% digital**
- **97%** das análises automáticas

Liderança no financiamento de veículos leves usados

Large, Corporate e IFs¹

Corporate Banking:

- **Corporate** (> R\$ 300 milhões)
- **Large Corporate** (> R\$ 1,5 bilhão)
- **Instituições Financeiras**

Expansão no segmento Corporate +13%

Growth

- **Cartão de crédito:** portfólio de cartões: BV Livre, BV Mais e BV Único. Bandeiras Mastercard, Visa e Elo. Carteira cresceu 9,9% vs 1S22



- **Painéis Solares:** liderança no segmento. Carteira cresceu 27,5% vs 1S22

- **PME:** atuação majoritária em antecipação de recebíveis. Carteira cresceu +39,7% vs 1S22

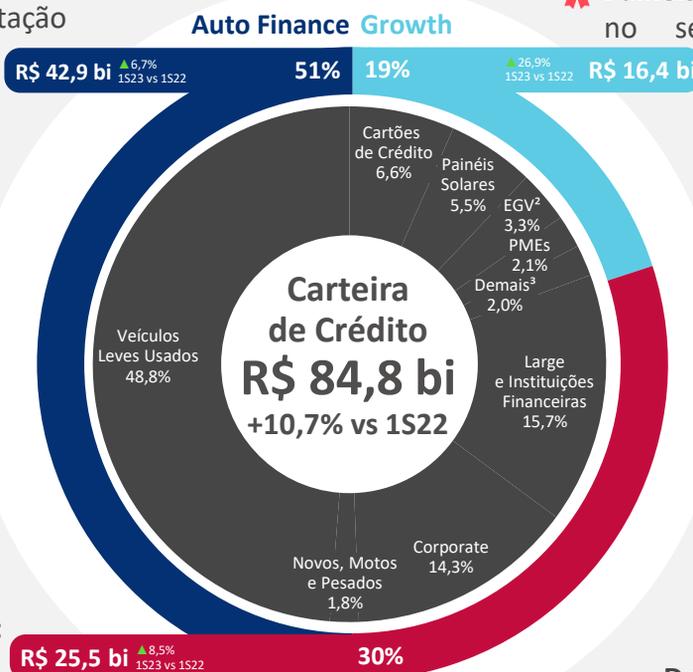


- **EGV:** liderança no segmento. Carteira cresceu 81,7% vs 1S22

- **Demais empréstimos³**

BV Open Platform

Inclui nossa plataforma BaaS (Banking as a Service), CaaS (Credit as a Service) e IaaS (Investment as a Service)



O BV consolida e concentra todas as iniciativas de inovação e parcerias digitais no ecossistema BVx, atuando nas seguintes frentes: inovação aberta, conexão com o ecossistema, dinheiro do futuro, Inteligência Artificial, CVC (Corporate Venture Capital), BaaS (Banking as a Service) e Open Finance.

/ Resultados

Reconciliação entre Resultado Contábil e Gerencial

Visando uma melhor compreensão e análise do desempenho do Banco, as explicações desse relatório são baseadas na Demonstração Gerencial do Resultado, que considera algumas realocações gerenciais realizadas na Demonstração do Resultado Societário auditado. Essas realocações referem-se a:

- Despesas relacionadas a provisões (cíveis, trabalhistas e fiscais) realocadas de “(Provisão) / reversão para passivos contingentes” e “Despesas de Pessoal” para “Outras Receitas (Despesas)”
- Custos e receitas operacionais da controlada Promotiva S.A. realocados de “Outras receitas/(Despesas)” para “Receitas de Prestação de Serviços”. A partir de 2023, este ajuste deixou de existir devido à alienação da totalidade das ações da Promotiva realizada em dez/2022;
- “Descontos concedidos” realocados da “Margem Financeira Bruta” para “Custo de Crédito”
- Custos diretamente relacionados à geração de negócios realocados de “Despesas Administrativas” para “Outras Receitas/(Despesas)”

Além dos ajustes gerenciais descritos acima, os números apresentados nesta seção do Relatório seguem a visão dos Resultados Recorrentes Gerenciais. Para uma análise em detalhes dos números apresentados a seguir, recomendamos a leitura deste documento em conjunto com o Relatório Gerencial de Resultados (RGR) do 2T23, disponível em nosso site de Relações com Investidores (<https://ri.bv.com.br/>).

DRE (R\$ M)	1S23 Contábil	Efeitos não Recorrentes	Reclassificações Gerenciais	1S23 Gerencial
Receitas totais (i + ii)	4.374	0	730	5.104
Margem Financeira Bruta (i)	3.394	0	731	4.125
Receita de prestação de serviços e corretagem (ii)	980	0	(0)	979
Custo de crédito	(1.455)	0	(763)	(2.218)
Outras Receitas/Despesas	(2.345)	1	32	(2.311)
Despesas de pessoal e administrativas	(1.824)	0	315	(1.509)
Despesas tributárias	(276)	0	0	(276)
Outras receitas (Despesas)	(245)	1	(283)	(527)
Resultado antes da tributação sobre o Lucro	573	1	0	574
Imposto de renda e contribuição social	85	0	0	85
Participação de não controladores	(93)	0	0	(93)
Lucro Líquido Recorrente	565	1	0	566

/ Resultados

Principais Indicadores

Resultados (R\$ mm)	1S22	1S23	Δ%
Receitas totais (margem financeira + receita de serviços e tarifas)	4.898	5.104	4,2%
Margem financeira bruta	4.017	4.125	2,7%
Receita de prestação de serviços e com tarifas	881	979	11,2%
Custo de crédito	(1.293)	(2.218)	71,6%
Despesas administrativas e de pessoal (inclui PLR)	(1.533)	(1.509)	-1,5%
Lucro Líquido Recorrente	800	566	-29,2%
Lucro Líquido Contábil	800	565	-29,4%

Balanço Patrimonial (R\$ mm)	1S22	1S23	Δ%
Total de ativos	121.936	138.418	13,5%
Carteira de crédito ampliada	76.592	84.762	10,7%
Segmento Atacado	24.721	27.207	10,1%
Segmento Varejo	51.871	57.555	11,0%
Recursos captados	82.852	87.873	6,1%
Patrimônio líquido	14.774	13.773	-6,8%
Índice de Basileia (%)	17,1%	14,7%	-2,5 p.p.
Índice de Capital Nível I (%)	15,8%	13,5%	-2,3 p.p.
Índice de Capital Principal (%)	13,7%	12,6%	-1,1 p.p.

Indicadores de Desempenho (%)	1S22	1S23	Δ%
Retorno sobre Patrimônio Líquido Médio ¹ (ROAE)	13,6%	9,0%	-4,7 p.p.
Retorno sobre Ativo Total Médio ² (ROAA)	1,3%	0,9%	-0,5 p.p.
Net Interest Margin ³ (NIM) - Clientes	10,2%	9,7%	-0,5 p.p.
Net Interest Margin ⁴ (NIM) - Clientes + Mercado	7,6%	7,0%	-0,6 p.p.
Índice de Eficiência (IE) – acumulado 12 meses ⁵	38,0%	37,8%	-0,2 p.p.
Índice de Eficiência Normalizado ⁶ (IE) – acumulado 12 meses ⁵	34,2%	33,4%	-0,7 p.p.
Inadimplência (acima de 90 dias)	4,3%	5,4%	1,1 p.p.
Índice de Cobertura (acima de 90 dias)	203%	154%	-48,9 p.p.

Outras Informações	1S22	1S23	Δ%
Colaboradores ⁶ (quantidade)	4.571	4.255	-6,9%

1. Quociente entre o lucro líquido e o patrimônio líquido médio do período. Anualizado; 2. Quociente entre o lucro líquido e os ativos totais médios do período; Anualizado; 3. Quociente entre a margem financeira bruta com Clientes e os ativos médios sensíveis à spreads do período. Anualizado; 4. Quociente entre a margem financeira bruta e os ativos rentáveis médios do período. Anualizado; 5. IE = despesas de pessoal (não considera demandas trabalhistas) e administrativas / (margem financeira bruta + receita de serviços e tarifas + outras receitas operacionais + outras despesas operacionais – despesas tributárias); 6. Não considera estagiários e estatutários.

/ Resultados

Resultados 1S23

Lucro Líquido Recorrente e ROE Recorrente

Lucro líquido recorrente atingiu R\$ 566 milhões no 1S23, queda de 29,2% em relação ao mesmo período de 2022, equivalente a um retorno anualizado sobre o patrimônio líquido (ROE recorrente) de 9,0% a.a., comparável a R\$ 800 milhões e ROE de 13,6% a.a. no primeiro semestre do ano anterior. A queda na rentabilidade ante o 1S22 reflete, principalmente, o aumento no custo de crédito devido ao maior provisionamento no portfólio do varejo, segmento que continua sendo impactado pelas condições econômicas adversas, sobretudo pelo elevado comprometimento de renda das famílias, além das taxas de juros que se mantém em patamares elevados. Vale destacar as revisões e ajustes na política de crédito que implementamos para fazer frente ao atual ciclo de crédito, o que já reflete nos níveis de inadimplência das novas safras.

Receitas Totais

O total de receitas (que equivale à soma da margem financeira bruta mais as receitas com serviços e seguros) atingiu R\$ 5,1 bilhões no 1S23, 4,2% superior ao 1S22, quando somou R\$ 4,9 bilhões. A margem financeira bruta cresceu 2,7% frente ao mesmo período do ano anterior e as receitas de serviços e corretagem de seguros cresceram 11,2%, refletindo a melhora na originação no mercado de financiamento de veículos, com reflexos nas receitas de confecção de cadastro e avaliação de bens, além das maiores receitas advindas de corretagem de seguros.

Margem Financeira Bruta

A margem financeira bruta cresceu 2,7% em relação ao 1S22, para R\$ 4,1 bilhões. A margem financeira com clientes alcançou R\$ 3,7 bilhões, 4,8% acima da margem registrada no mesmo período do ano passado. O crescimento da margem de clientes reflete o crescimento da carteira de crédito, além do efeito mix influenciado pelo maior conservadorismo na política de crédito e maior seletividade na concessão com foco maior em produtos com garantia. O NIM clientes¹ registrou queda de 50 bps em relação ao 1S22, encerrando o semestre em 9,7%. A margem financeira com o mercado recuou 13,7% contra o 1S22, de R\$ 456 milhões para R\$ 393 milhões. A queda na margem financeira com o mercado é explicada pelo resultado de posições estruturais de hedge, bem como aplicação do patrimônio líquido. O desempenho da margem com o mercado no período reflete a adoção de uma gestão conservadora com foco em proteger o balanço do banco em cenários de maior volatilidade.

Custo de Crédito

O custo de crédito cresceu 71,6% em relação ao 1S22, para R\$ 2,2 bilhões. O custo de crédito sobre carteira de crédito ampliada aumentou de 3,4% no 1S22 para 5,3% no 1S23. A alta observada no 1S23 reflete: (i) maiores despesas de provisões para créditos de liquidação duvidosa nos negócios de Varejo, segmento que continua sendo impactado pelas condições econômicas adversas, sobretudo pelo elevado comprometimento de renda das famílias e; (ii) o crescimento contínuo da carteira de crédito do Varejo, além do efeito mix com maior crescimento em cartões, produto sem garantia que gera maiores receitas do que a média do portfólio, equilibrando assim a relação risco/retorno.

Despesas Administrativas e de Pessoal

As despesas administrativas e de pessoal, excluindo depreciação e amortização, caíram 3,8% na comparação semestral, para R\$ 1,36 bilhão. No período, houve queda de 7,4% nas despesas com pessoal explicado por: (i) redução no quadro de colaboradores devido ao nosso programa de eficiência, além dos ajustes realizados para fazer frente ao ambiente macro mais desafiador, e; (ii) menores despesas com remuneração variável devido à deterioração do cenário macro, com reflexos nos resultados do banco. As despesas administrativas (excluindo depreciação e amortização), por sua vez, cresceram 1,4% no 1S23, refletindo principalmente o aumento nas despesas com serviços técnicos especializados.

/ Resultados

Resultados 1S23

Índice de Eficiência

O Índice de Eficiência (“IE”) encerrou o 1S23 em 37,8%, 0,2 p.p. abaixo do IE do 1S22. A queda observada contra o primeiro semestre de 2022 reflete o programa de eficiência do banco, incluindo investimentos estruturantes que o BV vem realizando, principalmente em tecnologia e dados. Também contribuiu as maiores receitas, tanto da melhora da margem financeira, quanto das receitas de serviços e corretagem de seguros. Eficiência segue sendo pilar fundamental na estratégia do banco BV, evidenciado pelo saudável nível do IE de 33,4% quando excluímos os investimentos no banco digital.

Carteira de Crédito

A carteira de crédito ampliada encerrou o primeiro semestre de 2023 em R\$ 84,8 bilhões, crescimento de 10,7% quando comparada ao mesmo período de 2022, com expansão de 11,0% no Varejo e 10,1% no Atacado.

Varejo

A carteira do Varejo cresceu 11,0% em relação ao 1S22, para R\$ 57,6 bilhões, apresentando avanços importantes na agenda de diversificação, com destaque para financiamento de painéis solares (+27,5% vs 1S22), empréstimos com garantia de veículo (+81,7% vs 1S22) e cartões de crédito (+9,9% vs 1S22). Esse portfólio encerrou o semestre em R\$ 14,7 bilhões, crescimento de 25,5% na comparação com o 1S22. Já o nosso principal negócio, financiamento de veículos, tem registrado melhora na originação, apesar do ambiente macro ainda desafiador. A carteira de veículos encerrou o semestre em R\$ 42,9 bilhões, crescimento de 6,7% vs 1S22.

Atacado

No Atacado, também tivemos avanços importantes na estratégia de maior diversificação e pulverização do risco da carteira e incremento de rentabilidade do portfólio. A carteira ampliada cresceu 10,1% vs 1S22, para R\$ 27,2 bilhões. A expansão observada reflete oportunidades identificadas num cenário de baixa atividade do mercado de capitais em 2023, com destaque para o crescimento de 12,9% no segmento Corporate. Além disso, a carteira PME’s cresceu 39,7% na comparação semestral, em linha com nossa estratégia de expansão no segmento, com foco em produtos com garantia (desconto de recebíveis).

Inadimplência 90-dias

A inadimplência acima de 90 dias passou de 4,3% no 1S22 para 5,4% no 1S23. A alta de 1,1 p.p. no período reflete o aumento da inadimplência na carteira do Varejo, segmento que segue pressionado pelo ambiente macro, sobretudo pelo elevado comprometimento de renda das famílias e elevadas taxas de juros no país. Vale destacar as revisões e ajustes na política de crédito que implementamos para fazer frente ao cenário econômico adverso, o que já reflete nos níveis de inadimplência das novas safras. A inadimplência do atacado segue em suas mínimas históricas, encerrando o semestre em 0,3%.

Funding e Liquidez

O total de recursos captados alcançou R\$ 87,9 bilhões ao final do 1S23, com instrumentos estáveis de captação representando 55,8% do funding total. O banco BV tem mantido sua liquidez em patamares bastante conservadores. O indicador de liquidez LCR (*Liquidity Coverage Ratio*), cujo objetivo é mensurar a liquidez de curto prazo num cenário de estresse, encerrou o período em 182%, comparado a 216% no primeiro semestre de 2022. Vale destacar que o mínimo regulatório requerido pelo Banco Central é de 100% para este indicador.

Capital

O Índice de Basileia encerrou o 1S23 em 14,7%, comparado a 17,1% no 1S22. A queda observada é explicada principalmente pelo exercício, em dezembro/22, da opção de recompra do instrumento de dívida subordinada perpétuo emitido no exterior, compensado parcialmente pela emissão local de capital complementar realizada durante o 3T22. O Capital Nível I totalizou 13,5% com 12,6% de Capital Principal e 0,9% de Capital Complementar.

/ Agradecimentos

Agradecemos aos clientes, parceiros, investidores e acionistas pela confiança e aos colaboradores pelo contínuo empenho e dedicação.

Conselho de Administração

Membro	Cargo
João Schmidt	Presidente
Tarciana Medeiros	Vice-Presidente
Felipe Prince	Conselheiro
Francisco Lassalvia	Conselheiro
Jairo Sampaio Saddi	Conselheiro
Mauro Ribeiro Neto	Conselheiro

Diretoria

Membro	Cargo
Gabriel Ferreira	Diretor Presidente
Alberto Campos	Diretor Executivo
Ana Paula Tarcia	Diretora Executiva
Carlos Bonetti	Diretor Executivo
Flávio Suchek	Diretor Executivo
Ricardo Sanfelice	Diretor Executivo
Roberto Jábali	Diretor Executivo
Rogério Monori	Diretor Executivo
Ronaldo Helpe	Diretor Executivo
Alexandre Zimath	Diretor
Claudia Furini	Diretora
Marcella Coimbra	Diretora
Marcelo Kenji	Diretor
Walter Batlouni Jr.	Diretor
Daniel Monteiro ¹	Diretor

Comitê de Auditoria

Membro	Cargo
Rudinei dos Santos	Coordenador
José Danubio Rozo	Membro
Rodrigo Nogueira	Membro

Conselho Fiscal

Membro	Cargo
Daniel Alves Maria	Presidente
Alexandre Ibrahim	Conselheiro
Patricia Tsukamoto	Conselheiro

Contador

Rodrigo Morais	CRC SP: 1SP220814/o-6
----------------	-----------------------

1 - Diretores de sociedades controladas pelo banco BV.

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria do Banco Votorantim S.A.



1º Semestre de 2023

I. INTRODUÇÃO

Este relatório refere-se ao primeiro semestre de 2023 e contempla os eventos considerados relevantes aos propósitos do Comitê de Auditoria do Banco Votorantim S.A. ("Banco") ocorridos até a presente data.

O Comitê de Auditoria ("Comitê" ou "COAUD") é um órgão estatutário, disciplinado pela Resolução do Conselho Monetário Nacional ("CMN") 4.910/2021, Resolução BCB 130/21, pelo Estatuto Social do Banco e por seu Regimento Interno.

No primeiro semestre de 2023, o Comitê atuou com três membros, sendo um indicado pelo acionista Banco do Brasil S.A. (Rodrigo Santos Nogueira), um indicado pela acionista Votorantim Finanças S.A. (José Danúbio Rozo) e um indicado de comum acordo entre os acionistas (Rudinei dos Santos).

Em 15/06/2023, o Conselho de Administração aprovou a indicação de Patricia Siqueira Varela como membro do Comitê, em substituição a José Danúbio Rozo, que permanece no cargo até a posse da nova integrante do Comitê.

O Banco optou, conforme faculta o artigo 9, parágrafo 4º, I da Resolução CMN 4.910/2021, pela constituição de comitê de auditoria único para o Banco e sociedades controladas (Banco BV S.A., BV Corretora de Seguros S.A., BV Empreendimentos e Participações S.A. e BVIA – BV Investimentos Alternativos e Gestão de Recursos S.A.), em conjunto denominados "Conglomerado". Portanto, as atividades aqui relatadas, as recomendações feitas e as opiniões emitidas pelo Comitê abrangem o escopo do Conglomerado.

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria do Banco Votorantim S.A.



1º Semestre de 2023

Em conformidade com o Estatuto Social do Banco e seu Regimento Interno, o Comitê de Auditoria tem como atribuições principais, além de outras previstas na legislação ou designadas pelo Conselho de Administração, avaliar a efetividade do sistema de controles internos, revisar as demonstrações contábeis previamente a sua publicação, avaliar a efetividade das auditorias interna e independente, exercer suas atribuições e responsabilidades junto às sociedades controladas pelo Banco que aderiram ao Comitê de Auditoria único.

As administrações do Banco e de suas sociedades controladas são responsáveis por elaborar e garantir a integridade das demonstrações contábeis, gerir os riscos, manter sistema de controles internos efetivo e consistente e zelar pela conformidade às normas legais e regulamentares.

A Auditoria Interna tem como missão prover os acionistas, o Conselho de Administração e a Diretoria com avaliações independentes, imparciais e tempestivas sobre a efetividade do gerenciamento dos riscos, a adequação dos controles e cumprimento de normas e regulamentos associados às operações do Conglomerado.

A PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (“PwC”) é a empresa responsável pela prestação dos serviços de auditoria das demonstrações contábeis, a quem cabe opinar sobre a sua adequação em relação à posição financeira e patrimonial, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, bem como avaliar a qualidade e adequação do sistema de controles internos, inclusive sistemas de processamento eletrônico de dados e de gerenciamento de riscos, e o cumprimento de dispositivos legais e regulamentares.

II. ATIVIDADES EXERCIDAS NO PERÍODO

No intuito de cumprir suas atribuições e em atendimento ao previsto em seu Plano Anual de Trabalho, aprovado pelo Conselho de Administração em 12/12/2022, o Comitê de Auditoria realizou 47 encontros com as áreas, incluindo o Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Comitê de Riscos e de Capital, Comitê Executivo, representantes da alta direção, auditorias interna e independente e com os principais responsáveis pelas áreas de negócios e controles.

Nessas reuniões abordou, em especial, assuntos relacionados a controles internos, segurança da informação, operações, conciliação contábil, cultura de riscos, fraudes, planejamento estratégico, ouvidoria, varejo, atacado, pontos de auditoria em aberto e recomendações de auditoria interna e independente e órgãos externos de fiscalização.

Nas reuniões com a auditoria interna, acompanhou os trabalhos desenvolvidos no período, as principais constatações, recomendações, recebeu cópia dos relatórios dos trabalhos realizados e examinou seus resultados. Com a auditoria independente, acompanhou e verificou os trabalhos do período, em especial, a revisão das demonstrações financeiras referentes ao primeiro semestre de 2023.

Examinou as demonstrações financeiras referentes ao Consolidado Societário, bem como individual do Banco, os principais ativos, passivos, patrimônio líquido, resultado e notas explicativas no padrão BRGAAP, as demonstrações financeiras semestrais consolidadas em IFRS, as práticas contábeis adotadas e conheceu o teor do relatório dos auditores independentes. Examinou, ainda, os Estudos Técnicos de consumo de Crédito Tributário referentes ao primeiro semestre de 2023.

Nas situações em que identificou oportunidades de melhoria, sugeriu aprimoramentos.

III. CONCLUSÕES

Com base nas atividades que desenvolveu no período e considerando as suas atribuições e as limitações inerentes ao escopo de sua atuação, o Comitê de Auditoria concluiu:

- a) O Sistema de Controles Internos do Conglomerado é efetivo e está adequado ao porte, natureza das operações e apetite a riscos aprovado pelo Conselho de Administração;
- b) A Auditoria Interna desempenha suas atividades de maneira satisfatória, profissional e com independência;
- c) A Auditoria Independente atuou com efetividade e alocou profissionais em número e qualificação adequados ao exame das demonstrações financeiras do período; e
- d) As Demonstrações Contábeis, de 30 de junho de 2023, referentes ao Consolidado Societário do Banco (BRGAAP e IFRS), bem como a individual (BRGAAP), foram elaboradas em conformidade com as normas legais e com as práticas adotadas no país e refletem, nos aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira das sociedades mencionadas naquele período.

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria do Banco Votorantim S.A.



1º Semestre de 2023

São Paulo-SP, 08 de agosto de 2023.



Rudinei Dos Santos

4532

Rudinei dos Santos

Coordenador



José Danúbio Rozo

10471

José Danúbio Rozo

Membro



Rodrigo Santos Nogueira

13958

Rodrigo Santos Nogueira

Membro



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Banco Votorantim S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais do Banco Votorantim S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, assim como as demonstrações contábeis consolidadas do Banco Votorantim S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 30 de junho de 2023 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Votorantim S.A. e do Banco Votorantim S.A. e suas controladas em 30 de junho de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

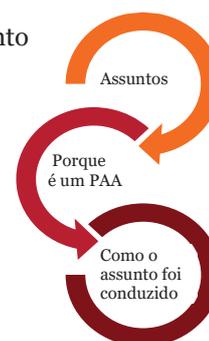
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Banco Votorantim S.A.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA

Provisões para perdas associadas ao risco de crédito (Notas 4 (h), 5 (a) e 12 (e) e (f))

A mensuração do valor da provisão para perdas associadas ao risco de crédito requer a determinação de premissas e julgamento da administração, que considera o atraso, situação da conjuntura econômica, experiência passada e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e garantias, aos períodos de atraso e ao grupo econômico, alinhadas às regras do Conselho Monetário Nacional – CMN e Banco Central do Brasil – BACEN.

Considerando a relevância das operações de crédito, o elevado grau de julgamento relacionados à mensuração da provisão para perdas associadas ao risco de crédito, mantivemos esta como área de foco em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Atualizamos o entendimento do ambiente de controles internos e avaliamos os controles relevantes relacionados a mensuração e apuração das provisões para perdas associadas ao risco de crédito.

Realizamos testes, em base amostral, sobre as premissas e parâmetros adotados na classificação por níveis de risco, bem como a posição em atraso utilizadas como base para a mensuração da provisão. Realizamos a totalização das bases para recálculo da provisão, de acordo com os critérios estabelecidos pelos normativos da CMN e BACEN.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a mensuração da provisão para perdas associadas ao risco de crédito são consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.



Banco Votorantim S.A.

Porque é um PAA

Mensuração do valor justo dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros com pouca liquidez e/ou sem mercado ativo (Notas 4 (f) e (g), 5 (b) e (d), 9 (a), 10 (a) e 30 (b))

A mensuração do valor justo de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros com pouca liquidez e/ou sem mercado ativo é uma área que inclui subjetividade, uma vez que depende de técnicas de avaliação realizadas com base em modelos internos e que envolvem premissas da administração na sua mensuração.

Essa é uma área de foco em nossa auditoria, uma vez que o uso de diferentes técnicas de avaliação e premissas poderiam produzir estimativas de valor justo significativamente diferentes.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Atualizamos o entendimento do desenho dos controles internos relacionados aos modelos internos para mensuração do valor justo dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros com pouca liquidez e/ou sem mercado ativo. Realizamos testes sobre a efetividade dos controles relevantes na mensuração destes ativos, assim como a aprovação pela administração dos modelos adotados e divulgação requeridas.

Com o apoio de nossos especialistas em precificação de instrumentos financeiros, analisamos as principais metodologias de valorização desses títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros, bem como as premissas significativas adotadas pela administração mediante a comparação com metodologias de mercado. Efetuamos recálculos independentes, em base amostral, da valorização de determinadas operações.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração na mensuração do valor justo desses instrumentos financeiros são consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.

Ativos fiscais diferidos – crédito tributário (Notas 4 (q), 5 (c) e 26 (a.2))

Os ativos fiscais diferidos composto pelo crédito tributário, tem como base as diferenças temporárias, prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social e seu registro nas demonstrações contábeis está suportado pelo estudo de realização de lucros tributários futuros.

O referido estudo tem por base projeções advindas do planejamento estratégico, que considera

Atualizamos o entendimento dos processos estabelecidos pela administração para a determinação das premissas utilizadas na elaboração do estudo de realização do crédito tributário, bem como seu registro e divulgações de acordo com as normas do CMN e BACEN.

Comparamos as premissas consideradas críticas utilizadas para a projeção dos resultados futuros



Banco Votorantim S.A.

Porque é um PAA

premissas de planos de negócios, estratégias corporativas, cenário macroeconômico, desempenho histórico, dentre outros, que são aprovados pelos órgãos de governança, conforme requerido pelos normativos do CMN e BACEN.

A projeção dos lucros tributários futuros contém diversas premissas de natureza subjetiva estabelecidas pela administração. Dessa forma, mantivemos essa área como foco de nossa auditoria, pois os valores envolvidos são relevantes e a utilização de diferentes premissas na projeção dos lucros tributários, poderia modificar significativamente os valores e os prazos previstos para realização dos créditos tributários.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

com informações de projeções macroeconômicas divulgadas no mercado, quando aplicável. Adicionalmente, confrontamos os dados do estudo com os orçamentos aprovados e o atendimento às regras do CMN e BACEN.

Com o auxílio de nossos especialistas na área tributária, realizamos testes sobre a natureza e os montantes das diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social sobre o lucro, passíveis de serem deduzidos das bases de tributos futuros.

As premissas adotadas pela administração na apuração e registro dos créditos tributários são consistentemente aplicadas e estão alinhadas com as informações aprovadas pelos órgãos de governança.

Provisões e passivos contingentes (Notas 4 (r), 5 (e) e 29)

O Banco constitui provisões e passivos contingentes decorrentes, principalmente, de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos seus negócios, movidos por terceiros, ex-empregados e órgãos públicos; em ações cíveis, trabalhistas e de natureza fiscal e previdenciária.

Normalmente os referidos processos são encerrados após um longo tempo e envolvem não só discussões acerca do mérito, mas também aspectos processuais complexos, de acordo com a legislação vigente.

A administração com base no seu julgamento e por meio da opinião dos seus assessores jurídicos, estima as provisões e passivos contingentes de provável perda. Para os processos judiciais de natureza trabalhista, a apuração do volume de provisão é realizada por meio de avaliações jurídicas e modelos estatísticos, para processos judiciais de natureza fiscal a provisão é estimada através da avaliação de assessores jurídicos (método individualizado) e para as causas cíveis

Atualizamos o entendimento dos principais controles para avaliação, classificação, monitoramento, mensuração, registro e divulgação das provisões e dos passivos contingentes.

Realizamos, em base amostral, procedimentos de confirmação junto aos assessores jurídicos externos responsáveis pelos processos e confrontamos com os controles analíticos da administração.

Realizamos testes, sobre os riscos e valores das causas utilizados nas metodologias de mensuração dos valores provisionados. Para as ações cíveis e trabalhistas de mesma natureza, confrontamos, em base amostral, os valores pagos de casos encerrados com os valores provisionados. Em nossos testes da avaliação do risco dos processos judiciais de natureza tributária analisados de maneira individualizada e contamos com o apoio de nossos especialistas tributários.

Consideramos que nossos procedimentos de



Banco Votorantim S.A.

Porque é um PAA

consideradas semelhantes e usuais, e cujo valor individual não seja considerado relevante, a apuração da provisão é realizada por meio de modelo estatístico com base na perda observada no histórico de ações encerradas de mesmas características (método massificado).

Devido a relevância dos valores e as incertezas e julgamentos envolvidos, como descrito acima, para a determinação e constituição da provisão e divulgações requeridas de passivos contingentes, consideramos esta como área de foco de auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

auditoria proporcionaram evidência apropriada e suficiente em relação aos critérios e premissas adotados pela administração para a determinação e constituição e divulgação da provisão de passivos contingentes.

Ambiente de tecnologia da informação (Nota 30 (d))

O Banco tem um ambiente de negócios altamente dependente de tecnologia, requerendo uma infraestrutura complexa para suportar o elevado volume de transações. A tecnologia da informação representa aspecto fundamental na evolução dos negócios do Banco.

Os riscos que envolvem a tecnologia da informação, associados a eventuais deficiências em processos e controles que suportam o processamento dos sistemas de tecnologia, podem eventualmente, ocasionar processamento incorreto de informações críticas, incluindo aquelas utilizadas na preparação das demonstrações contábeis, bem como ocasionar riscos relacionados à segurança da informação. Desta forma, esta foi considerada uma área de foco em nossa auditoria.

Como parte de nossos procedimentos de auditoria, com o auxílio de nossos especialistas, atualizamos a avaliação do ambiente de tecnologia da informação, incluindo os controles automatizados dos sistemas aplicativos relevantes para a elaboração das demonstrações contábeis.

Os procedimentos executados envolveram a combinação de testes sobre os principais controles, bem como a execução de testes relacionados com a segurança da informação, incluindo gestão de acesso, segregação de função e monitoramento da capacidade de operação da infraestrutura de tecnologia.

Os procedimentos de auditoria aplicados, resultaram em evidências apropriadas que foram consideradas na determinação da natureza, época e extensão dos demais procedimentos de auditoria.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Banco, apresentadas como informações suplementares para fins do Banco Central do Brasil, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis do Banco e Banco e suas



Banco Votorantim S.A.

controladas. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto



Banco Votorantim S.A.

nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.



Banco Votorantim S.A.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do período corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 8 de agosto de 2023


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

DocuSigned by:
Maria José De Mula Cury
Signed By: MARIA JOSE DE MULA CURY:10357176898
CPF: 10357176898
Signing Time: 08 de agosto de 2023 | 14:39 BRT

Maria José De Mula Cury
Contadora CRC 1SP192785/O-4



BALANÇO PATRIMONIAL

em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	Banco		Consolidado	
		30.06.2023	31.12.2022	30.06.2023	31.12.2022
Caixa e equivalentes de caixa	7	1.615.574	631.403	1.662.894	681.091
Disponibilidades		241.205	242.163	288.525	291.851
Aplicações interfinanceiras de liquidez		1.374.369	389.240	1.374.369	389.240
Ativos financeiros		122.765.891	110.553.665	125.452.608	112.686.453
Aplicações interfinanceiras de liquidez	8a	2.661.791	3.619.800	1.496.263	1.349.913
Títulos e valores mobiliários	9a	47.371.671	41.945.367	45.713.475	40.539.347
Carteira de títulos e valores mobiliários		48.260.545	42.899.828	46.602.349	41.495.561
(Provisões para redução ao valor recuperável)		(888.874)	(954.461)	(888.874)	(956.214)
Instrumentos financeiros derivativos	10a	4.756.181	1.307.169	4.756.181	1.307.169
Relações interfinanceiras	11a	2.034.233	1.924.717	2.279.498	1.961.377
Carteira de crédito	12a	61.367.096	59.498.647	66.230.696	64.720.795
Operações de crédito		61.393.460	59.352.481	64.258.105	62.008.362
Outros créditos com características de concessão de crédito		4.548.014	4.769.158	7.724.694	8.272.176
Operações de arrendamento mercantil		-	-	33.013	37.263
(Provisões para perdas associadas ao risco de crédito)		(4.574.378)	(4.622.992)	(5.785.116)	(5.597.006)
Outros ativos financeiros	13a	4.574.919	2.257.965	4.976.495	2.807.852
Ativos não financeiros mantidos para venda	14	142.101	127.190	219.710	207.569
Ativos fiscais		6.867.042	6.591.272	8.470.598	8.012.419
Ativos tributários correntes	26a.1	556.784	493.837	664.124	559.544
Ativos fiscais diferidos	26a.2	6.310.258	6.097.435	7.806.474	7.452.875
Investimentos		3.049.796	2.475.546	255.941	188.824
Participações em controladas, coligadas e controladas em conjunto	15a	3.049.796	2.475.546	255.941	188.824
Imobilizado de uso	16	75.412	86.847	75.486	86.931
Outras imobilizações de uso		425.362	423.510	427.535	432.579
(Depreciação acumulada)		(349.950)	(336.663)	(352.049)	(345.648)
Intangível		1.035.654	982.606	1.179.820	1.074.484
Ativos intangíveis	17a	2.041.508	1.883.075	2.218.703	2.025.228
(Amortização acumulada)	17a	(842.448)	(732.142)	(875.477)	(772.588)
(Provisões para redução ao valor recuperável - Imparidade acumulada)	17a	(163.406)	(168.327)	(163.406)	(178.156)
Outros ativos	13a	1.051.232	1.230.836	1.101.286	881.864
TOTAL DO ATIVO		136.602.702	122.679.365	138.418.343	123.819.635

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

**BALANÇO PATRIMONIAL**

em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	Banco		Consolidado	
		30.06.2023	31.12.2022	30.06.2023	31.12.2022
Passivos financeiros		120.804.568	107.210.667	121.417.173	105.997.032
Depósitos	18a	23.762.998	24.253.851	23.737.898	23.425.325
Captações no mercado aberto	18c	24.830.001	18.876.810	24.810.302	18.277.811
Recursos de aceites e emissão de títulos	20	38.450.495	39.957.617	38.450.495	39.957.617
Relações interfinanceiras	11a	19.726	40.217	3.146.487	3.472.198
Obrigações por empréstimos e repasses	19a	7.441.505	6.641.007	7.441.505	6.641.007
Instrumentos financeiros derivativos	10a	5.970.731	1.805.600	5.970.731	1.805.600
Dívidas subordinadas e instrumentos de dívidas elegíveis a capital	21a	2.523.187	2.667.634	2.523.187	2.667.634
Outros passivos financeiros	22a	17.805.925	12.967.931	15.336.568	9.749.840
Passivos fiscais		372.101	271.903	452.724	392.784
Passivos tributários correntes	26b.1	141.317	156.793	221.617	277.075
Obrigações fiscais diferidas	26b.2	230.784	115.110	231.107	115.709
Provisões para contingências	29e	542.181	559.089	567.335	595.192
Outros passivos	22a	2.008.652	1.779.900	2.208.094	2.044.880
Patrimônio líquido		12.875.200	12.857.806	13.773.017	14.789.747
Patrimônio líquido dos acionistas controladores		12.875.200	12.857.806	12.904.220	12.887.772
Capital social	25a	8.480.372	8.480.372	8.480.372	8.480.372
Reservas de capital	25b	372.120	372.120	372.120	372.120
Reservas de lucros		3.893.288	3.948.867	3.852.729	3.908.308
Outros resultados abrangentes	25g	(109.487)	56.447	(41.329)	126.972
Lucros acumulados		238.907	-	240.328	-
Participações de não controladores	25h	-	-	868.797	1.901.975
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		136.602.702	122.679.365	138.418.343	123.819.635

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	Nota	Banco		Consolidado	
		1º Semestre/ 2023	1º Semestre/ 2022	1º Semestre/ 2023	1º Semestre/ 2022
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		8.945.357	7.248.547	9.553.495	7.731.160
Operações de crédito e de arrendamento mercantil	12b	4.981.860	4.559.341	5.908.957	5.319.987
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	9c	2.844.253	2.166.669	2.518.774	1.888.636
Resultado de operações de câmbio	13c	(122.244)	(119.300)	(122.244)	(119.300)
Resultado das aplicações compulsórias	11d	133.525	76.561	140.045	76.561
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	12h	1.107.963	565.276	1.107.963	565.276
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(6.154.777)	(4.227.641)	(6.159.497)	(4.134.042)
Operações de captação no mercado	18d	(4.743.474)	(3.740.812)	(4.688.545)	(3.628.103)
Operações de empréstimos e repasses	19d	365.895	147.331	365.895	147.331
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	10h	(679.340)	(194.094)	(679.340)	(60.337)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	12h	(1.097.858)	(440.066)	(1.157.507)	(592.933)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		2.790.580	3.020.906	3.393.998	3.597.118
RESULTADO DE PROVISÃO PARA PERDAS		(792.096)	(490.744)	(1.455.466)	(824.570)
(Provisão) / reversão de provisão para perdas associadas a carteira de crédito	12f.1	(815.042)	(528.559)	(1.478.412)	(862.385)
Outras (provisões) / reversões de provisões para perdas associadas ao risco de crédito	12f.1	(42.641)	8.772	(42.641)	8.772
(Provisão) / reversão de provisão para redução ao valor recuperável de títulos e valores mobiliários	9d	65.587	29.043	65.587	29.043
RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		(1.502.808)	(1.339.974)	(1.428.118)	(1.466.831)
Receitas de prestação de serviços	23a	121.157	163.000	593.247	730.273
Rendas de tarifas bancárias	23b	344.159	245.459	389.244	310.496
Despesas de pessoal	23c	(614.103)	(622.835)	(761.429)	(778.856)
Outras despesas administrativas	23d	(740.044)	(685.066)	(947.208)	(920.434)
Despesas tributárias	26c	(193.590)	(178.079)	(275.655)	(260.699)
Resultado de participações em controladas, coligadas e controladas em conjunto	15a	(21.689)	92.537	(2.237)	(5.843)
(Provisão) / reversão de provisão para passivos contingentes	29e.3	16.908	11.561	17.818	23.246
Outras receitas operacionais	23e	50.336	44.654	78.496	70.477
Outras despesas operacionais	23f	(465.942)	(411.205)	(520.394)	(635.491)
RESULTADO OPERACIONAL		495.676	1.190.188	510.414	1.305.717
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS NÃO OPERACIONAIS	24	173.139	9.629	178.003	12.491
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES		668.815	1.199.817	688.417	1.318.208
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	26d.1	(18.796)	(267.934)	84.765	(260.681)
PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS		(86.691)	(99.211)	(115.289)	(128.529)
PARTICIPAÇÃO DE NÃO CONTROLADORES	25h	-	-	(93.144)	(129.486)
LUCRO LÍQUIDO		563.328	832.672	564.749	799.512
LUCRO LÍQUIDO ATRIBUÍVEL AOS ACIONISTAS		563.328	832.672	657.893	928.998
Controladores		563.328	832.672	564.749	799.512
Não controladores	25h	-	-	93.144	129.486
RESULTADO POR AÇÃO	25e				
Lucro básico e diluído por lote de mil ações - R\$		165,92	245,25		
Quantidade média ponderada de ações (lote de mil)		3.395.210	3.395.210		

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	Nota	Banco		Consolidado	
		1º Semestre/ 2023	1º Semestre/ 2022	1º Semestre/ 2023	1º Semestre/ 2022
Lucro líquido do período		563.328	832.672	564.749	799.512
Lucro líquido atribuível aos acionistas não controladores		-	-	93.144	129.486
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores e não controladores		563.328	832.672	657.893	928.998
Outros resultados abrangentes que são ou serão reclassificados subsequentemente para o resultado:					
Varição no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	25g	43.470	(54.032)	41.103	4.162
Ajuste ao valor justo contra o patrimônio líquido		20.516	(23.614)	18.149	(25.820)
Ajuste ao valor justo transferido para o resultado ⁽¹⁾		58.514	(74.721)	58.514	(14.321)
Efeito fiscal		(35.560)	44.303	(35.560)	44.303
Hedge de fluxo de caixa	25g	(209.404)	(209.806)	(209.404)	(209.806)
Ajuste ao valor justo contra o patrimônio líquido		(326.565)	(383.070)	(326.565)	(383.070)
Ajuste ao valor justo transferido para o resultado		(54.170)	1.605	(54.170)	1.605
Efeito fiscal		171.331	171.659	171.331	171.659
Outros resultados abrangentes atribuíveis aos acionistas controladores no período		(165.934)	(263.838)	(168.301)	(205.644)
Outros resultados abrangentes atribuíveis aos acionistas não controladores no período		-	-	(434)	807
Total de outros resultados abrangentes no período		(165.934)	(263.838)	(168.735)	(204.837)
Resultado abrangente		397.394	568.834	489.158	724.161
Resultado abrangente atribuível aos acionistas controladores		397.394	568.834	396.448	593.868
Resultado abrangente atribuível aos acionistas não controladores		-	-	92.710	130.293

⁽¹⁾ No Consolidado, contempla o resultado não realizado decorrente de transações entre ligadas.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Banco Eventos	Nota	Capital social		Reservas de capital	Reservas de lucros		Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
		Capital realizado	Aumento de capital		Reserva legal	Outras reservas			
Saldos em 31.12.2021		8.130.372	-	372.120	335.108	2.620.524	464.566	-	11.922.690
Ajustes ao valor justo, líquidos de impostos	25g	-	-	-	-	-	(263.838)	-	(263.838)
Aumento de capital	25a	-	350.000	-	-	-	-	-	350.000
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	-	832.672	832.672
Destinações:									
Reserva legal	25c	-	-	-	41.634	-	-	(41.634)	-
Juros sobre capital próprio	25d	-	-	-	-	-	-	(169.491)	(169.491)
Saldos em 30.06.2022		8.130.372	350.000	372.120	376.742	2.620.524	200.728	621.547	12.672.033
Mutações do período		-	350.000	-	41.634	-	(263.838)	621.547	749.343
Saldos em 31.12.2022		8.480.372	-	372.120	409.770	3.539.097	56.447	-	12.857.806
Ajustes ao valor justo, líquidos de impostos	25g	-	-	-	-	-	(165.934)	-	(165.934)
Juros sobre capital próprio ⁽¹⁾	25d	-	-	-	-	(83.745)	-	-	(83.745)
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	-	563.328	563.328
Destinações:									
Reserva legal	25c	-	-	-	28.166	-	-	(28.166)	-
Juros sobre capital próprio ⁽¹⁾	25d	-	-	-	-	-	-	(296.255)	(296.255)
Saldos em 30.06.2023		8.480.372	-	372.120	437.936	3.455.352	(109.487)	238.907	12.875.200
Mutações do período		-	-	-	28.166	(83.745)	(165.934)	238.907	17.394

Consolidado Eventos	Nota	Capital social		Reservas de capital	Reservas de lucros		Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Participações de não controladores	Total
		Capital realizado	Aumento de capital		Reserva legal	Outras reservas				
Saldos em 31.12.2021		8.130.372	-	372.120	335.108	2.611.733	479.218	-	-	11.928.551
Ajustes ao valor justo, líquidos de impostos	25g	-	-	-	-	-	(205.644)	-	807	(204.837)
Aumento de capital	25a	-	350.000	-	-	-	-	-	-	350.000
Participação de não controladores	25h	-	-	-	-	-	-	-	1.941.038	1.941.038
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	-	799.512	129.486	928.998
Destinações:										
Reserva legal	25c	-	-	-	41.634	-	-	(41.634)	-	-
Juros sobre capital próprio	25d	-	-	-	-	-	-	(169.491)	-	(169.491)
Saldos em 30.06.2022		8.130.372	350.000	372.120	376.742	2.611.733	273.574	588.387	2.071.331	14.774.259
Mutações do período		-	350.000	-	41.634	-	(205.644)	588.387	2.071.331	2.845.708
Saldos em 31.12.2022		8.480.372	-	372.120	409.770	3.498.538	126.972	-	1.901.975	14.789.747
Ajustes ao valor justo, líquidos de impostos	25g	-	-	-	-	-	(168.301)	-	(434)	(168.735)
Participação de não controladores	25h	-	-	-	-	-	-	-	(1.125.888)	(1.125.888)
Juros sobre capital próprio ⁽¹⁾	25d	-	-	-	-	(83.745)	-	-	-	(83.745)
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	-	564.749	93.144	657.893
Destinações:										
Reserva legal	25c	-	-	-	28.166	-	-	(28.166)	-	-
Juros sobre capital próprio ⁽¹⁾	25d	-	-	-	-	-	-	(296.255)	-	(296.255)
Saldos em 30.06.2023		8.480.372	-	372.120	437.936	3.414.793	(41.329)	240.328	868.797	13.773.017
Mutações do período		-	-	-	28.166	(83.745)	(168.301)	240.328	(1.033.178)	(1.016.730)

⁽¹⁾ Juros sobre capital próprio computados com base nos lucros acumulados e reservas de lucros. O resultado por ação está divulgado na Demonstração do Resultado.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	Nota	Banco		Consolidado	
		1º Semestre/ 2023	1º Semestre/ 2022	1º Semestre/ 2023	1º Semestre/ 2022
Fluxos de caixa provenientes das atividades operacionais					
Resultado antes dos tributos e participações		668.815	1.199.817	688.417	1.318.208
Ajustes ao lucro antes dos tributos e participações		980.632	405.810	1.679.958	878.444
Provisão / (reversão de provisão) para perdas associadas a carteira de crédito	12f.1	1.093.829	930.214	1.778.122	1.294.843
Provisão / (reversão de provisão) para redução ao valor recuperável de títulos e valores	9.d	(65.587)	(29.043)	(65.587)	(29.043)
Outras provisões / (reversões de provisões) associadas ao risco de crédito	12f.1	42.641	(8.772)	42.641	(8.772)
Depreciações e amortizações / utilização ⁽¹⁾	23d	114.064	97.505	157.792	126.152
Resultado de participações em controladas, coligadas e controladas em conjunto	15a	21.689	(92.537)	2.237	5.843
Variação cambial de investimentos no exterior	10h	136.811	107.830	136.811	107.830
Variação cambial de dívidas subordinadas e instrumentos de dívidas elegíveis a capital	32d	-	(102.750)	-	(102.750)
(Lucro) / prejuízo na alienação de ativos não financeiros mantidos para venda	24	8.517	(690)	7.898	(679)
Provisão / (reversão de provisão) para desvalorização de ativos não financeiros mantidos para venda	24	1.315	(6.848)	1.170	(13.512)
(Reversão de provisão) para redução ao valor recuperável de ativos intangíveis	24	(4.921)	-	(4.921)	-
Despesas / (reversão de despesas) com provisões cíveis, trabalhistas e fiscais	29e.3	(16.908)	(11.561)	(17.818)	(23.246)
Efeito das mudanças de taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		16.311	26.493	16.311	26.493
Juros apropriados de obrigações por dívidas subordinadas e instrumentos de dívidas elegíveis a capital	32d	195.555	190.934	195.555	190.934
Juros apropriados de títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento		(550.664)	(683.374)	(550.664)	(683.374)
Despesas / (reversão de despesas) com ágio e imparidade de controladas	24	-	-	(3.257)	3.443
Despesas / (receitas) de atualização de depósitos em garantia	23e/23f	(12.168)	(11.705)	(13.409)	(12.539)
Outras (receitas) e despesas		146	107	(2.925)	(3.186)
Outros ajustes		2	7	2	7
Variações patrimoniais		(3.470.276)	(873.201)	(4.342.023)	(1.774.733)
(Aumento) / redução em aplicações interfinanceiras de liquidez		958.009	(496.995)	(146.350)	(497.622)
(Aumento) / redução em títulos para negociação e instrumentos financeiros derivativos		(8.146.830)	358.595	(8.159.904)	1.148.762
(Aumento) / redução em relações interfinanceiras		(130.007)	(105.992)	(643.832)	88.847
(Aumento) / redução em operações de crédito e de arrendamento mercantil		(2.962.278)	(632.483)	(3.288.046)	(1.593.828)
(Aumento) / redução em outros ativos		(2.532.956)	(730.053)	(2.379.129)	(933.965)
(Aumento) / redução em ativos fiscais		7.407	(55.416)	26.849	(116.443)
(Aumento) / redução de ativos não financeiros mantidos para venda		(24.743)	(18.684)	(21.209)	(7.339)
(Redução) / aumento em depósitos		(490.853)	(839.538)	312.573	(625.371)
(Redução) / aumento em captações no mercado aberto		5.953.191	(1.686.103)	6.532.491	(746.509)
(Redução) / aumento em recursos de aceites e emissão de títulos		(1.507.122)	2.618.100	(1.507.122)	2.618.100
(Redução) / aumento em obrigações por empréstimos e repasses		800.498	1.029.090	800.498	1.029.090
(Redução) / aumento em outros passivos ⁽²⁾		4.650.868	(69.176)	4.172.276	(1.912.962)
(Redução) / aumento em passivos fiscais		(45.460)	(244.546)	(41.118)	(225.493)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(20.544)	(33.057)	(163.434)	(306.450)
Caixa líquido gerado (utilizado) pelas atividades operacionais		(1.841.373)	699.369	(2.137.082)	115.469
Fluxos de caixa provenientes das atividades de investimento					
(Aquisição / aumento) de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda		(4.151.491)	(4.874.575)	(3.575.015)	(4.108.347)
(Aquisição / aumento) de títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento		-	(2.699.359)	-	(2.699.359)
(Aquisição) de imobilizado de uso		(2.592)	(26.801)	(2.592)	(26.804)
(Aquisição / reconhecimento) de intangíveis		(243.958)	(262.918)	(316.268)	(292.974)
(Aquisição / aumento) de investimentos em participações em controladas, coligadas e controladas em conjunto ⁽²⁾		(1.303.074)	(657.106)	(202.908)	(220.654)
Alienação / redução de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda		2.678.154	3.549.171	2.364.561	4.634.905
Vencimento / juros recebidos de títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento		5.224.528	2.422.058	5.224.528	2.422.058
Alienação / redução de investimentos em participações em controladas, coligadas e controladas em conjunto ⁽²⁾		570.324	1.140.010	-	10.719
Alienação / redução de imobilizado		131	-	136	-
Alienação / redução de intangíveis ⁽²⁾		66.417	-	76.356	-
Dividendos / juros sobre o capital próprio recebidos ⁽³⁾		437.018	549.161	-	-
Caixa gerado (utilizado) pelas atividades de investimento		3.275.457	(860.359)	3.568.798	(280.456)
Fluxos de caixa provenientes das atividades de financiamento					
Aumento de Capital social		-	350.000	-	350.000
Dividendos / juros sobre o capital próprio pagos ⁽³⁾	32d	(93.600)	(245.000)	(93.600)	(245.000)
Liquidação de dívidas subordinadas e instrumentos de dívidas elegíveis a capital	32d	(486.502)	(249.277)	(486.502)	(249.277)
Captação de dívidas subordinadas e instrumentos de dívidas elegíveis a capital	32d	146.500	200.100	146.500	200.100
Outras variações em dívidas subordinadas e instrumentos de dívidas elegíveis a capital	32d	-	11.159	-	11.159
Caixa gerado (utilizado) pelas atividades de financiamento		(433.602)	66.982	(433.602)	66.982
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa		1.000.482	(94.008)	998.114	(98.005)
Início do período		631.403	2.892.037	681.091	2.935.119
Efeito das mudanças de taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		(16.311)	(26.493)	(16.311)	(26.493)
Fim do período	7	1.615.574	2.771.536	1.662.894	2.810.621
Aumento / (redução) de caixa e equivalentes de caixa		1.000.482	(94.008)	998.114	(98.005)

⁽¹⁾ Inclui a compensação de créditos de carbono e títulos verdes.

⁽²⁾ Contempla impactos relacionados a BV DTVM, pois esta deixou de ser controlada passando para condição de coligada a partir de fevereiro de 2023 (Nota 2b).

⁽³⁾ Valores líquidos de impostos.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.



DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	Nota	Banco			Consolidado			
		1º Semestre/ 2023		1º Semestre/ 2022	1º Semestre/ 2023		1º Semestre/ 2022	
Receitas / Despesas		8.713.109		7.112.768		9.193.701		7.888.477
Receitas de intermediação financeira		8.945.357		7.248.547		9.553.495		7.731.160
Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias	23a / 23b	465.316		408.459		982.491		1.040.769
Resultado de provisão para perdas	9d / 12f.1	(792.096)		(490.744)		(1.455.466)		(824.570)
(Provisão) / reversão de provisão para passivos contingentes	29e.3	16.908		11.561		17.818		23.246
Outras receitas / (despesas)		77.624		(65.055)		95.363		(82.128)
Despesas da intermediação financeira		(6.154.777)		(4.227.641)		(6.159.497)		(4.134.042)
Insumos adquiridos de terceiros		(933.152)		(867.688)		(1.133.696)		(1.251.067)
Materiais, água, energia e gás	23d	(2.048)		(2.874)		(2.652)		(3.582)
Serviços de terceiros	23d	(4.267)		(5.893)		(5.645)		(7.302)
Comunicações	23d	(7.163)		(11.064)		(10.657)		(15.390)
Processamento de dados	23d	(151.572)		(135.507)		(242.004)		(219.653)
Transportes	23d	(4.992)		(2.974)		(5.200)		(3.111)
Serviços de vigilância e segurança	23d	(1.356)		(480)		(1.992)		(653)
Serviços técnicos especializados	23d	(257.030)		(243.697)		(298.397)		(304.376)
Serviços do sistema financeiro	23d	(42.444)		(35.159)		(45.234)		(38.492)
Propaganda e publicidade	23d	(46.790)		(38.921)		(53.603)		(81.114)
Emolumentos judiciais e cartorários	23d	(41.108)		(36.558)		(41.590)		(37.091)
Custos associados à produção – Parceiros comerciais	23f	(315.695)		(291.867)		(324.396)		(459.962)
Custos associados à produção – Outras despesas	23f	-		-		(30.466)		(10.433)
Outras	23d	(58.687)		(62.694)		(71.860)		(69.908)
Valor adicionado bruto		1.625.180		2.017.439		1.900.508		2.503.368
Despesas de amortização / depreciação / utilização		(114.064)		(97.505)		(157.792)		(126.152)
Despesas de amortização / depreciação	23d	(109.668)		(94.593)		(153.396)		(123.240)
Despesas de amortização / utilização - Créditos de carbono e títulos verdes ^{(1) (2)}		(4.396)		(2.912)		(4.396)		(2.912)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade		1.511.116		1.919.934		1.742.716		2.377.216
Valor adicionado recebido em transferência		(21.689)		92.537		(2.237)		(5.843)
Resultado de participações em controladas, coligadas e controladas em conjunto	15a	(21.689)		92.537		(2.237)		(5.843)
Valor adicionado a distribuir		1.489.427	100,00%	2.012.471	100,00%	1.740.479	100,00%	2.371.373
Valor adicionado distribuído		1.489.427	100,00%	2.012.471	100,00%	1.740.479	100,00%	2.371.373
Contribuições filantrópicas ⁽¹⁾	23d	240	0,02%	431	0,02%	240	0,01%	431
Pessoal		613.132	41,16%	636.542	31,63%	764.717	43,94%	798.223
Salários, honorários e demandas trabalhistas		413.377		425.848		506.990		532.062
Participação nos lucros e resultados		86.691		99.211		115.289		128.529
Benefícios, treinamentos e outros	23c	80.319		81.591		100.959		99.650
FGTS		32.128		29.864		40.862		37.954
Outros encargos		617		28		617		28
Impostos, taxas e contribuições		300.048	20,15%	531.517	26,41%	302.891	17,40%	630.542
Federais		275.750		510.077		267.843		594.685
Estaduais		60		54		60		54
Municipais		24.238		21.386		34.988		35.803
Remuneração de capitais de terceiros		12.679	0,85%	11.309	0,56%	14.738	0,85%	13.179
Aluguéis	23d	12.679		11.309		14.738		13.179
Remuneração de capitais próprios		563.328	37,82%	832.672	41,38%	657.893	37,80%	928.998
Juros sobre capital próprio		296.255		169.491		296.255		169.491
Participação de controladores nos lucros retidos		267.073		663.181		268.494		630.021
Participação dos não controladores nos lucros retidos		-		-		93.144		129.486

⁽¹⁾ Faz parte das despesas decorrentes das práticas ESG. Informações adicionais estão descritas na nota explicativa 31.

⁽²⁾ Com o início da vigência da Instrução Normativa BCB nº 325, a partir de 2023, os ativos sustentáveis, ora apresentados em ativos intangíveis, passaram a ser apresentados em outros ativos, bem como a utilização dos créditos de carbono.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

em 30 de junho de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

1. O CONGLOMERADO E SUAS OPERAÇÕES

O Banco Votorantim S.A. (banco BV, Banco Votorantim, Banco, Instituição, Companhia, Conglomerado ou Consolidado) é uma companhia de capital fechado e sua matriz está localizada na Av. das Nações Unidas, nº 14.171, na cidade de São Paulo – SP, Brasil. O Banco opera na forma de banco múltiplo, desenvolve atividades bancárias em modalidades autorizadas, por meio de suas carteiras comerciais, de investimento e de operações de câmbio, conectado com o ecossistema de parcerias, incluindo *startups* e *fintechs*, para cocriação e distribuição de produtos, junto com outras entidades do conglomerado, incluindo o Banco BV S.A., nosso banco digital.

Por intermédio de suas controladas, o Conglomerado atua também em diversas outras modalidades, com destaque para as atividades de crédito ao consumidor, de arrendamento mercantil, de administração de cartões de crédito, de corretagem de seguros, de participação em empreendimentos ou incorporações imobiliárias e o exercício de quaisquer atividades facultadas às instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional. Outras informações a respeito das empresas que compõem o Conglomerado estão descritas na nota explicativa 3.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, inclusive em relação ao gerenciamento de riscos, e certas operações tem a coparticipação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do sistema financeiro. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos em conjunto ou individualmente.

2. AQUISIÇÕES, ALIENAÇÕES E REESTRUTURAÇÕES SOCIETÁRIAS

a) Aquisição de participação no Portal Solar

Em dezembro de 2021, o Banco Central do Brasil autorizou o BV a aumentar o percentual de participação societária na Portal Solar S.A. com um investimento de R\$ 45 milhões. A operação foi liquidada em janeiro de 2022, por meio da aquisição da participação pelo Banco BV S.A. (controlada do Banco Votorantim S.A.). Adicionalmente, em fevereiro de 2022, a participação societária que já era detida por entidade integrante do Conglomerado Prudencial foi adquirida pelo Banco BV S.A., consolidando neste a participação na Portal Solar S.A.

b) Parceria estratégica para a formação de gestora de investimentos independente

Em agosto de 2022, o banco BV, ora controlador da BV Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (BV DTVM), firmou parceria estratégica com o Banco Bradesco para a formação de uma gestora de investimentos independente, que terá autonomia na gestão dos recursos e marca própria a ser definida. Na transação, o Banco Bradesco, por meio de uma de suas controladas, adquiriu 51% do capital da Companhia. A operação foi aprovada pelo Banco Central do Brasil (Bacen) em 15 de fevereiro de 2023 e liquidada em 28 de fevereiro de 2023 (*closing*). A partir desta data, a BV DTVM deixou de ser controlada pelo Banco, passando para a condição de coligada e em consequência, deixou de ser consolidada, portanto as receitas e despesas das suas operações estão apresentadas nas diversas linhas do resultado consolidado até janeiro de 2023.

Conforme fato relevante publicado em 22 de junho de 2023, a nova gestora de investimentos terá sua denominação social alterada de BV DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A. para TIVIO CAPITAL DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A. (Tivio Capital). As respectivas alterações societárias serão submetidas e registradas nos órgãos responsáveis, conforme prazos aplicáveis.

c) Alienação da Promotiva S.A.

Em dezembro de 2022, o banco BV, ora controlador da Promotiva S.A., realizou a alienação da totalidade das ações da respectiva controlada para a Wiz Soluções de Corretagem de Seguros S.A. Os montantes a prazo recebidos e a receber seguem condições contratuais estabelecidas e a respectiva operação foi aprovada pelos órgãos competentes. A partir de dezembro de 2022, a Promotiva deixou de ser consolidada, portanto as receitas e despesas das suas operações estão apresentadas nas diversas linhas do resultado consolidado até novembro de 2022.

d) Abertura de agência em Luxemburgo

Em maio de 2022, o banco BV obteve autorização do Bacen para instalação de uma agência em Luxemburgo, e realizou o aporte de capital no montante de R\$ 5.294 (US\$ 1.000) em novembro de 2022. O início das atividades está sujeito a autorização do órgão regulador do sistema financeiro de Luxemburgo (*Commission de Surveillance du Secteur Financier - CSSF*).

3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

a) Base de preparação

As Demonstrações Contábeis consolidadas contemplam as operações realizadas por suas empresas financeiras e não financeiras que compõem o Conglomerado e foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável.

As Demonstrações Contábeis individuais do Banco incluem as agências no exterior, adaptadas aos critérios contábeis vigentes no Brasil e convertidas para a moeda Real de taxas correntes, conforme legislação vigente e seus efeitos são reconhecidos no resultado do período.

b) Uso de julgamento

A elaboração de demonstrações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Os principais julgamentos e estimativas contábeis aplicados sobre ativos e passivos estão descritos na nota explicativa 5.

c) Apresentação das Demonstrações Contábeis consolidadas

Na elaboração das Demonstrações Contábeis consolidadas foram eliminados os valores oriundos de transações entre as empresas, compreendendo as participações acionárias de uma empresa em outra, os saldos de contas patrimoniais, as receitas e despesas, bem como os resultados não realizados, líquidos dos efeitos tributários. O processo de consolidação não inclui os fundos de investimentos em participação com características de entidade de capital de risco.

As participações de não controladores em fundos qualificados como entidades estruturadas são apresentadas no patrimônio líquido, conforme Instrução Normativa BCB nº 272/2022 e em cumprimento ao disposto na Resolução CMN nº 4.950/2021.

As operações de arrendamento mercantil foram consideradas sob a ótica do método financeiro, sendo os valores reclassificados da rubrica de imobilizado de arrendamento incluindo a superveniência e/ou insuficiência de depreciação para a rubrica de operações de arrendamento mercantil, deduzidos dos valores residuais recebidos antecipadamente.

d) Conversão de transações em moeda estrangeira

Os saldos contábeis das agências do banco BV no exterior foram convertidos para Reais, utilizando-se a cotação da moeda estrangeira na data do encerramento do período, e foram ajustados conforme práticas contábeis descritas na nota explicativa 4. A variação cambial das operações no país foi distribuída nas linhas da Demonstração de Resultado, de acordo com os respectivos ativos e passivos que lhes deram origem. O resultado com variação cambial incidente sobre os investimentos no exterior, bem como os ajustes ao valor justo dos instrumentos financeiros designados à *hedge* estão apresentados no grupo de "Resultado de instrumentos financeiros derivativos", com o objetivo de anular o efeito da proteção para as oscilações cambiais e outras oscilações objeto de *hedge* desses investimentos e desses instrumentos financeiros.

A Resolução CMN nº 4.924/2021 em conjunto com a Resolução BCB nº 120/2021 estabelecem a opção, pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central, de utilização da taxa de câmbio à vista ("taxa referencial") diferente da informada pelo Bacen (PTAX) para a conversão de transações e de demonstrações em moeda estrangeira para a moeda nacional, observadas determinadas condições. O Conglomerado não adotou tal opção tanto para o exercício de 2022 quanto para o de 2023.

e) Convergência do padrão contábil do Banco Central às normas internacionais de contabilidade

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais são aplicáveis às instituições financeiras quando aprovadas pelo CMN.

Nesse sentido, os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo CMN e aplicáveis a estas Demonstrações Contábeis são:

e.1) Resoluções do CMN que incorporaram totalmente os pronunciamentos emitidos pelo CPC e são aplicáveis às Demonstrações Contábeis:

Assunto	Resolução CMN	CPC
Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	3.823/2009	CPC 25
Pagamento baseado em ações	3.989/2011	CPC 10 (R1)
Benefícios a empregados	4.877/2020	CPC 33 (R1)
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas; Demonstração dos fluxos de caixa; Divulgação sobre partes relacionadas; Eventos subsequentes; Resultado por ação.	4.818/2020	CPC 03 (R2) CPC 05 (R1) CPC 24 CPC 41
Reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábeis	4.924/2021	CPC 00 (R2) CPC 01 (R1) CPC 23 CPC 46 CPC 47

O Conglomerado aplicou, ainda, o seguinte pronunciamento que não é conflitante com as normas do Bacen, conforme determina o artigo 22, § 2º, da Lei n.º 6.385/1976: CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado (DVA).

e.2) Resoluções do CMN que incorporaram parcialmente os pronunciamentos emitidos pelo CPC e são aplicáveis às Demonstrações Contábeis:

Assunto	Resolução CMN	CPC
Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	4.524/2016	CPC 02 (R2)
Ativo intangível	4.534/2016	CPC 04 (R1)
Ativo imobilizado	4.535/2016	CPC 27
Ativo não circulante mantido para venda	4.747/2019	CPC 31
Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto Combinação de Negócios	4.817/2019	CPC 18 (R2) CPC 15 (R1)
Demonstrações consolidadas ⁽¹⁾	4.818/2020	CPC 36 (R3)
Instrumentos financeiros ⁽²⁾	4.966/2021	CPC 48

⁽¹⁾ A Resolução CMN n.º 4.818/2020 requer que as Demonstrações Contábeis consolidadas societárias de entidades registradas como companhia aberta ou que sejam líderes de conglomerado prudencial enquadrado no Segmento 1 (S1), no Segmento 2 (S2) ou no Segmento 3 (S3), conforme regulamentação específica, sejam divulgadas exclusivamente no padrão contábil internacional (IFRS), a partir de 01 de janeiro de 2022.

⁽²⁾ A Resolução CMN n.º 4.966/2021 estabelece a faculdade das instituições financeiras elaborarem e divulgarem Demonstrações Contábeis Consolidadas de acordo com as normas e instruções do Bacen até o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, ou seja, até a entrada em vigor dos novos critérios contábeis aplicáveis. O banco BV optou por adotar essa prerrogativa.

e.3) Outras Resoluções do CMN que entrarão em vigor em períodos futuros, que incorporam os pronunciamentos emitidos pelo CPC e são aplicáveis às Demonstrações Contábeis:

- Resolução CMN n.º 4.966/2021 - com início de vigência em 01 de janeiro de 2025, dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de *hedge*), incorporando conceitos do CPC 48 - Instrumentos Financeiros.
- Resolução CMN n.º 4.975/2021 - com início de vigência em 01 de janeiro de 2025, aprova a adoção do CPC 06 (R2) que dispõe sobre o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil por instituição financeira, seja tanto na condição de arrendadora, quanto na de arrendatária.

e.4) Normativos do CPC, incorporados total ou parcialmente pelo CMN e/ou para adoção futura que podem gerar impactos relevantes nas Demonstrações Contábeis na sua aplicação:

CPC 48 - Instrumentos financeiros:

A classificação de ativos financeiros é efetuada de acordo com a intenção da entidade sobre esses ativos, diferente do disposto no CPC 48, em que há a introdução do conceito de avaliação do modelo de negócios e avaliação das características dos fluxos de caixa contratuais.

Em relação à redução ao valor recuperável de ativos financeiros, o CPC 48 traz um novo modelo de perda de crédito esperada ao invés de um modelo de perda incorrida, a ser mensurada dependendo da classificação dos ativos financeiros em três estágios de acordo com as alterações no risco de crédito, além de utilização de informações de caráter prospectivo (*forward looking*), como expectativas macroeconômicas, para refletir os impactos de eventos futuros na perda esperada.

No caso de descontinuidade de *hedge* de fluxo de caixa, o valor acumulado no patrimônio líquido é transferido imediatamente ao resultado do período, diferente do disposto no CPC 48, que prevê o diferimento deste item de acordo com o mesmo período de vencimento das operações que foram objeto de *hedge*. Para fins de *hedge accounting*, o IASB continua a trabalhar no projeto de contabilidade de macro *hedge* e, por este motivo, a norma correspondente ao tema (CPC 48) traz a opção expressa de manutenção dos mesmos requisitos apresentados pela norma antecessora, o CPC 38 - Instrumentos financeiros.

Os dispositivos mencionados, bem como demais diferenças existentes entre a regulamentação do Banco Central e as normas internacionais de contabilidade referentes à instrumentos financeiros foram endereçados pelo Banco Central com a emissão da Resolução CMN nº 4.966/2021, com início de vigência em 01 de janeiro de 2025. Os ajustes contábeis decorrentes da adoção inicial serão lançados em contrapartida a lucros ou prejuízos acumulados, no patrimônio líquido.

A Resolução CMN nº 4.966/2021 traz alterações substanciais para as instituições financeiras e o Conglomerado dará continuidade aos trabalhos para adequação à nova regra ao longo dos exercícios de 2023 e 2024, viabilizando sua aplicação a partir de 01 de janeiro de 2025.

Plano para implementação:

Durante o exercício de 2022, o Conglomerado realizou: (i) o mapeamento das alterações normativas, áreas e sistemas impactados, (ii) a definição de pontos focais, papéis e responsabilidades para cada frente de trabalho, (iii) a instalação de governança e reporte das ações planejadas e (iv) a aprovação de orçamento para as iniciativas que visam o pleno atendimento aos novos requisitos.

O Conglomerado planeja a aderência aos novos critérios por meio da execução de projeto interno que visa, além do desenho e construção dos requisitos técnicos e testes de homologação, capacitar e aculturar os profissionais envolvidos das diversas áreas através de treinamentos, reformulação de políticas e procedimentos internos, além de mapear, acompanhar e viabilizar a adequação do ambiente de tecnologia por toda a esteira operacional e tecnológica, de crédito e riscos, tesouraria e gestão de ativos e passivos (ALM), contábil, tributária, gerencial e dos negócios.

Dentre os principais temas da norma que requerem adequação aos quais o Conglomerado avalia que são alterações significativas, estão:

Tema	Regra atual	Resolução CMN 4.966/2021
<i>Stop accrual</i>	Interrupção do reconhecimento de juros de operações vencidas a mais de 59 dias de atraso.	90 dias de atraso ou antes, se o ativo for considerado 'ativo problemático' (estágio 3).
Provisão para perdas	9 <i>ratings</i> e rolagem por atraso com base na Resolução CMN nº 2.682/1999.	Perdas esperadas em 3 estágios com pisos mínimos definidos pelo Banco Central. Os pisos mínimos são qualificados como perda incorrida. Montantes de provisão acima dos pisos mínimos são qualificados como de perdas esperadas.
Baixa para prejuízo	Após 180 dias em <i>rating</i> H (360 dias de atraso no total)	Quando a entidade não tiver expectativa de recuperação.
Taxa de juros efetiva	Receitas e despesas de originação são reconhecidas de imediato.	Devem ser diferidas e controladas como parte integrante da taxa de juros efetiva, quando assim qualificadas.
<i>Hedge accounting</i>	Testes de efetividade prospectivos e retrospectivos, com avaliação do intervalo de 80% a 125%. Possibilidade de descontinuidade voluntária.	Testes qualitativos e prospectivos (<i>forward-looking</i>). A efetividade é definida pela própria instituição na sua política de riscos. Descontinuidade prospectiva e somente quando a relação de proteção deixar de atender aos critérios de qualificação, exceto para <i>hedge</i> de valor justo de exposição à taxa de juros de carteira.

Por fim, ressaltamos que o plano de implementação pode ser readequado em função de normas complementares à Resolução CMN 4.966/2021 que porventura impactem substancialmente os requisitos em andamento.

Com a emissão da Resolução BCB nº 309/2023, o Banco Central estabeleceu procedimentos contábeis sobre a definição de fluxos de caixas de ativo financeiro como somente pagamento de principal e juros; a aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros; a constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito; e a evidenciação de informações relativas a instrumentos financeiros em notas explicativas.

Os impactos desses procedimentos estão sendo refletidos no plano de implementação e são objeto de ampla discussão no mercado financeiro, especialmente para esclarecimento de pontos normativos e apresentação de sugestões junto ao respectivo regulador, via entidades representativas dos bancos.



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

em 30 de junho de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

CPC 47 – Receita de contrato com cliente:

A remuneração a correspondentes no país referente à originação de operações de crédito é reconhecida como despesa na data da contratação, repactuação ou renovação dessas operações, conforme disposto na Circular Bacen nº 3.693/2013. Este procedimento difere do disposto no CPC 47, o qual estabelece que as despesas sejam feitas de forma diferida pelo prazo da operação. Por outro lado a Resolução CMN nº 4.966/2021 estabelece procedimentos para a aplicação do método de juros efetivos, portanto, esse tema será pacificado até a vigência da referida Resolução, em 01 de janeiro de 2025.

CPC 18 (R2) - Investimento em coligada, em controlada e em empreendimento controlado em conjunto:

É aplicado o método de custo ou equivalência patrimonial, conforme regras, para investimento em coligada, controlada ou empreendimento controlado em conjunto. Este procedimento, estabelecido nas normas em vigor do Bacen, difere do CPC 18 que prevê a possibilidade de adoção da mensuração ao valor justo por meio do resultado, em consonância com o CPC 48, para parcela da participação em investimento em coligada, controlada ou empreendimento controlado em conjunto, qualificado como organização de capital de risco, independentemente desta exercer influência significativa sobre essa parcela da participação. A Resolução CMN nº 4.817/2019, em vigor a partir de 01 de janeiro de 2022, que incorpora conceitos do CPC 18, não faz menção específica sobre o tratamento de organização de capital de risco. Por outro lado, como o tratamento contábil desse tipo de investimento é endereçado no CPC 48, esse tema será pacificado até 01 de janeiro de 2025 com a entrada em vigor da Resolução CMN nº 4.966/2021.

Investimentos não consolidados devido a não adoção do CPC 18	Atividade	% de participação
Fundo de Invest. em Participações BV - Multiestratégia Investimento no Exterior	Fundo de investimento em participações	100,00%
Fundo de Invest. em Participações BV Tech I - Multiestratégia Investimento no Exterior	Fundo de investimento em participações	100,00%

O reconhecimento de despesa de amortização de ágios cujo fundamento econômico seja baseado na expectativa de resultados futuros (*goodwill*) identificados nas aquisições, difere do disposto no CPC 18, que não permite amortização de ágios desta natureza, sendo esse ativo intangível somente sujeito a testes periódicos de redução ao valor recuperável. A Resolução CMN nº 4.817/2019 manteve o procedimento contábil existente de amortização de ágio.

A emissão destas Demonstrações Contábeis foi autorizada pela Administração em 08 de agosto de 2023.

f) Participações societárias em controladas e fundos de investimentos incluídos nas Demonstrações Contábeis consolidadas, segregadas por atividades:

	Atividade	% de Participação	
		30.06.2023	31.12.2022
Instituições financeiras – País			
Banco BV S.A.	Banco múltiplo	100,00%	100,00%
BV Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (BV DTVM) ⁽¹⁾	Gestão de recursos de terceiros	-	100,00%
Instituições do mercado segurador			
BV Corretora de Seguros S.A. (BV Corretora)	Corretora	100,00%	100,00%
Instituições não financeiras ⁽²⁾			
BV Investimentos Altern. e Gestão de Recursos S.A. (BVIA)	Administração de ativos	100,00%	100,00%
BV Empreendimentos e Participações S.A. (BVEP)	Holding	100,00%	100,00%
Atenas SP 02 - Empreendimento Imobiliário (Atenas) ⁽³⁾	SPE	100,00%	100,00%
Fundos de investimento consolidados			
Votorantim Expertise Multimercado Fundo de Investimento (Expertise)	Fundo	100,00%	100,00%
Crédito Universitário III Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC Universitário) ⁽⁴⁾	Fundo	-	88,61%
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios BV - Crédito de Veículos (FIDC BV) ⁽⁵⁾	Fundo	42,49%	42,49%
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios TM II (FIDC TM)	Fundo	100,00%	100,00%
Votorantim Securities Master Fundo de Investimento Imobiliário (Master)	Fundo	88,43%	88,43%
Fundo de Investimento Imobiliário Votorantim Patrimonial (Patrimonial)	Fundo	99,62%	99,62%
Controladas da BVIA			
Marques de Monte Santo Empreend. Imobiliário SPE Ltda. (Monte Santo)	SPE	100,00%	100,00%
Parque Valença Empreendimento Imobiliário SPE Ltda. (Parque Valença)	SPE	100,00%	100,00%
Controladas da BVEP			
IRE República Empreendimento Imobiliário S.A. (IRE República) ⁽³⁾	SPE	100,00%	100,00%
Senador Dantas Empreendimento Imobiliário SPE S.A. (Senador Dantas) ⁽³⁾	SPE	100,00%	100,00%
Henri Dunant Empreend. Imobiliário S.A. (Henri Dunant) ⁽³⁾	SPE	100,00%	100,00%
Arena XI Incorporações SPE Ltda. (Arena XI) ⁽³⁾	SPE	100,00%	100,00%
D'oro XVIII Incorporações Ltda. (D'oro XVIII) ⁽³⁾	SPE	100,00%	100,00%
BVEP Vila Parque Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda. (Vila Parque) ⁽³⁾	SPE	100,00%	100,00%
Controladas da Atenas			
Atenas Sp 02 – Empreendimento Imobiliário Ltda. – Lote 1 ⁽³⁾	SPE	100,00%	100,00%
Atenas Sp 02 – Empreendimento Imobiliário Ltda. – Lote 3 ⁽³⁾	SPE	100,00%	100,00%

⁽¹⁾ Em agosto de 2022, o banco BV firmou parceria estratégica com o Banco Bradesco, o qual, por meio de uma de suas controladas, adquiriu 51% do capital da BV DTVM. Em fevereiro de 2023, a Companhia deixou de ser controlada, passando para a condição de coligada e em consequência deixou de ser consolidada (nota 2b).

⁽²⁾ Em dezembro de 2022, o banco BV, ora controlador da Promotiva S.A., realizou a alienação da totalidade das ações da respectiva controlada (Nota 2c).

⁽³⁾ Para efeito de consolidação, contempla defasagem de até 2 meses no respectivo balancete.

⁽⁴⁾ Em março de 2023, o banco BV alienou a totalidade da sua participação nas cotas subordinadas do FIDC Universitário, descaracterizando a retenção substancial dos riscos e benefícios, portanto deixou de ser consolidado a partir da referida data base.

⁽⁵⁾ Fundo de investimento no qual o Banco assume ou retém, substancialmente, riscos e benefícios, por meio de cotas subordinadas.

4. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis adotadas pelo banco BV são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nestas Demonstrações Contábeis intermediárias individuais e consolidadas e de maneira uniforme em todas as entidades do Conglomerado.

a) Apuração do resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério *pro rata die*, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro. As operações indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelo critério de taxas correntes.

b) Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional, que é a moeda do ambiente econômico principal no qual uma entidade opera, é o Real para todas as entidades do Conglomerado. Nestas Demonstrações Contábeis, a moeda de apresentação também é o Real.

c) Mensuração a valor presente

Os ativos e passivos financeiros estão apresentados a valor presente em função da aplicação do regime de competência no reconhecimento das respectivas receitas e despesas de juros.

Os passivos não contratuais, representados essencialmente por provisões para demandas judiciais e obrigações legais, cuja data de desembolso é incerta e não está sob o controle do Conglomerado, estão mensurados a valor presente uma vez que são reconhecidos inicialmente pelo valor de desembolso estimado na data da avaliação e são atualizados mensalmente.

d) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações em operações compromissadas - posição bancada, aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações em moedas estrangeiras, com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor, cujo vencimento das operações, na data efetiva da aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias.

e) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustadas por provisão para perdas, quando aplicável.

As aplicações interfinanceiras de liquidez que são objeto de *hedge* de risco de mercado são avaliadas pelo seu valor justo, utilizando critério consistente e verificável. Os ajustes de avaliação a valor justo dessas operações são registrados na mesma linha que abriga o instrumento financeiro, em contrapartida de resultado com instrumentos financeiros derivativos.

f) Títulos e valores mobiliários - TVM

Os títulos e valores mobiliários adquiridos para formação de carteira própria são registrados pelo valor efetivamente pago reduzido da provisão para perda, quando julgado necessário, e classificados em função da intenção da Administração em três categorias distintas, conforme regulamentação vigente:

Títulos para negociação: Títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados pelo seu valor justo em contrapartida ao resultado do período;

Títulos disponíveis para venda: Títulos que poderão ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados pelo seu valor justo em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários; e

Títulos mantidos até o vencimento: Títulos adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. Estes títulos são acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período e não são ajustados ao seu valor justo. Para os papéis reclassificados para esta categoria, o ajuste de marcação a mercado é incorporado ao custo, sendo contabilizados prospectivamente pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

A metodologia de ajuste a valor justo foi estabelecida com observância de critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação na data da apuração, ou, na falta deste, o valor de ajuste diário das operações de mercado futuro divulgados por fontes externas ou o valor líquido provável de realização obtido por meio de modelos de precificação, utilizando curvas de valores futuros de taxas de juros, taxas de câmbio, índices de preços e moedas, além de eventuais ajustes nos preços de títulos de baixa liquidez, todas devidamente aderentes aos preços praticados no período. O valor justo contempla o risco de crédito do emissor (ajuste de *spread* de crédito).

Os rendimentos auferidos com os títulos e valores mobiliários, independentemente da categoria em que estão classificados, são apropriados *pro rata die*, com base na variação do indexador e nas taxas de juros pactuados, pelo método exponencial ou linear, até a data do vencimento ou da venda definitiva do título, sendo reconhecidos diretamente no resultado do período.

As perdas com títulos classificados como disponíveis para venda e como mantidos até o vencimento que não tenham caráter de perdas temporárias são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.

Quando da alienação, a diferença apurada entre o valor da venda e o custo de aquisição atualizado pelos rendimentos é considerada como resultado da transação, sendo contabilizada na data da operação como lucro ou prejuízo com títulos e valores mobiliários.

Seguindo diretrizes do Banco Central do Brasil, o Conglomerado adota a variação de cotas como ajuste a valor justo para fundos com as seguintes características:

- Fundos em que o saldo atualizado das cotas não esteja disponível para resgate (realização) no curto prazo, ou seja, em que ocorra o resgate das cotas somente na liquidação ou encerramento do fundo; e
- Fundos em que haja previsão de pagamento de dividendos (ou qualquer outra forma de distribuição de rendimentos), como forma de remuneração de seus cotistas no curso dos negócios do fundo.

As aplicações em cotas detidas pelo Conglomerado, de fundos de investimentos que apresentam essas características são de fundos de investimentos em participações (FIPs) e fundos de investimentos imobiliários (FIIs).

g) Instrumentos financeiros derivativos – IFD

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo seu valor justo por ocasião dos balancetes mensais e balanços. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros.

A metodologia de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos foi estabelecida com base em critérios consistentes e verificáveis que levam em consideração o preço médio de negociação no dia da apuração ou, na falta deste, por meio de modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização. O valor justo contempla o risco de crédito da contraparte (ajuste de *spread* de crédito).

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das exposições às variações no valor justo de ativos ou passivos financeiros são considerados instrumentos de proteção (*hedge*) e são classificados de acordo com a sua natureza em:

Hedge de risco de mercado: Os instrumentos financeiros assim classificados, bem como o item objeto de *hedge*, têm suas valorizações ou desvalorizações reconhecidas em contas de resultado do período.

Para os itens objeto de *hedge* que são descontinuados da relação de *hedge* de risco de mercado e permanecem registrados no Balanço, como nos casos de contratos de créditos cedidos com retenção substancial dos riscos e benefícios, quando aplicável, o saldo de ajuste de marcação a mercado é reconhecido no resultado pelo prazo remanescente das operações.

Hedge de fluxo de caixa: Na categoria de *hedge* de fluxo de caixa são classificados os instrumentos financeiros derivativos destinados a compensar a variação do fluxo de caixa futuro estimado da instituição. Para estas operações os instrumentos financeiros derivativos são ajustados ao valor justo, sendo que a parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações, líquida dos efeitos tributários, registra-se na conta destacada do patrimônio líquido. Entende-se por parcela efetiva aquela em que a variação no item objeto de *hedge*, diretamente relacionada ao risco correspondente, é compensada pela variação no instrumento financeiro utilizado para *hedge*, considerando o efeito acumulado da operação. As demais variações verificadas nesses instrumentos são reconhecidas diretamente no resultado do período.

Para os itens objeto de *hedge* que são descontinuados da relação de *hedge* de fluxo de caixa e permanecem registrados no balanço, a reserva acumulada no patrimônio líquido é imediatamente transferida para o resultado do período.

O banco BV realiza operações de *hedge* que incluem dispositivos de liquidação de direitos e obrigações contratuais atrelados ao risco de crédito próprio, de terceiros ou de partes relacionadas ao Banco que possam resultar, sob determinadas condições de ocorrência eventual, no vencimento antecipado do derivativo sem que qualquer valor seja devido ao Banco ou que o valor devido ao Banco possa ser liquidado com títulos de dívida de emissão do próprio banco BV, conforme previsão contratual.

h) Carteira de crédito - Operações de crédito, de arrendamento mercantil, outros créditos com características de concessão de crédito e provisão para perdas prováveis associadas ao risco de crédito

A carteira de crédito, contemplando as operações de crédito, de arrendamento mercantil e outros créditos com características de concessão de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, aos períodos de atraso e ao grupo econômico, observando os parâmetros estabelecidos pelo CMN, que requer a análise da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 14 dias como operações em curso anormal e o critério de classificação de ativos problemáticos. Para as operações contratadas com clientes cuja responsabilidade total seja de valor superior a R\$ 50.000,00 é efetuada a avaliação por cliente das perdas prováveis associadas ao risco de crédito.

Os critérios para perdas prováveis também são aplicáveis para operações de crédito resultantes da consolidação de fundos de investimento em direitos creditórios (FIDCs).

As rendas das operações de crédito deixam de ser apropriadas para resultado enquanto as operações apresentarem atraso superior a 59 dias.

As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito já baixadas contra a provisão são classificadas como nível H. Os eventuais ganhos provenientes de renegociação de contrato em atraso acima de 59 dias ou em prejuízo são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

Caracterizam-se como ativos problemáticos os ativos financeiros com atraso acima de noventa dias ou quando existirem indicativos de que o ativo não será realizado sem que seja necessário recorrer a garantias e colaterais. Constituem indicativos de que o ativo não será realizado (i) quando o Conglomerado considera que o devedor já não possui capacidade financeira para honrar sua obrigação, (ii) se o Conglomerado reconhece contabilmente deterioração significativa da qualidade do crédito do devedor, (iii) se a operação é objeto de renegociação que implique concessão de vantagens ao devedor em decorrência da deterioração da sua qualidade creditícia ou de seus mitigadores (reestruturação de dívida), (iv) se o Conglomerado pede a falência ou toma outra medida similar em relação ao devedor, ou (v) se o devedor solicita qualquer tipo de medida judicial que limite, atrase ou impeça o cumprimento de suas obrigações nas condições pactuadas.

As operações de crédito classificadas como ativos problemáticos podem ser revertidas à condição de ativos em curso normal desde que exista evidência de que o devedor retomou sua capacidade de honrar suas obrigações nas condições pactuadas. A Administração avalia se o devedor (i) não possui qualquer pendência em atraso há mais de noventa dias, (ii) se o ativo já não atende aos critérios de caracterização de ativos problemáticos, (iii) se ocorreram pagamentos contínuos e efetivos em período não inferior a 3 meses e (iv) se a situação financeira do devedor melhorou de tal modo que a realização do ativo seja provável.

A provisão para perdas associadas ao risco de crédito, considerada suficiente pela Administração, atende aos requisitos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999 (nota explicativa 12e).

As operações de crédito, que são objeto de *hedge* de risco de mercado, são avaliadas pelo seu valor justo utilizando critério consistente e verificável. Os ajustes de avaliação a valor justo dessas operações são registrados em rubrica específica no grupo de operações de crédito, considerando também a classificação e percentual de provisão para perdas associadas ao risco de crédito, em contrapartida de resultado com instrumentos financeiros derivativos.

Os ativos financeiros cedidos consideram o grau de transferência dos riscos e benefícios dos ativos transferidos para uma outra entidade:

- Quando são transferidos ativos financeiros para uma outra entidade, mas não há transferência substancial dos riscos e benefícios relacionados aos ativos transferidos, os ativos permanecem reconhecidos no Balanço do Conglomerado. As receitas e despesas decorrentes dessas operações são reconhecidas de forma segregada ao resultado do período pelo prazo remanescente dessas operações; e
- Quando são transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios relacionados aos ativos transferidos para uma entidade, os ativos são baixados do Balanço do Conglomerado.

i) Ativos não financeiros mantidos para venda

Registram-se como bens não de uso próprio da instituição os bens adjudicados, recebidos em dação em pagamento ou por qualquer outra forma recepcionados para a liquidação ou amortização de dívidas, que não destinados ao próprio uso do Conglomerado, tomando-se por base os seguintes critérios de reconhecimento:

- São reconhecidos na data do seu recebimento pela instituição e são avaliados pelo menor valor entre o valor contábil bruto do respectivo instrumento financeiro de difícil ou duvidosa solução que lhe deu origem ou o valor justo do bem, líquido de despesas de vendas. Considera-se como data de recebimento a data em que a instituição obteve a posse, o domínio e o controle do bem, observadas as particularidades legais e características de cada tipo de ativo; e
- O Conglomerado avalia periodicamente, se há alguma indicação de que esses bens possam ter sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a entidade estima o seu valor recuperável. Se o valor recuperável for inferior ao valor contábil, o ativo é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma provisão para perda por imparidade, que é reconhecida na Demonstração do Resultado em "Outras despesas não operacionais".

j) Investimentos

Os investimentos em controladas com influência significativa ou com participação de 20% ou mais no capital votante são avaliados pelo método da equivalência patrimonial com base no valor do patrimônio líquido da controlada.

Nas demonstrações contábeis, os ágios por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) pagos na aquisição de investimentos, correspondentes aos montantes desembolsados que excedam o valor justo dos ativos identificáveis deduzido do valor justo dos passivos assumidos ("valor justo"), são amortizados com base na efetiva realização da expectativa de rentabilidade que fundamentou sua origem ou por outras formas de sua reavaliação.

Os saldos correspondentes à diferença entre o valor justo e o valor contábil do patrimônio líquido da investida ("mais valia") são amortizados em função do prazo de realização dos ativos e exigibilidade dos passivos que lhe deram origem. A diferença positiva entre o valor de aquisição e o valor justo que não tenha fundamento econômico em benefícios futuros é reconhecido no resultado do período como Outras receitas e despesas não operacionais.

k) Imobilizado de uso

O ativo imobilizado é avaliado pelo custo de aquisição, deduzido da respectiva conta de depreciação, cujo valor é calculado pelo prazo de vida útil do bem pelo método linear. Decorrente dessa prática, as seguintes taxas anuais de depreciação são utilizadas sobre o valor depreciável (correspondente ao custo de aquisição deduzido do valor residual, quando existir), sendo:

- Veículos – 20%;
- Sistemas de processamento de dados – 20%;
- Instalações, móveis e equipamentos de uso – 10%; e
- Benfeitorias em propriedade de terceiros – prazo do contrato de aluguel – 10%.

Os *softwares* comprados como parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

O Conglomerado realiza inventário desses ativos e avalia o seu valor residual periodicamente ou quando há alterações significativas nas premissas utilizadas.

l) Intangíveis e ágio

O ativo intangível corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Conglomerado ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida e referem-se basicamente a *softwares* e licenças ou direitos de uso (nota explicativa 17a). A amortização destes intangíveis é efetuada pelo método linear com base no prazo que o benefício é gerado e é incidente sobre o valor amortizável (correspondente ao custo de aquisição deduzido do valor residual, quando aplicável), a partir da data de disponibilização do ativo intangível para uso e contabilizada em Outras despesas administrativas – Amortização (nota explicativa 23d). A vida útil e o valor residual desses ativos, quando aplicável, são revisados anualmente ou quando há alterações significativas nas premissas utilizadas. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são passíveis de amortização e são testados anualmente quanto ao seu valor recuperável.

Nas demonstrações consolidadas, os intangíveis incluem os ágios por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) pagos na aquisição de investimentos, conforme descrito na nota 4j.

m) Resultado por ação

A divulgação do resultado por ação é efetuada de acordo com os critérios definidos no CPC 41 – Resultado por ação. O lucro básico e diluído por ação do Banco foi calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas pelo número médio ponderado de suas ações. Não há distinção no método de cálculo de ambos os índices, uma vez que o Banco não mantém ações em tesouraria e não há atualmente instrumentos de patrimônio ou qualquer instrumento associado que produzam potencial diluição.

Quando o número de ações ordinárias ou ações ordinárias potenciais totais diminuir como resultado de grupamento de ações, o cálculo do resultado básico e diluído por ação para todos os períodos apresentados é ajustado, para fins de comparabilidade.

n) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros – Imparidade e baixa

O Conglomerado avalia o valor recuperável de ativos não financeiros em periodicidades diferentes, de acordo com sua natureza. Se houver alguma indicação de desvalorização, a entidade estima o valor recuperável do ativo que é o maior entre: i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e ii) o seu valor em uso.

Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o ativo é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma provisão para perda por imparidade, que é reconhecida na Demonstração do Resultado, de acordo com a natureza do ativo.

Metodologias aplicadas na avaliação do valor recuperável dos principais ativos não financeiros:

Investimentos: A metodologia do valor recuperável dos investimentos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial, baseia-se na avaliação dos resultados das empresas investidas, seus planos de negócios e capacidade de retorno dos montantes investidos. É reconhecida uma provisão para perda por imparidade no resultado do período, quando o valor contábil de um investimento, incluindo ágio, exceder seu valor recuperável. Os testes de redução ao valor recuperável são realizados no mínimo anualmente.

Intangível: *Softwares* adquiridos, desenvolvidos internamente e licenças de uso - os *softwares* desenvolvidos internamente de acordo com as necessidades do Conglomerado fazem parte da política de investimento para modernização e adequação às novas tecnologias e necessidades dos negócios. Em razão de não haver similares no mercado, bem como do alto custo para se implantar métricas que permitam o cálculo do seu valor em uso, o teste de recuperabilidade dos *softwares*, assim como das licenças de uso, consiste em avaliar a sua utilidade para a empresa de forma que, sempre que um *software* ou licença não atinja a geração de benefícios econômicos futuros previstos pela Administração, ajusta-se o valor recuperável do ativo intangível. A Administração realiza testes de redução ao valor recuperável, no mínimo anualmente, para softwares em desenvolvimento e para softwares concluídos.

Ativos não financeiros mantidos para venda: Imóveis – provisão constituída com base em laudos de avaliação anual realizada por consultoria especializada.

Móveis – Para veículos a provisão para desvalorização é constituída mensalmente com base no prazo de permanência do BNDU (obsolescência do bem). Para os registros superiores a 720 dias é constituída provisão de 100% sobre o saldo contábil. Os inventários físicos são realizados anualmente nos pátios.

Máquinas e equipamentos – É constituída provisão para desvalorização com base no levantamento de laudos de avaliação anual realizada por consultoria especializada e a provisão total é constituída caso o bem esteja classificado em BNDU há mais de 720 dias.

As perdas registradas no resultado para ajuste ao valor recuperável desses ativos, quando houver, são demonstradas nas respectivas notas explicativas.

Créditos de carbono e títulos verdes: Como esses créditos adquiridos são utilizados exclusivamente para cumprir o compromisso de compensar a emissão de CO₂ pelos veículos financiados pelo banco BV, ou seja a instituição não está exposta a variação de valor justo desse ativo no balanço, a eventual redução por longo período no valor justo desses créditos por condições de mercado não expõe a instituição a perdas por redução ao valor recuperável desse ativo.

Baixa de ativos: Os ativos são baixados, inclusive os intangíveis, quando a provisão para redução ao valor recuperável – imparidade atingir 100% do custo do ativo e, também, for constatada a inexistência, em definitivo, de benefícios econômicos futuros, seja por obsolescência, descontinuidade de uso ou quando não houver, sob quaisquer circunstâncias, a capacidade de mensurar com confiabilidade tais benefícios econômicos.

o) Benefícios a empregados

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação de benefícios a empregados de curto e longo prazo são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, seguindo o disposto na Resolução CMN nº 4.877/2020. Em consonância com o regime de competência, o pronunciamento requer que a entidade reconheça um passivo em contrapartida do resultado do período quando o colaborador presta serviço em troca de benefícios a serem pagos no futuro.

O Conglomerado possui um programa de remuneração variável elegível aos seus diretores e empregados. Os valores a serem pagos atualizados de acordo com o período de carência (de um a no máximo quatro anos) e com as características de cada benefício são registrados em "Outros passivos - Provisão para despesas de pessoal" em contrapartida à rubrica de "Despesas de pessoal - Proventos". Detalhes do programa estão divulgados na nota explicativa 28.

Os valores referentes a participação nos lucros e resultados (PLR), estabelecido pela Lei n.º 10.101/2000, são reconhecidos em "Outros passivos - Provisão para participação nos lucros e resultados" em contrapartida ao resultado, em "Participação nos lucros e resultados".

p) Depósitos, captações no mercado aberto, recursos de aceites e emissão de títulos, obrigações por empréstimos e repasses e dívidas subordinadas

Os depósitos e captações no mercado são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do Balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

Os custos incorridos na emissão de títulos ou outras formas de captação que se enquadram como custos de transação são reconhecidos no resultado com base no regime de competência pelo prazo das operações originárias, e são apresentados como redutores do passivo correspondente.

As captações que são objeto de *hedge* de risco de mercado são avaliadas pelo seu valor justo, utilizando critério consistente e verificável. Os ajustes de avaliação a valor justo dessas operações são registrados na mesma linha que abriga o instrumento financeiro, em contrapartida de "Resultado com instrumentos financeiros derivativos".

q) Tributos

Os tributos do Conglomerado, incluindo os incidentes sobre a receita, são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

	Alíquotas vigentes
Tributos sobre o lucro	
Imposto de Renda (15% + adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) - Banco Votorantim S.A. e Banco BV S.A. ⁽¹⁾	20%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) - Demais instituições financeiras e não financeiras ⁽¹⁾	de 9% a 15%
Demais tributos	
PIS / PASEP ⁽²⁾	de 0,65% a 1,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS ⁽²⁾	de 3% a 7,6%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN ⁽³⁾	de 2% a 5%

⁽¹⁾ A Lei nº 14.446, de 02 de setembro de 2022, elevou a alíquota da CSLL dos bancos, de 20% para 21% e de 15% para 16% para as demais entidades do setor financeiro de 01 de agosto de 2022 a 31 de dezembro de 2022, retornando às alíquotas anteriores a partir de 01 de janeiro de 2023, sendo, 20% para bancos e 15% para as demais entidades do setor financeiro.

⁽²⁾ Para as empresas não financeiras optantes do regime de apuração não cumulativo, a alíquota do PIS / Pasep é de 1,65% e da Cofins é de 7,6%.

⁽³⁾ Tributos incidentes sobre a receita com prestação de serviços.

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. No caso de alteração da legislação tributária que modifique critérios e alíquotas a serem adotados em períodos futuros, os efeitos são reconhecidos imediatamente com base nos critérios e alíquotas aplicáveis ao período em que cada parcela do ativo será realizada ou do passivo liquidada. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.842/2020 e estão suportados por estudo de capacidade de realização.

É reconhecido o Imposto de Renda diferido, calculado à alíquota de 25% sobre o ajuste de superveniência de depreciação da carteira de arrendamento mercantil da controlada Banco BV S.A.

r) Provisões, passivos contingentes, obrigações legais e ativos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, passivos contingentes, obrigações legais e ativos contingentes são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009 (nota explicativa 29).

Os passivos contingentes são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

Com base em prognósticos de perda avaliados pela Administração, o Conglomerado constitui provisão para as demandas de natureza trabalhista, fiscal e cível. Para os processos judiciais de natureza trabalhista, a apuração do volume de provisão é realizada por meio de avaliações jurídicas e modelos estatísticos. Já para processos judiciais de natureza fiscal, o valor provável de perda é estimado através da avaliação de assessores jurídicos (método individualizado). Para as causas cíveis consideradas semelhantes e usuais, e cujo valor não seja considerado relevante, a apuração do volume de provisão é realizada por meio de modelo estatístico com base na perda observada no histórico de ações encerradas de mesmas características (método massificado).

Para as causas de natureza cível não usuais, ou cujo valor seja considerado relevante, o valor provável de perda é estimado através da avaliação de assessores jurídicos (método individualizado).

As obrigações legais são processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da probabilidade de sucesso dos processos judiciais em andamento, tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas Demonstrações Contábeis.

Compensação da emissão de CO₂ por veículos financiados pelo banco BV - O compromisso assumido pela Instituição de compensar a emissão de CO₂ pelos veículos financiados a partir de 2021 e de financiamentos anteriores a 2021 cujos clientes tenham optado por aderir ao programa de compensações, constitui obrigação presente da Instituição, de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes. A Instituição estima mensalmente a quantidade de emissões desses gases que é produzida pelos veículos e provisiona o correspondente custo de aquisição dos créditos que são necessários para compensar tal emissão. A provisão é revertida no momento em que é apurada e reconhecida a amortização destes créditos.

Ativos contingentes geralmente decorrem de eventos não planejados ou outros eventos inesperados que originam a possibilidade de um fluxo de entrada de benefícios econômicos à entidade.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. Porém, quando a realização do ganho é praticamente certa, então o ativo relacionado não é um ativo contingente e o seu reconhecimento é realizado nas Demonstrações Contábeis.

s) Garantias financeiras prestadas

As garantias financeiras prestadas, as quais requerem pagamentos definidos contratualmente, em decorrência do não pagamento da obrigação pelo devedor na data prevista, tais como aval, fiança, coobrigação, ou outra obrigação que represente garantia do cumprimento de obrigação financeira de terceiros, são reconhecidas em contas de compensação, observados os desdobramentos previstos para o controle.

Quando o valor da responsabilidade estiver sujeito à variação cambial ou outra forma de reajuste, os saldos dessas contas são atualizados por ocasião dos balancetes mensais e balanços.

As rendas de comissões sobre essas garantias prestadas, pertencentes ao período e não recebidas antecipadamente são contabilizadas mensalmente em "Outros ativos financeiros - Outros créditos e rendas a receber", em contrapartida a "Receitas de prestação de serviços - Rendas de garantias prestadas".

As comissões recebidas antecipadamente contabilizam-se em "Comissões por intermediação de operações a pagar", do grupamento "Outros passivos financeiros", apropriando-se mensalmente, segundo o regime de competência.

Em linha aos requerimentos das Resoluções CMN nº 2.682/1999 e 4.512/2016, a constituição de provisão para perdas na prestação de garantias financeiras a clientes leva em conta:

- O setor de atuação, ambiente competitivo e regulatório, controle acionário e gestão, bem como solidez financeira, sendo estas variáveis capturadas por meio dos modelos de "rating" de forma qualitativa e quantitativa; e
- A probabilidade do insucesso dos processos judiciais ou administrativos, que levem à saída de recursos necessários para liquidar a obrigação nas garantias financeiras prestadas em contingências passivas de terceiros.

Com a aplicação da Resolução CMN nº 4.512/2016, as provisões para perdas nas garantias financeiras prestadas estão apresentadas em "Outros passivos" (nota explicativa 22.a e 30.1.a.ii).

t) Outros ativos e passivos

Créditos de carbono e títulos verdes

Outros ativos incluem também os créditos de carbono e títulos verdes que foram adquiridos com o propósito de compensar a emissão de CO₂ pelos veículos financiados pelo banco BV. O CO₂ é um dos gases causadores do efeito estufa. O mecanismo de compensação de emissões de CO₂ que foi adotado pelo Conglomerado inclui a efetiva declaração de utilização (aposentadoria), no menor tempo possível, dos créditos de carbono e títulos verdes adquiridos. Não há previsão de destinação desses créditos para outra finalidade que não seja a compensação, como por exemplo, a sua negociação no mercado. Por esse motivo, como não houve exposição da instituição ao valor justo sobre os créditos adquiridos, estes foram reconhecidos pelo preço pago e formam um estoque de toneladas de CO₂, controlados pelo custo médio, consumidos com base no volume mensal de CO₂ produzido pelos veículos financiados.

Independente do momento da aquisição e aposentadoria dos créditos de carbono e títulos verdes, o compromisso assumido pela Instituição de compensar a emissão de CO₂ dos veículos financiados a partir de 2021 e de financiamentos anteriores a 2021 cujos clientes tenham optado por aderir ao programa de compensações, constitui obrigação presente da Instituição, seguindo disposições descritas na nota explicativa 4r.

Despesas antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, incluindo custos de transação incorridos na obtenção de contratos com clientes, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros. As despesas antecipadas são registradas ao custo e amortizadas à medida que forem sendo realizadas.

Outros itens patrimoniais

Os demais ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas em base *pro rata die* e provisão para perdas, quando julgada necessária. Os demais passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos em base *pro rata die*.

u) Eventos subsequentes

Entre o encerramento do exercício e a data de autorização da emissão das demonstrações contábeis, podem existir eventos que, sob determinadas condições, demandam ou não ajustes às demonstrações contábeis.

Eventos que evidenciam condições que já existiam na data final do período a que se referem as demonstrações contábeis demandam ajustes nestas demonstrações, enquanto que eventos que são indicadores de condições que surgiram subsequentemente ao período contábil a que se referem as demonstrações contábeis, não demandam ajustes.

Quando o evento subsequente demandar ajustes nas demonstrações contábeis do exercício encerrado, por exemplo perda por redução ao valor recuperável no crédito em caso de falência ou outros fatos relevantes de deterioração do crédito avaliados caso a caso, a Administração faz a atualização de suas divulgações contábeis reconhecendo os impactos no balanço patrimonial e no resultado, o que for aplicável. Para os eventos que não originam ajustes, a Administração divulga a natureza do evento e a estimativa de efeito financeiro para cada categoria significativa, quando aplicável, na nota explicativa de Eventos subsequentes.

5. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS CONTÁBEIS E JULGAMENTOS

1) Principais estimativas contábeis e julgamentos realizados no uso destas estimativas, bem como na aplicação de políticas contábeis

A elaboração de Demonstrações Contábeis consolidadas exige a aplicação de certas premissas e julgamentos relevantes sobre eventos futuros que envolvem alto grau de incerteza e que podem produzir impacto material sobre essas demonstrações. A Administração aplica, em base continuada e com revisão periódica, julgamentos que afetam os montantes apresentados nas Demonstrações Contábeis, sendo que os resultados efetivamente incorridos podem ser divergentes das estimativas. A seguir, estão descritas as principais políticas contábeis adotadas que possuem elevado nível de julgamento e norteiam aspectos relevantes na apuração de nossas operações.

a) Provisão para perdas prováveis associadas ao risco de crédito de operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos com característica de concessão de crédito

Além de observar os requisitos para constituição de provisão em função do atraso no pagamento de parcela de principal ou encargos das operações, a provisão é calculada com base no julgamento da Administração quanto ao nível de risco que podem tornar o ativo com problemas de recuperação de crédito, considerando a conjuntura econômica, os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, aos períodos de atraso e ao grupo econômico, seguindo o disposto na Resolução CMN nº 2.682/1999.

Maiores detalhes sobre os critérios utilizados na mensuração das perdas associadas ao risco de crédito são apresentados na nota explicativa 12.

b) Provisões para redução ao valor recuperável e baixa de títulos e valores mobiliários

A Administração aplica julgamentos para identificação e provisionamento de operações que tenham perdas em seu valor recuperável, incluindo a classificação e mensuração de ativos problemáticos, considerando, no mínimo, as seguintes situações:

- (i) Significativa dificuldade financeira do emitente ou do obrigado;
- (ii) Quebra de contrato, tal como o descumprimento ou atraso nos pagamentos de juros ou de capital;
- (iii) Concessão de benefício ao emitente ou obrigado, por razões econômicas ou legais relacionadas com suas dificuldades financeiras, realizada pelo Banco ou suas empresas ligadas, que não seria considerada em condições normais;
- (iv) Processo de falência ou reorganização financeira pelo devedor torna-se provável; e
- (v) Desaparecimento de mercado ativo para esse ativo financeiro devido a dificuldades financeiras; dentre outras.

A aplicação geral da provisão para perdas por redução ao valor recuperável de títulos e valores mobiliários está descrita na nota explicativa 9d.

c) Projeção de resultados futuros para a realização de créditos tributários

A realização de créditos tributários está suportada pelas projeções orçamentárias da Instituição, devidamente aprovadas pelos órgãos de governança. Referidas projeções estão embasadas no planejamento estratégico vigente, que considera premissas de plano de negócios, estratégias corporativas, cenário macroeconômico como inflação e taxa de juros, desempenho histórico e expectativa de crescimento futuro, dentre outros.

Este item é apontado especialmente por conta da representatividade dos saldos de créditos tributários ativados, pela utilização de estimativas de rentabilidade futura que incorrem em alto grau de julgamento e pelos impactos relevantes que mudanças de premissas podem trazer para as Demonstrações Contábeis.

O detalhamento sobre a projeção de resultados futuros para a realização de créditos tributários está apresentado na nota explicativa 26.

d) Valor justo dos instrumentos financeiros

São empregadas técnicas específicas de avaliação do valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos e para os quais os preços e parâmetros de mercado não estão disponíveis (níveis 2 e 3 da hierarquia do valor justo). Tal apuração incorpora premissas sob julgamento da Administração, a qual leva em consideração a avaliação das informações e circunstâncias de mercado.

As metodologias usadas para avaliar o valor justo de determinados instrumentos financeiros estão descritas nas notas explicativas 4f e 4g.

e) Provisões para passivos contingentes – Fiscais, cíveis e trabalhistas

Com base em prognósticos de perda avaliados pela Administração, o Conglomerado constitui provisão para as demandas de natureza fiscal, cível e trabalhista através de avaliações jurídicas e modelos estatísticos.

A avaliação de prognósticos de perda leva em conta a probabilidade de desembolsos do Conglomerado para cada demanda, considerando as fases processuais, decisões e jurisprudência dominante, e pode incorrer em alto grau de julgamento.

O detalhamento das provisões e passivos contingentes está apresentado na nota explicativa 29.

f) Amortização e redução ao valor recuperável de ágio por expectativa de rentabilidade futura

De acordo com as normas do Banco Central, o ágio contabilizado na investidora ou controladora, que tenha fundamento na previsão de resultados futuros da coligada ou controlada, deve ser amortizado em consonância com os prazos de projeções que o justificaram. Este tratamento também se aplica aos saldos correspondentes à mais valia apurados na aquisição de empreendimentos imobiliários, quando atribuídos ao estoque de imóveis concluídos ou terrenos, que são amortizados em função da realização (venda) dos ativos da investida que lhe deram origem, ou realizados em caso de redução ao valor recuperável dos ativos correspondentes. A estimativa dos prazos de geração de resultados futuros dos investimentos em coligada, controlada ou empreendimento controlado em conjunto para os quais tenha sido reconhecido ágio envolve julgamentos significativos por parte da Administração.

Adicionalmente, os ágios são testados periodicamente quanto ao seu valor recuperável, os quais também envolvem premissas e um grau considerável de julgamentos na estimativa dos fluxos de caixa futuros e nas taxas de desconto utilizadas para calcular o valor presente destes fluxos.

g) Redução ao valor recuperável do custo de investimentos em participações de controladas, coligadas e controladas em conjunto, de ativos intangíveis e de outros ativos

O teste de perda por redução ao valor recuperável desses ativos é realizado, no mínimo anualmente, de forma a apurar se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização.

Quando o valor recuperável destes ativos não puder ser obtido por meio de fontes externas, a avaliação do valor recuperável desses ativos pode incorrer em consideráveis julgamentos, principalmente na mensuração dos potenciais benefícios econômicos futuros associados.

A aplicação geral dos critérios de reconhecimento da provisão para perdas por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros está descrita na nota explicativa 4n.

h) Aplicação em fundos de investimentos em participação (FIPs)

As aplicações em cotas de fundos de investimento em participação qualificados como organização de capital de risco, independente de exercer influência significativa, são classificadas como títulos e valores mobiliários, mensurados a valor justo no patrimônio líquido.

A mensuração de valor justo desses ativos incorre em grau significativo de julgamento na adoção de premissas, conforme descrito na nota explicativa 4f.

6. RESULTADOS RECORRENTES E NÃO RECORRENTES

Para classificação de resultados entre recorrentes e não recorrentes, o banco BV considera como sendo recorrentes, os resultados obtidos com suas atividades regulares e habituais, tais como receitas e despesas relacionadas a operações ativas (aplicações) e passivas (captações), prestações de serviço e demais gastos relacionados à manutenção das atividades da Organização.

Os resultados não recorrentes englobam receitas e despesas provenientes de atos e fatos administrativos não usuais ou que possuam baixa probabilidade de ocorrência em exercícios consecutivos, em consonância aos critérios estabelecidos na Resolução BCB nº 2/2020.

	Banco		Consolidado	
	1º Semestre/ 2023	1º Semestre/ 2022	1º Semestre/ 2023	1º Semestre/ 2022
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores e não controladores	563.328	832.672	657.893	928.998
(-) Lucro líquido atribuível aos acionistas não controladores	-	-	(93.144)	(129.486)
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores	563.328	832.672	564.749	799.512
(-) Eventos não recorrentes atribuível aos acionistas controladores - Resolução BCB nº 2/2020	96.372	-	96.372	-
Lucro na alienação de investimentos, líquido de impostos ⁽¹⁾	96.372	-	96.372	-
Lucro líquido recorrente	466.956	832.672	468.377	799.512

⁽¹⁾ Refere-se ao lucro na alienação parcial de uma de suas controladas (o valor bruto é de R\$ 175.222), conforme detalhado na nota 2b.

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Banco		Consolidado	
	30.06.2023	31.12.2022	30.06.2023	31.12.2022
Disponibilidades	241.205	242.163	288.525	291.851
Disponibilidades em moeda nacional	1.573	791	37.572	45.551
Disponibilidades em moeda estrangeira	239.632	241.372	250.953	246.300
Aplicações interfinanceiras de liquidez ⁽¹⁾	1.374.369	389.240	1.374.369	389.240
Aplicações em depósitos interfinanceiros	545.528	267.727	545.528	267.727
Aplicações em moedas estrangeiras ⁽²⁾	828.841	121.513	828.841	121.513
Total	1.615.574	631.403	1.662.894	681.091

⁽¹⁾ Referem-se a operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

⁽²⁾ Os saldos dessas aplicações podem variar substancialmente em períodos comparativos, em razão das estratégias adotadas sobre operações em moeda estrangeira, incluindo os mecanismos de *hedge* empregados pela instituição.

8. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ
a) Composição

	Banco		Consolidado	
	30.06.2023	31.12.2022	30.06.2023	31.12.2022
Aplicações no mercado aberto ⁽¹⁾	590.498	1.016.925	590.498	1.017.454
Revendas a liquidar - Posição bancada	253.173	50.589	253.173	301.330
Letras do Tesouro Nacional	-	-	-	529
Notas do Tesouro Nacional	-	41.718	-	291.930
Títulos da Dívida Externa Brasileira	253.173	8.871	253.173	8.871
Revendas a liquidar - Posição financiada	333.686	461.087	333.686	210.875
Letras do Tesouro Nacional	150.000	-	150.000	-
Notas do Tesouro Nacional	183.686	461.087	183.686	210.875
Revendas a liquidar - Posição vendida	3.639	505.249	3.639	505.249
Notas do Tesouro Nacional	3.639	403.233	3.639	403.233
Títulos de Dívida Externa Brasileira	-	102.016	-	102.016
Aplicações em depósitos interfinanceiros	2.071.293	2.602.875	905.765	332.459
Total	2.661.791	3.619.800	1.496.263	1.349.913
Ativo circulante	2.068.185	3.353.709	902.657	1.083.822
Ativo não circulante	593.606	266.091	593.606	266.091

⁽¹⁾ Os saldos dessas aplicações podem variar substancialmente em períodos comparativos, em razão das estratégias adotadas sobre as operações interfinanceiras de liquidez.

b) Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez

	Banco		Consolidado	
	1º Semestre/2023	1º Semestre/2022	1º Semestre/2023	1º Semestre/2022
Rendas de aplicações no mercado aberto	82.273	311.911	82.273	301.263
Posição bancada	27.603	78.741	27.603	74.255
Posição financiada	22.629	205.406	22.629	199.244
Posição vendida	32.041	27.764	32.041	27.764
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros ⁽¹⁾	184.764	102.839	54.488	16.245
Total ⁽²⁾	267.037	414.750	136.761	317.508

⁽¹⁾ Inclui os efeitos de variação cambial dos ativos correspondentes.

⁽²⁾ Os valores compõem o saldo de Resultado de operações com títulos e valores mobiliários (Nota 9c).



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

em 30 de junho de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

9. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) Resumo da carteira por categoria

Por categoria	30.06.2023				31.12.2022			
	Circulante	Não circulante	Total	% Carteira	Circulante	Não circulante	Total	% Carteira
Banco								
1 – Título para negociação ⁽¹⁾	15.730.136	-	15.730.136	33%	7.247.922	-	7.247.922	17%
2 – Títulos disponíveis para venda	4.221.711	15.009.255	19.230.966	41%	3.735.306	13.877.706	17.613.012	42%
3 – Títulos mantidos até o vencimento	2.918.740	9.491.829	12.410.569	26%	5.428.230	11.656.203	17.084.433	41%
Valor contábil da carteira	22.870.587	24.501.084	47.371.671	100%	16.411.458	25.533.909	41.945.367	100%
Marcação a mercado da categoria três (Nota 30.1.b.vi)	(68.526)	(205.772)	(274.298)		(12.303)	(678.779)	(691.082)	
Valor justo da carteira	22.802.061	24.295.312	47.097.373		16.399.155	24.855.130	41.254.285	
Consolidado								
1 – Título para negociação ⁽¹⁾	15.871.067	-	15.871.067	35%	7.375.779	-	7.375.779	18%
2 – Títulos disponíveis para venda	4.861.967	12.569.872	17.431.839	38%	4.269.754	11.809.381	16.079.135	40%
3 – Títulos mantidos até o vencimento	2.918.740	9.491.829	12.410.569	27%	5.428.230	11.656.203	17.084.433	42%
Valor contábil da carteira	23.651.774	22.061.701	45.713.475	100%	17.073.763	23.465.584	40.539.347	100%
Marcação a mercado da categoria três (Nota 30.1.b.vi)	(68.526)	(205.772)	(274.298)		(12.303)	(678.779)	(691.082)	
Valor justo da carteira	23.583.248	21.855.929	45.439.177		17.061.460	22.786.805	39.848.265	

⁽¹⁾ Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria “títulos para negociação” são apresentados como ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento, conforme a Circular Bacen nº 3.068/2001.

Atendendo ao disposto no artigo 8º da Circular nº 3.068/2001, do Banco Central do Brasil, o banco BV declara possuir capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria “títulos mantidos até o vencimento” no montante de R\$ 12.410.569 no Banco e no Consolidado (R\$ 17.084.433 no Banco e no Consolidado em 31 de dezembro de 2022), representando 26% no Banco e 27% no Consolidado do total de títulos e valores mobiliários (41% no Banco e 42% no Consolidado em 31 de dezembro de 2022).



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

em 30 de junho de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

b) Composição da carteira por categoria, tipo de papel e prazo de vencimento

Banco	30.06.2023								31.12.2022		
	Valor justo					Total			Total		
	Sem vencimento	Até 90 dias	De 90 até 360 dias	De 1 a 5 anos	Após 5 anos	Valor de custo	Valor contábil	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor contábil	Marcação a mercado
1 – Títulos para negociação	129.388	5.305.228	428.587	8.900.036	966.897	15.593.679	15.730.136	136.457	7.234.670	7.247.922	13.252
Títulos públicos	-	5.305.228	428.587	8.900.036	956.259	15.507.237	15.590.110	82.873	6.748.501	6.771.780	23.279
Letras Financeiras do Tesouro	-	1.216.542	53.691	635.364	726.476	2.631.058	2.632.073	1.015	768.829	768.533	(296)
Letras do Tesouro Nacional	-	4.088.686	374.896	7.942.545	-	12.327.496	12.406.127	78.631	3.721.806	3.749.249	27.443
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	322.127	229.783	548.683	551.910	3.227	2.168.521	2.164.614	(3.907)
Notas do governo de outros países	-	-	-	-	-	-	-	-	89.345	89.384	39
Títulos privados	129.388	-	-	-	10.638	86.442	140.026	53.584	486.169	476.142	(10.027)
Ações	129.388	-	-	-	-	76.064	129.388	53.324	-	-	-
Certificado de Recebíveis do Agronegócio	-	-	-	-	10.638	10.378	10.638	260	486.169	476.142	(10.027)
2 – Títulos disponíveis para venda	139.614	1.364.476	2.717.621	8.785.922	6.223.333	19.153.376	19.230.966	77.590	17.647.541	17.613.012	(34.529)
Títulos públicos	-	776.926	1.881.605	3.918.183	2.212.597	8.834.908	8.789.311	(45.597)	9.068.851	8.839.050	(229.801)
Letras Financeiras do Tesouro	-	3.952	-	10.682	270.147	284.409	284.781	372	975.743	974.952	(791)
Letras do Tesouro Nacional	-	-	-	910.625	-	906.210	910.625	4.415	1.065.504	1.029.842	(35.662)
Notas do Tesouro Nacional	-	-	823.134	1.090.633	949.020	2.871.400	2.862.787	(8.613)	2.722.755	2.610.888	(111.867)
Títulos da Dívida Externa Brasileira	-	-	-	1.368.999	993.430	2.408.141	2.362.429	(45.712)	2.289.315	2.221.105	(68.210)
Notas do governo de outros países	-	772.974	1.058.471	537.244	-	2.364.748	2.368.689	3.941	2.015.534	2.002.263	(13.271)
Títulos privados	139.614	587.550	836.016	4.867.739	4.010.736	10.318.468	10.441.655	123.187	8.578.690	8.773.962	195.272
Debêntures ⁽¹⁾	-	280.935	181.589	2.496.817	246.664	3.235.433	3.206.005	(29.428)	2.170.045	2.170.472	427
Notas Promissórias ⁽²⁾	-	-	10.968	-	-	11.004	10.968	(36)	16.295	16.290	(5)
Ações ⁽³⁾	10.077	-	-	-	-	10.077	10.077	-	10.070	10.070	-
Cotas de fundos de investimentos ⁽⁴⁾	129.537	-	58.671	569.995	3.685.459	4.135.114	4.443.662	308.548	3.616.571	3.946.039	329.468
Cédulas de Produto Rural - <i>Commodities</i> ⁽⁵⁾	-	18.591	222.610	346.886	-	595.375	588.087	(7.288)	399.269	397.652	(1.617)
<i>Eurobonds</i>	-	-	-	1	-	26	1	(25)	26	1	(25)
<i>Floating Rate Notes</i>	-	115.762	62.227	344.914	-	530.594	522.903	(7.691)	696.774	682.465	(14.309)
Certificado de Recebíveis Imobiliários ⁽⁶⁾	-	11.685	5.773	301.556	78.613	525.605	397.627	(127.978)	843.686	723.295	(120.391)
Certificado de Recebíveis do Agronegócio	-	-	6.130	139.949	-	147.720	146.079	(1.641)	177.134	177.555	421
Notas comerciais ⁽⁷⁾	-	160.577	288.048	667.621	-	1.127.520	1.116.246	(11.274)	648.820	650.123	1.303
3 – Títulos mantidos até o vencimento ⁽⁸⁾	-	249.954	2.668.786	8.638.312	853.517	12.410.569	12.410.569	-	17.084.433	17.084.433	-
Títulos públicos	-	249.954	2.668.786	8.638.312	853.517	12.410.569	12.410.569	-	17.084.433	17.084.433	-
Letras do Tesouro Nacional	-	249.954	2.668.786	3.614.443	-	6.533.183	6.533.183	-	6.891.257	6.891.257	-
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	5.023.869	853.517	5.877.386	5.877.386	-	10.193.176	10.193.176	-
Total (1 + 2 + 3)	269.002	6.919.658	5.814.994	26.324.270	8.043.747	47.157.624	47.371.671	214.047	41.966.644	41.945.367	(21.277)



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

em 30 de junho de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Consolidado	30.06.2023								31.12.2022		
	Valor justo					Total			Total		
	Sem vencimento	Até 90 dias	De 90 até 360 dias	De 1 a 5 anos	Após 5 anos	Valor de custo	Valor contábil	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor contábil	Marcação a mercado
1 – Títulos para negociação	129.388	5.313.228	481.337	8.980.217	966.897	15.734.600	15.871.067	136.467	7.362.527	7.375.779	13.252
Títulos públicos	-	5.305.228	481.337	8.980.217	956.259	15.640.158	15.723.041	82.883	6.868.358	6.891.637	23.279
Letras Financeiras do Tesouro	-	1.216.542	106.441	715.545	726.476	2.763.979	2.765.004	1.025	888.686	888.390	(296)
Letras do Tesouro Nacional	-	4.088.686	374.896	7.942.545	-	12.327.496	12.406.127	78.631	3.721.806	3.749.249	27.443
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	322.127	229.783	548.683	551.910	3.227	2.168.521	2.164.614	(3.907)
Notas do governo de outros países	-	-	-	-	-	-	-	-	89.345	89.384	39
Títulos privados	129.388	8.000	-	-	10.638	94.442	148.026	53.584	494.169	484.142	(10.027)
Debêntures	-	8.000	-	-	-	8.000	8.000	-	8.000	8.000	-
Ações	129.388	-	-	-	-	76.064	129.388	53.324	-	-	-
Certificado de Recebíveis do Agronegócio	-	-	-	-	10.638	10.378	10.638	260	486.169	476.142	(10.027)
2 – Títulos disponíveis para venda	766.624	1.364.476	2.730.867	9.263.704	3.306.168	17.357.680	17.431.839	74.159	16.125.281	16.079.135	(46.146)
Títulos públicos	-	776.926	1.881.605	4.357.656	2.218.033	9.283.248	9.234.220	(49.028)	9.502.212	9.260.792	(241.420)
Letras Financeiras do Tesouro	-	3.952	-	194.527	275.583	473.594	474.062	468	1.149.568	1.148.939	(629)
Letras do Tesouro Nacional	-	-	-	910.625	-	906.210	910.625	4.415	1.065.504	1.029.842	(35.662)
Notas do Tesouro Nacional	-	-	823.134	1.346.261	949.020	3.130.555	3.118.415	(12.140)	2.982.291	2.858.643	(123.648)
Títulos da Dívida Externa Brasileira	-	-	-	1.368.999	993.430	2.408.141	2.362.429	(45.712)	2.289.315	2.221.105	(68.210)
Notas do governo de outros países	-	772.974	1.058.471	537.244	-	2.364.748	2.368.689	3.941	2.015.534	2.002.263	(13.271)
Títulos privados	766.624	587.550	849.262	4.906.048	1.088.135	8.074.432	8.197.619	123.187	6.623.069	6.818.343	195.274
Debêntures ⁽¹⁾	-	280.935	181.589	2.496.817	246.664	3.235.433	3.206.005	(29.428)	2.170.045	2.170.472	427
Notas Promissórias ⁽²⁾	-	-	10.968	-	-	11.004	10.968	(36)	16.295	16.290	(5)
Ações ⁽³⁾	10.077	-	-	-	-	10.077	10.077	-	10.070	10.070	-
Cotas de fundos de investimentos ⁽⁴⁾	756.547	-	71.917	569.995	728.011	1.809.953	2.126.470	316.517	1.581.457	1.922.622	341.165
Cédulas de Produto Rural - <i>Commodities</i> ⁽⁵⁾	-	18.591	222.610	346.886	-	595.375	588.087	(7.288)	399.269	397.652	(1.617)
<i>Eurobonds</i>	-	-	-	1	-	26	1	(25)	26	1	(25)
<i>Floating Rate Notes</i>	-	115.762	62.227	344.914	-	530.594	522.903	(7.691)	696.774	682.465	(14.309)
Certificado de Recebíveis Imobiliários ⁽⁶⁾	-	11.685	5.773	339.865	113.460	606.730	470.783	(135.947)	923.179	791.093	(132.086)
Certificado de Recebíveis do Agronegócio	-	-	6.130	139.949	-	147.720	146.079	(1.641)	177.134	177.555	421
Notas comerciais ⁽⁷⁾	-	160.577	288.048	667.621	-	1.127.520	1.116.246	(11.274)	648.820	650.123	1.303
3 – Títulos mantidos até o vencimento ⁽⁸⁾	-	249.954	2.668.786	8.638.312	853.517	12.410.569	12.410.569	-	17.084.433	17.084.433	-
Títulos públicos	-	249.954	2.668.786	8.638.312	853.517	12.410.569	12.410.569	-	17.084.433	17.084.433	-
Letras do Tesouro Nacional	-	249.954	2.668.786	3.614.443	-	6.533.183	6.533.183	-	6.891.257	6.891.257	-
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	5.023.869	853.517	5.877.386	5.877.386	-	10.193.176	10.193.176	-
Total (1 + 2 + 3)	896.012	6.927.658	5.880.990	26.882.233	5.126.582	45.502.849	45.713.475	210.626	40.572.241	40.539.347	(32.894)

O valor justo contempla o ajuste prudencial de *spread* de crédito, atendendo ao disposto no artigo 8º da Resolução CMN nº 4.277/2013.

(1) O valor de custo das Debêntures inclui provisão para redução ao valor recuperável no montante de R\$ 739.425 (R\$ 818.374 em 31 de dezembro de 2022) em contrapartida de (Provisão) / reversão de provisão para redução ao valor recuperável de títulos e valores mobiliários.

(2) O valor de custo das Notas Promissórias inclui provisão para redução ao valor recuperável no montante de R\$ 26.126 (R\$ 26.126 em 31 de dezembro de 2022) em contrapartida de (Provisão) / reversão de provisão para redução ao valor recuperável de títulos e valores mobiliários.

(3) O valor de custo das Ações inclui provisão para redução ao valor recuperável no montante de R\$ 3.157 no Banco e no Consolidado (R\$ 3.171 no Banco e R\$ 4.924 no Consolidado em 31 de dezembro de 2022) em contrapartida de (Provisão) / reversão de provisão para redução ao valor recuperável de títulos e valores mobiliários.

(4) O valor de custo das Cotas de fundos de investimentos considera também a provisão para redução ao valor recuperável no montante de R\$ 92.035 (R\$ 81.869 em 31 de dezembro de 2022) em contrapartida de (Provisão) / reversão de provisão para redução ao valor recuperável de títulos e valores mobiliários. Inclui efeito de ajuste a valor justo de fundos de participações (FIP) e fundos de investimentos imobiliários (FI) que não são consolidados.

(5) O valor de custo das Cédulas de Produto Rural considera também a provisão para redução ao valor recuperável no montante de R\$ 24.160 (R\$ 24.160 em 31 de dezembro de 2022) em contrapartida de (Provisão) / reversão de provisão para redução ao valor recuperável de títulos e valores mobiliários.

(6) O valor de custo dos Certificados de Recebíveis Imobiliários considera também a provisão para redução ao valor recuperável no montante de R\$ 761 (R\$ 761 em 31 de dezembro de 2022) em contrapartida de (Provisão) / reversão de provisão para redução ao valor recuperável de títulos e valores mobiliários.

(7) O valor de custo das Notas Comerciais considera também a provisão para redução ao valor recuperável no montante de R\$ 3.210 em contrapartida de (Provisão) / reversão de provisão para redução ao valor recuperável de títulos e valores mobiliários (em 31 de dezembro de 2022 não havia constituição de provisão para estes títulos).

(8) Os títulos classificados na categoria "Títulos mantidos até o vencimento" são contabilizados nos termos da Circular Bacen nº 3.068/2001 pelo valor de custo. Em 30 de junho de 2023, o valor justo dos títulos mantidos até o vencimento é de R\$ 12.136.271 no Banco e no Consolidado (R\$ 16.393.351 em 31 de dezembro de 2022 no Banco e no Consolidado).

c) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	Banco		Consolidado	
	1º Semestre/ 2023	1º Semestre/ 2022	1º Semestre/ 2023	1º Semestre/ 2022
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 8b)	267.037	414.750	136.761	317.508
Títulos de renda fixa ⁽¹⁾	2.111.149	1.399.717	2.147.502	1.317.999
Títulos no exterior ⁽¹⁾	94.260	124.001	94.260	124.001
Títulos de renda variável	52.532	2.433	52.532	2.167
Aplicações em fundos de investimentos ⁽¹⁾⁽²⁾	315.766	207.774	84.210	108.967
Aplicações em moeda estrangeira ⁽¹⁾	3.509	17.994	3.509	17.994
Total	2.844.253	2.166.669	2.518.774	1.888.636

⁽¹⁾ Inclui variação cambial sobre ativos.

⁽²⁾ Inclui efeitos decorrentes de transações com terceiros e com entidades do conglomerado, incluindo a realização de ganhos e distribuição de rendimentos via amortização de cotas de fundos de investimentos em participações (FIPs).

d) (Provisão) / reversão de provisão para redução ao valor recuperável de títulos e valores mobiliários

	Banco e Consolidado	
	1º Semestre/ 2023	1º Semestre/ 2022
Ações	14	28
Debêntures	78.949	27.801
Cotas de fundos de investimento	(10.166)	60
Cédulas de Produto Rural	-	1.154
Notas Comerciais	(3.210)	-
Total	65.587	29.043

e) Reclassificações de títulos e valores mobiliários

Não houve reclassificação de títulos e valores mobiliários entre categorias em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022.

10. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS - IFD

O Conglomerado se utiliza de instrumentos financeiros derivativos para gerenciar, de forma consolidada, suas posições e atender às necessidades dos seus clientes, classificando as posições próprias em destinadas a *hedge* (de risco de mercado e de fluxo de caixa) e negociação, ambas com limites e alçadas na Companhia. A estratégia de *hedge* das posições patrimoniais está em consonância com as análises macroeconômicas e é aprovada pela Administração.

No mercado de opções, as posições ativas ou compradas têm o Conglomerado como titular, enquanto que as posições passivas ou vendidas têm o Conglomerado como lançador.

Os modelos utilizados no gerenciamento dos riscos com derivativos são revistos periodicamente e as tomadas de decisões observam a melhor relação risco/retorno, estimando possíveis perdas com base na análise de cenários macroeconômicos.

O Conglomerado conta com ferramentas e sistemas para o gerenciamento dos instrumentos financeiros derivativos. A negociação de novos derivativos, padronizados ou não, é condicionada à prévia análise de risco. A avaliação do risco das controladas é feita individualmente e o gerenciamento de forma consolidada.

O Conglomerado utiliza metodologias estatísticas e simulação para mensurar os riscos de suas posições, inclusive em derivativos, utilizando modelos de valor em risco, de sensibilidade e de análise de estresse.

Riscos

Os principais riscos, inerentes aos instrumentos financeiros derivativos, decorrentes dos negócios da Companhia e de suas controladas são os de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

Risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas a: (a) Não cumprimento pela contraparte (o tomador de recursos, o garantidor ou o emissor de títulos ou valor mobiliário adquirido), de suas obrigações nos termos pactuados; (b) Desvalorização, redução de rendimentos e ganhos esperados em instrumentos financeiros decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador; (c) Reestruturação de instrumentos financeiros; ou (d) Custos de recuperação de exposições de ativos problemáticos.

A exposição ao risco de crédito nos contratos futuros é minimizada devido à liquidação financeira diária. Os contratos de *swaps* registrados na Cetip, estão sujeitos ao risco de crédito caso a contraparte não tenha capacidade ou disposição para cumprir suas obrigações contratuais, enquanto que os contratos de *swaps* registrados na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão não estão sujeitos ao mesmo risco, tendo em vista que as operações do Conglomerado nessa bolsa possuem a mesma como garantidora.



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

em 30 de junho de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes da flutuação nos valores de mercado de exposições detidas por uma instituição financeira. Estas perdas financeiras podem ser incorridas em função do impacto produzido pela variação de fatores de riscos, tais como taxas de juros, paridades cambiais, preços de ações e de *commodities*, entre outros.

O risco de liquidez é definido pela:

- Possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- Possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado, uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas.



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

em 30 de junho de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

a) Composição da carteira de derivativos por indexador

Por indexador	Banco e Consolidado					
	30.06.2023			31.12.2022		
	Valor referencial	Valor de custo	Valor justo	Valor referencial	Valor de custo	Valor justo
1 - Contratos de futuros						
Compromissos de compra	10.988.463	-	-	11.034.309	-	-
DI	2.836.257	-	-	5.742.911	-	-
Moedas	2.819.217	-	-	1.627.701	-	-
Índice	255.053	-	-	362.480	-	-
Cupom cambial	4.991.587	-	-	3.301.217	-	-
Outros	86.349	-	-	-	-	-
Compromissos de venda	49.439.502	-	-	39.750.285	-	-
DI	39.305.116	-	-	32.755.324	-	-
Moedas	1.230.233	-	-	59.951	-	-
Índice	2.464.238	-	-	637.881	-	-
Libor	-	-	-	422.631	-	-
Cupom cambial	6.439.915	-	-	4.693.467	-	-
Outros	-	-	-	1.181.031	-	-
2 - Operações a termo						
Posição ativa	3.324.171	3.324.171	3.323.532	271.783	271.783	272.734
Termo de moeda	249.207	249.207	248.893	271.783	271.783	272.734
Termo de títulos públicos	3.074.964	3.074.964	3.074.639	-	-	-
Posição passiva	3.324.171	(3.324.171)	(3.319.214)	271.783	(271.783)	(278.476)
Termo de moeda	249.207	(249.207)	(245.171)	271.783	(271.783)	(278.476)
Termo de títulos públicos	3.074.964	(3.074.964)	(3.074.043)	-	-	-
3 - Contratos de opções ⁽¹⁾						
De compra – Posição comprada	1.905.886	73.584	5.298	2.772.253	117.650	49.095
Moeda estrangeira	48.750	170	-	106.500	1.519	1.067
Opções Flexíveis	1.856.636	73.139	5.248	2.640.940	114.679	46.525
Outros	500	275	50	24.813	1.452	1.503
De venda – Posição comprada	7.885.500	26.586	58.262	934.000	33.712	46.253
Moeda estrangeira	709.500	26.221	58.262	934.000	33.712	46.253
DI	7.176.000	365	-	-	-	-
De compra – Posição vendida	920.471	(29.039)	(481)	1.416.898	(40.949)	(19.273)
Moeda estrangeira	913.500	(26.846)	(325)	1.387.500	(36.099)	(15.245)
Opções Flexíveis	6.971	(2.193)	(156)	6.971	(2.193)	(700)
Outros	-	-	-	22.427	(2.657)	(3.328)



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

em 30 de junho de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Por indexador	Banco e Consolidado					
	30.06.2023			31.12.2022		
	Valor referencial	Valor de custo	Valor justo	Valor referencial	Valor de custo	Valor justo
De venda – Posição vendida	8.830.617	(73.727)	(146.757)	2.321.967	(114.679)	(131.094)
DI	7.174.000	(155)	-	-	-	-
Opções Flexíveis	1.656.617	(73.572)	(146.757)	2.321.967	(114.679)	(131.094)
4 - Contratos de swaps ^{(1) (2)}						
Posição ativa	15.523.138	1.109.014	1.190.838	12.852.219	950.171	881.182
DI	9.480.835	622.013	782.483	8.992.751	337.681	558.613
Moeda estrangeira	448.484	269.540	16.387	1.680.185	403.376	93.948
Pré-fixado	5.516.002	189.095	367.788	2.039.969	158.079	181.743
IPCA	11.817	250	187	51.560	8.597	7.991
IGP-M	66.000	28.116	23.993	78.000	41.512	37.680
Libor	-	-	-	9.754	926	1.207
Posição passiva	12.778.793	(2.055.019)	(2.183.541)	13.233.879	(1.439.398)	(1.191.138)
DI	3.757.455	(240.850)	(322.366)	4.836.847	(104.405)	(264.694)
Moeda estrangeira	426.033	(266.008)	(6.991)	1.566.089	(415.563)	(82.411)
Pré-fixado	7.987.450	(1.400.112)	(1.705.763)	6.351.483	(831.240)	(776.589)
IPCA	440.173	(89.309)	(89.656)	365.833	(65.765)	(47.340)
IGP-M	81.567	(9.592)	(7.618)	96.719	(20.768)	(19.125)
Libor	-	-	-	16.908	(1.657)	(979)
Outros	86.115	(49.148)	(51.147)	-	-	-
5 - Outros instrumentos financeiros derivativos						
Posição ativa	15.792.625	152.150	178.251	13.405.437	59.943	57.905
<i>Non Deliverable Forward</i> - Moeda estrangeira ⁽¹⁾	15.792.625	152.150	178.251	13.384.566	58.554	56.533
Derivativos de crédito	-	-	-	20.871	1.389	1.372
Posição passiva	3.054.160	(525.692)	(320.738)	2.320.604	(407.528)	(185.619)
<i>Non Deliverable Forward</i> - Moeda estrangeira ⁽¹⁾	2.837.296	(521.907)	(317.007)	2.164.073	(405.379)	(183.729)
Derivativos de crédito	216.864	(3.785)	(3.731)	156.531	(2.149)	(1.890)
Total ativo (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	55.419.783	4.685.505	4.756.181	41.270.001	1.433.259	1.307.169
Total passivo (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	75.023.543	(6.007.648)	(5.970.731)	59.043.633	(2.274.337)	(1.805.600)

⁽¹⁾ O valor justo das operações de *swap*, opções, derivativos de crédito e *non deliverable forward* - moeda estrangeira contemplam o risco de crédito da contraparte (ajuste de *spread* de crédito).

⁽²⁾ A apresentação dos contratos de *swap* por posição (ativa ou passiva) leva em consideração o respectivo valor justo de cada contrato.



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

em 30 de junho de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

b) Composição da carteira de derivativos por vencimento (valor referencial)

Vencimento em dias	Banco e Consolidado					
	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	30.06.2023	31.12.2022
Contratos futuros	5.846.040	14.704.549	11.427.132	28.450.244	60.427.965	50.784.594
Contratos a termo	-	-	486.660	2.837.511	3.324.171	271.783
Contratos de opções	15.322.300	1.689.604	2.136.323	394.247	19.542.474	7.445.118
Contratos de swaps	3.251.812	2.924.843	5.120.160	17.005.116	28.301.931	26.086.098
Non Deliverable Forward - Moeda estrangeira	6.280.361	3.774.469	8.402.372	172.719	18.629.921	15.548.639
Derivativos de crédito	-	-	-	216.864	216.864	177.402
Total	30.700.513	23.093.465	27.572.647	49.076.701	130.443.326	100.313.634

c) Composição da carteira de derivativos por local de negociação e contraparte (valor referencial)

Banco e Consolidado	30.06.2023							31.12.2022
	Futuros	Termo	Opções	Swaps	Non Deliverable Forward	Derivativos de crédito	Total	
Bolsa de valores	60.427.965	-	16.022.250	-	-	-	76.450.215	53.212.594
Balcão	-	3.324.171	3.520.224	28.301.931	18.629.921	216.864	53.993.111	47.101.040
Instituições do mercado financeiro	-	3.324.171	6.971	22.472.244	10.721.897	216.864	36.742.147	30.206.230
Clientes	-	-	3.513.253	5.829.687	7.908.024	-	17.250.964	16.894.810

d) Composição da carteira de derivativos de crédito

Banco e Consolidado	30.06.2023			31.12.2022		
	Valor referencial	Valor de custo	Valor justo	Valor referencial	Valor de custo	Valor justo
Swap de crédito						
Risco transferido	192.768	(2.020)	(2.043)	177.402	(760)	(518)
Risco recebido	24.096	(1.765)	(1.688)	-	-	-
Por indexador						
Posição ativa – Pré-fixado	-	-	-	20.871	1.389	1.372
Posição passiva – Pré-fixado	216.864	(3.785)	(3.731)	156.531	(2.149)	(1.890)

Para a venda de proteção é aprovado limite de crédito, tanto para o "cliente risco" quanto para a contraparte, conforme as alçadas e fóruns dos comitês de crédito. Aloca-se limite de crédito para o "cliente risco" pelo valor de referência (*notional*) do derivativo, considerando os valores depositados em garantia.

Para a compra de proteção, opera-se em carteira de trading com cliente risco soberano. Nesse caso, considera-se a exposição potencial futura para alocar limite da contraparte. A carteira de derivativos de crédito gerou impactos na Parcela Referente às Exposições Ponderadas por Fator de Risco (PRMR), para apuração do Índice de Basileia no montante de R\$ 1.253 em 30 de junho de 2023 (R\$ 819 em 31 de dezembro de 2022).

e) Composição da margem dada em garantia de operações com instrumentos financeiros derivativos e outras operações liquidadas em câmaras ou prestadores de serviços de compensação e liquidação

	Banco		Consolidado	
	30.06.2023	31.12.2022	30.06.2023	31.12.2022
Letras Financeiras do Tesouro	378.650	716.997	386.745	717.628
Letras do Tesouro Nacional	893.077	909.215	893.077	909.215
Cotas do fundo de investimento liquidez da câmara B3	44.008	41.274	44.008	58.561
Outros	60.238	56.329	60.238	56.329
Total	1.375.973	1.723.815	1.384.068	1.741.733

f) Instrumentos financeiros derivativos segregados em circulante e não circulante

	Banco e Consolidado					
	30.06.2023			31.12.2022		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Ativo						
Operações de termo	486.021	2.837.511	3.323.532	258.805	13.929	272.734
Mercado de opções	61.096	2.464	63.560	65.719	29.629	95.348
Contratos de swaps	508.096	682.742	1.190.838	828.494	52.688	881.182
Non Deliverable Forward - Moeda estrangeira	175.572	2.679	178.251	52.778	3.755	56.533
Derivativos de crédito	-	-	-	-	1.372	1.372
Total	1.230.785	3.525.396	4.756.181	1.205.796	101.373	1.307.169
Passivo						
Operações de termo	(482.207)	(2.837.007)	(3.319.214)	(263.940)	(14.536)	(278.476)
Mercado de opções	(127.172)	(20.066)	(147.238)	(16.500)	(133.867)	(150.367)
Contratos de swaps	(744.179)	(1.439.362)	(2.183.541)	(670.967)	(520.171)	(1.191.138)
Non Deliverable Forward - Moeda estrangeira	(298.237)	(18.770)	(317.007)	(177.046)	(6.683)	(183.729)
Derivativos de crédito	-	(3.731)	(3.731)	-	(1.890)	(1.890)
Total	(1.651.795)	(4.318.936)	(5.970.731)	(1.128.453)	(677.147)	(1.805.600)

g) Composição da carteira de derivativos designados para hedge accounting

O Conglomerado utiliza relações de *hedge* dos tipos: *Hedge* de valor justo e *hedge* de fluxo de caixa.

Essas estratégias são realizadas nas seguintes categorias de riscos:

- Risco de taxas de juros; e
- Risco cambial.

Os riscos protegidos e os seus limites são definidos no Comitê de ALM. O Conglomerado determina a relação entre os instrumentos e objetos de *hedge* de forma que se espere que o valor de mercado desses instrumentos se movam em sentidos opostos e nas mesmas proporções.

O índice de *hedge* estabelecido é sempre de 100% do risco protegido. As fontes de inefetividade são devido a descasamentos de prazos entre os instrumentos e objetos de *hedge*.

Para as operações de crédito os efeitos oriundos da provisão para perdas por redução ao valor recuperável são excluídos do resultado de efetividade, dado que o risco de crédito não é objeto de *hedge*.

As operações de *hedge* foram avaliadas como efetivas, de acordo com o estabelecido na Circular Bacen nº 3.082/2002, cuja comprovação da efetividade do *hedge* corresponde ao intervalo de 80% a 125%. O Conglomerado não utiliza o método qualitativo para avaliar a eficácia das estratégias.

Hedge de risco de mercado (Hedge de valor justo)

O Conglomerado, para se proteger de eventuais oscilações nas taxas de juros e de câmbio dos seus instrumentos financeiros, contratou operações de derivativos para compensar os riscos decorrentes das exposições às variações no valor justo, da seguinte maneira:

- *Hedge* de operações de crédito com risco em taxa pré-fixada/variação cambial são protegidos com contratos futuros de DI.

Itens objeto de <i>hedge</i>	Rubrica do balanço	30.06.2023		
		Valor contábil do objeto de <i>hedge</i>	Ajuste ao valor justo do objeto de <i>hedge</i>	Valor base para calcular a inefetividade de <i>hedge</i> ⁽¹⁾
		Ativos	Ativos	
Banco e Consolidado				
Risco de taxa de juros				
<i>Hedge</i> de operações de crédito	Operações de crédito	16.934.348	248.500	1.656.252
Total		16.934.348	248.500	1.656.252
		31.12.2022		
Risco de taxa de juros				
<i>Hedge</i> de operações de crédito	Operações de crédito	16.936.827	(447.760)	1.786.143
Total		16.936.827	(447.760)	1.786.143

⁽¹⁾ Alterações no valor do item objeto de *hedge* que confrontadas com as alterações no valor justo do instrumento de *hedge* resultam no montante de inefetividade do *hedge*.

Para as estratégias de operações de crédito e arrendamento mercantil, o Conglomerado reestabelece a relação de cobertura dado que tanto o item protegido quanto os instrumentos são redimensionados ao longo da vida da carteira objeto de *hedge*. Isso ocorre por se tratarem de estratégias de portfólio, refletindo as diretrizes de estratégia de gerenciamento de risco aprovadas por alçada competente.

Instrumentos de <i>hedge</i>	30.06.2023		
	Valor referencial	Valor base para calcular a inefetividade de <i>hedge</i> ⁽¹⁾	Inefetividade de <i>hedge</i> reconhecida no resultado ⁽²⁾
		Passivos	
Banco e Consolidado			
Risco de taxa de juros			
Futuro DI	19.730.998	(1.655.055)	1.197
Total	19.730.998	(1.655.055)	1.197
Banco e Consolidado		31.12.2022	
Risco de taxa de juros			
Futuro DI	19.915.037	(1.817.175)	(31.032)
Total	19.915.037	(1.817.175)	(31.032)

⁽¹⁾ Alterações no valor justo do instrumento de *hedge* que confrontadas com as alterações no valor do item objeto de *hedge* resultam no montante de inefetividade do *hedge*.

⁽²⁾ Saldos apresentados em base acumulada para que seja possível confrontar com as alterações no valor justo do instrumento e do objeto de *hedge*.

Nos semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022, não houve desmontes de operações e nenhum efeito no resultado foi produzido, pois a amortização de desmontes anteriores já havia sido concluída.

Hedge de fluxo de caixa

Para proteger os fluxos de caixa futuros de pagamentos contra a exposição à taxa de juros variável (CDI), o Conglomerado negociou contratos de Futuro DI na B3.

Para proteger os fluxos de recebimentos futuros de títulos soberanos emitidos pela República Federativa do Brasil no exterior e outros títulos emitidos no exterior contra a exposição ao risco cambial (USD e EUR), o Conglomerado negociou contratos de *swap* em mercado de balcão, registrados na B3.

Itens objeto de hedge	Rubrica do balanço	30.06.2023		Valor base para calcular a inefetividade de hedge ⁽¹⁾	Reserva de hedge de fluxo de caixa
		Valor contábil / referencial			
		Ativos	Passivos		
Banco e Consolidado					
Risco de taxa de juros					
Hedge de letras financeiras	Recursos de aceites e emissão de títulos	-	4.010.468	(32.833)	(1.005)
Hedge de letras financeiras subordinadas - Instrumentos de dívidas elegíveis a capital	Instrumentos de dívidas elegíveis a capital	-	3.369	(45)	9
Risco de variação cambial					
Hedge de títulos da dívida externa brasileira	Títulos e valores mobiliários	993.430	-	34.922	46.141
Hedge de obrigações com TVM no exterior	Recursos de aceites e emissão de títulos	-	5.159.505	1.085.574	(229.159)
Hedge de obrigações por empréstimos no exterior	Obrigações por empréstimos e repasses	-	953.053	(66.855)	(28.768)
Total		993.430	10.126.395	1.020.763	(212.782)
Banco e Consolidado					
31.12.2022					
Risco de taxa de juros					
Hedge de letras financeiras	Recursos de aceites e emissão de títulos	-	4.447.448	(69.994)	24.048
Hedge de letras financeiras subordinadas - Instrumentos de dívidas elegíveis a capital	Instrumentos de dívidas elegíveis a capital	-	78.354	(4.346)	35
Risco de variação cambial					
Hedge de títulos da dívida externa brasileira	Títulos e valores mobiliários	445.028	-	(19.018)	29.140
Hedge de obrigações com TVM no exterior	Recursos de aceites e emissão de títulos	-	5.587.770	257.241	91.721
Hedge de obrigações por empréstimos no exterior	Obrigações por empréstimos e repasses	-	1.014.704	(25.869)	23.009
Total		445.028	11.128.276	138.014	167.953

⁽¹⁾ Alterações no valor do item objeto de hedge que confrontadas com as alterações no valor justo do instrumento de hedge resultam no montante de inefetividade do hedge.

Instrumentos de hedge	30.06.2023		Valor base para calcular a inefetividade de hedge ⁽¹⁾	Variação no valor do instrumento de hedge reconhecido em outros resultados abrangentes	Inefetividade de hedge reconhecida no resultado ⁽²⁾
	Valor contábil / referencial				
	Ativos	Passivos			
Banco e Consolidado					
Risco de taxa de juros					
Futuros DI	-	3.855.871	32.550	(25.079)	-
Risco de variação cambial					
Swap ^{(3) (4) (5)}	6.001.947	1.066.470	(1.053.425)	(355.656)	(51)
Total	6.001.947	4.922.341	(1.020.875)	(380.735)	(51)
Banco e Consolidado					
31.12.2022					
Risco de taxa de juros					
Futuros DI	-	4.385.438	76.004	(222.686)	979
Risco de variação cambial					
Swap ⁽³⁾	6.664.911	495.479	(208.511)	(270.462)	3.008
Total	6.664.911	4.880.917	(132.507)	(493.148)	3.987

⁽¹⁾ Alterações no valor justo do instrumento de hedge que confrontadas com as alterações no valor do item objeto de hedge resultam no montante de inefetividade do hedge.

⁽²⁾ Saldos apresentados em base acumulada para que seja possível confrontar com as alterações no valor justo do instrumento e do objeto de hedge.

⁽³⁾ O valor referencial dos contratos de swap para o hedge de obrigações com TVM no exterior é de R\$ 5.711.855 em 30 de junho de 2023 e em 31 de dezembro de 2022.

⁽⁴⁾ O valor referencial dos contratos de swap para o hedge de títulos da dívida externa brasileira é de R\$ 1.197.046 em 30 de junho de 2023 (R\$ 561.334 em 31 de dezembro de 2022).

⁽⁵⁾ O valor referencial dos contratos de swap para o hedge de obrigações por empréstimos no exterior é de R\$ 974.371 em 30 de junho de 2023 e em 31 de dezembro de 2022.

A parcela efetiva é reconhecida no patrimônio líquido em Outros resultados abrangentes e a parcela inefetiva é reconhecida na Demonstração de Resultado em Resultado com instrumentos financeiros derivativos.

No semestre findo em 30 de junho de 2023, o ajuste ao valor justo da parcela efetiva, no montante de R\$ (380.735) (R\$ 381.465 no semestre findo em 30 de junho de 2022), foi reconhecida no patrimônio líquido e a parcela inefetiva, no montante de R\$ (4.038) (R\$ (1.605) no semestre findo em 30 de junho de 2022) foi reconhecida no resultado em "Resultado de instrumentos financeiros derivativos".

As perdas líquidas dos efeitos fiscais relativas ao hedge de fluxo de caixa que o Conglomerado espera reconhecer no resultado nos próximos 12 meses, totalizam R\$ (97.545) (ganhos líquidos de R\$ 85.112 no semestre findo em 30 de junho de 2022).

No semestre findo em 30 de junho de 2023, algumas operações deixaram de ser qualificadas como hedge de fluxo de caixa, o que gerou no período o resultado de R\$ 58.208 líquido dos efeitos tributários, apresentado na rubrica "Resultado de instrumentos financeiros derivativos". No semestre findo em 30 de junho de 2022, não houve operações que deixaram de ser qualificadas como hedge de fluxo de caixa.

h) Resultado com instrumentos financeiros derivativos

	Banco		Consolidado	
	1º Semestre/ 2023	1º Semestre/ 2022	1º Semestre/ 2023	1º Semestre/ 2022
Contratos de swap	(150.553)	557.472	(150.553)	691.648
Contratos a termo	4.702	14.220	4.702	14.220
Contratos de opções	(110.140)	42.168	(110.140)	(72.421)
Contratos de futuros	(512.876)	(386.166)	(512.876)	(386.166)
Derivativos de crédito	7.523	-	7.523	-
Ajuste ao valor justo de instrumentos financeiros objeto de hedge	734.948	(37.132)	734.948	(37.132)
Non Deliverable Forward - Moeda estrangeira	(516.133)	(276.826)	(516.133)	(162.656)
Resultado com variação cambial sobre investimentos no exterior	(136.811)	(107.830)	(136.811)	(107.830)
Total	(679.340)	(194.094)	(679.340)	(60.337)

11. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS
a) Composição

	Banco		Consolidado	
	30.06.2023	31.12.2022	30.06.2023	31.12.2022
Ativo	2.034.233	1.924.717	2.279.498	1.961.377
Créditos vinculados (Nota 11b)	2.034.233	1.924.717	2.279.498	1.961.377
Passivo	19.726	40.217	3.146.487	3.472.198
Pagamentos e recebimentos a liquidar (Nota 11c)	19.726	40.217	3.146.487	3.472.198

b) Créditos vinculados

	Banco		Consolidado	
	30.06.2023	31.12.2022	30.06.2023	31.12.2022
Ativo				
Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil	2.034.233	1.924.717	2.279.498	1.961.377
Recursos a prazo	1.762.918	1.619.271	1.762.918	1.619.271
Operações de microfinanças	7.521	41.216	9.455	42.598
Pagamentos instantâneos	263.794	264.230	507.125	299.508
Total	2.034.233	1.924.717	2.279.498	1.961.377
Ativo circulante	2.034.233	1.924.717	2.279.498	1.961.377

c) Pagamentos e recebimentos a liquidar

	Banco		Consolidado	
	30.06.2023	31.12.2022	30.06.2023	31.12.2022
Passivo				
Obrigações junto a participantes de sistema de liquidação	18.333	-	28.492	-
Outros papéis remetidos	18.333	-	28.492	-
Transações de pagamento	1.393	40.217	3.117.995	3.472.198
Cartões de crédito	1.393	40.217	3.117.995	3.472.198
Total	19.726	40.217	3.146.487	3.472.198
Passivo circulante	19.726	40.217	3.146.487	3.472.198

d) Resultado das aplicações compulsórias

	Banco		Consolidado	
	1º Semestre/ 2023	1º Semestre/ 2022	1º Semestre/ 2023	1º Semestre/ 2022
Créditos vinculados ao Banco Central do Brasil	133.525	76.561	140.045	76.561
Exigibilidade sobre recursos a prazo	122.633	76.561	122.633	76.561
Pagamentos instantâneos	10.892	-	17.412	-
Total	133.525	76.561	140.045	76.561

12. CARTEIRA DE CRÉDITO
a) Carteira por modalidade

	Banco		Consolidado	
	30.06.2023	31.12.2022	30.06.2023	31.12.2022
Operações de crédito	61.393.460	59.352.481	64.258.105	62.008.362
Empréstimos e títulos descontados	7.767.443	7.136.422	10.632.088	9.764.690
Financiamentos	40.066.650	40.855.702	42.679.327	44.266.896
Financiamentos rurais e agroindustriais	1.560.055	1.353.722	1.560.055	1.353.722
Financiamentos imobiliários	55.818	96.579	55.818	96.579
Operações de crédito vinculadas às cessões (Nota 12h.1) ⁽¹⁾	11.943.494	9.910.056	9.330.817	6.526.475
Outros créditos com características de concessão de crédito	4.548.014	4.769.158	7.724.694	8.272.176
Operações com cartões de crédito	-	-	3.176.680	3.503.018
Adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos relacionados	992.898	731.983	992.898	731.983
Outros créditos vinculados a transações de pagamento ⁽²⁾	851.111	322.730	851.111	322.730
Títulos e créditos a receber	2.704.005	3.714.445	2.704.005	3.714.445
Carteira de arrendamento mercantil	-	-	33.013	37.263
Total da carteira de crédito	65.941.474	64.121.639	72.015.812	70.317.801
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	(4.574.378)	(4.622.992)	(5.785.116)	(5.597.006)
(Operações de crédito)	(3.953.325)	(3.940.497)	(5.110.976)	(4.850.968)
(Outros créditos com características de concessão de crédito) ⁽³⁾	(621.053)	(682.495)	(673.905)	(745.880)
(Carteira de arrendamento mercantil)	-	-	(235)	(158)
Total da carteira de crédito líquido de provisões	61.367.096	59.498.647	66.230.696	64.720.795
Ativo circulante	29.532.896	28.254.214	33.803.808	32.877.128
Ativo não circulante	31.834.200	31.244.433	32.426.888	31.843.667

⁽¹⁾ Operações de crédito cedidas com retenção substancial de riscos e benefícios do ativo financeiro objeto da operação.

⁽²⁾ Direitos creditórios sobre transações de pagamento adquiridos por cessão com retenção dos riscos e benefícios pelo cedente.

⁽³⁾ Inclui provisão para perdas de operações em recuperação judicial homologada e provisão para perdas vinculadas a transações de pagamento.

b) Resultado de operações de crédito e arrendamento mercantil

	Banco		Consolidado	
	1º Semestre/ 2023	1º Semestre/ 2022	1º Semestre/ 2023	1º Semestre/ 2022
Operações de crédito	4.981.860	4.559.341	5.904.670	5.317.489
Empréstimos e títulos descontados	1.024.689	769.399	1.662.619	1.367.565
Financiamentos	3.918.689	3.726.854	4.202.563	3.888.543
Financiamentos rurais e agroindustriais	14.892	18.649	14.892	18.649
Financiamentos imobiliários	5.895	2.593	5.895	2.593
Financiamentos em moedas estrangeiras	7.181	161	7.181	161
Outras	10.514	41.685	11.520	39.978
Arrendamento mercantil	-	-	4.287	2.498
Total ⁽¹⁾	4.981.860	4.559.341	5.908.957	5.319.987

⁽¹⁾ Não contempla as operações de crédito vinculadas às cessões. Considerando tais ativos, as receitas de operações de crédito do Banco, no semestre findo em 30 de junho de 2023 totalizariam R\$ 6.089.823 (R\$ 5.124.617 no semestre findo em 30 de junho de 2022) e no Consolidado totalizariam R\$ 7.016.920 (R\$ 5.885.263 no semestre findo em 30 de junho de 2022).

c) Carteira de crédito por setores de atividade econômica

Banco	30.06.2023	%	31.12.2022	%
Setor privado	65.941.474	100,00%	64.121.639	100,00%
Pessoa física	52.098.853	79,04%	49.767.288	77,61%
Pessoa jurídica	13.842.621	20,96%	14.354.351	22,39%
Açúcar e álcool	1.374.206	2,08%	1.331.567	2,08%
Agronegócio	1.324.501	2,01%	1.389.314	2,17%
Atividades específicas da construção	727.782	1,10%	751.632	1,17%
Automotivo	494.843	0,75%	450.900	0,70%
Comércio atacadista e indústrias diversas	2.789.496	4,23%	2.652.246	4,14%
Comércio varejista	1.034.491	1,57%	1.360.597	2,12%
Construção pesada	67.955	0,10%	83.460	0,13%
Cooperativas	1.267.753	1,92%	1.110.323	1,73%
Energia elétrica	391.938	0,59%	278.512	0,43%
Instituições e serviços financeiros	921.664	1,40%	492.426	0,77%
Madeireiro e moveleiro	16.429	0,02%	6.651	0,01%
Mineração e metalurgia	176.584	0,27%	84.296	0,13%
Papel e celulose	101.441	0,15%	27.395	0,04%
Pequenas e médias empresas ⁽¹⁾	450.475	0,68%	1.044.433	1,63%
Químico	780.992	1,18%	784.221	1,22%
Serviços	1.298.933	1,97%	1.770.926	2,76%
Telecomunicações	17.508	0,03%	55.132	0,09%
Têxtil e confecções	141.726	0,21%	159.618	0,25%
Transportes	357.275	0,54%	434.020	0,68%
Demais atividades	106.629	0,16%	86.682	0,14%
Total da carteira de crédito ⁽²⁾	65.941.474	100,00%	64.121.639	100,00%
Consolidado	30.06.2023	%	31.12.2022	%
Setor privado	72.015.812	100,00%	70.317.801	100,00%
Pessoa física	58.140.200	80,78%	55.587.553	79,05%
Pessoa jurídica	13.875.612	19,22%	14.730.248	20,95%
Açúcar e álcool	1.374.206	1,91%	1.331.567	1,89%
Agronegócio	1.324.501	1,84%	1.293.270	1,84%
Atividades específicas da construção	727.782	1,01%	758.203	1,08%
Automotivo	498.718	0,69%	455.739	0,65%
Comércio atacadista e indústrias diversas	2.793.325	3,88%	3.037.664	4,32%
Comércio varejista	1.043.075	1,45%	1.420.453	2,02%
Construção pesada	69.082	0,10%	83.460	0,12%
Cooperativas	1.267.753	1,76%	1.110.323	1,58%
Energia elétrica	391.938	0,54%	278.512	0,40%
Instituições e serviços financeiros	921.664	1,28%	492.426	0,70%
Madeireiro e moveleiro	16.429	0,02%	6.651	0,01%
Mineração e metalurgia	178.969	0,25%	88.570	0,12%
Papel e celulose	101.441	0,14%	27.395	0,04%
Pequenas e médias empresas ⁽¹⁾	450.475	0,63%	1.044.433	1,49%
Químico	781.223	1,08%	784.522	1,12%
Serviços	1.307.304	1,82%	1.775.646	2,53%
Telecomunicações	17.508	0,02%	55.132	0,08%
Têxtil e confecções	141.726	0,20%	159.618	0,23%
Transportes	361.864	0,50%	439.982	0,63%
Demais atividades	106.629	0,10%	86.682	0,10%
Total da carteira de crédito ⁽²⁾	72.015.812	100,00%	70.317.801	100,00%

⁽¹⁾ Incluem operações de crédito com os setores de agronegócio e outros setores de atividade econômica realizada com pequenas e médias empresas.

⁽²⁾ Inclui ajuste ao valor justo das operações de crédito que são objeto de *hedge* de risco de mercado no montante de R\$ 248.500 em 30 de junho de 2023 (R\$ (447.760) em 31 de dezembro de 2022).



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

em 30 de junho de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

d) Carteira de crédito por níveis de risco e prazos de vencimento

Banco	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	30.06.2023	31.12.2022
Operações em curso normal											
Parcelas vincendas	4.074.721	31.627.279	11.441.174	8.009.460	1.247.640	397.975	137.844	778.470	259.318	57.973.880	57.350.452
01 a 30	722.817	3.302.014	322.510	72.250	39.712	13.036	13.934	40.668	64.392	4.591.333	4.385.570
31 a 60	506.156	1.697.224	471.338	315.087	50.479	14.013	4.996	7.264	8.707	3.075.264	2.939.887
61 a 90	202.353	1.486.370	497.629	313.285	49.646	14.038	8.626	7.269	8.812	2.588.028	2.917.583
91 a 180	708.010	3.738.102	1.183.430	840.777	143.976	42.303	14.114	21.339	25.468	6.717.519	6.928.610
181 a 360	609.929	6.328.193	2.039.035	1.457.135	236.226	76.153	26.063	38.755	45.794	10.857.283	10.179.493
Acima de 360	1.325.456	15.075.376	6.927.232	5.010.926	727.601	238.432	70.111	663.175	106.145	30.144.453	29.999.309
Parcelas vencidas	13.331	99.446	26.582	45.000	21.704	3.866	1.334	2.203	4.865	218.331	172.346
Até 14 dias	13.331	99.446	26.582	45.000	21.704	3.866	1.334	2.203	4.865	218.331	172.346
Subtotal	4.088.052	31.726.725	11.467.756	8.054.460	1.269.344	401.841	139.178	780.673	264.183	58.192.211	57.522.798
Operações em curso anormal ⁽¹⁾											
Parcelas vincendas	-	-	914.752	1.309.164	1.112.425	872.616	453.618	665.673	988.369	6.316.617	5.886.760
01 a 30	-	-	44.218	65.160	53.674	39.667	21.122	29.016	51.061	303.918	274.768
31 a 60	-	-	42.726	58.511	48.143	36.079	19.875	25.945	45.130	276.409	277.192
61 a 90	-	-	41.170	56.998	46.897	35.201	20.332	25.504	43.694	269.796	257.559
91 a 180	-	-	114.480	162.341	134.236	101.146	53.490	73.206	122.683	761.582	704.653
181 a 360	-	-	188.863	269.418	227.151	172.999	92.671	125.073	199.097	1.275.272	1.199.626
Acima de 360	-	-	483.295	696.736	602.324	487.524	246.128	386.929	526.704	3.429.640	3.172.962
Parcelas vencidas ⁽²⁾	-	-	50.753	150.321	134.758	124.114	98.347	135.332	490.522	1.184.147	1.159.841
01 a 14	-	-	-	24.389	21.710	16.197	9.034	11.904	20.933	104.167	98.060
15 a 30	-	-	50.753	42.124	29.036	21.433	12.292	15.220	26.501	197.359	187.182
31 a 60	-	-	-	83.808	47.883	36.399	19.981	27.104	48.904	264.079	223.557
61 a 90	-	-	-	-	36.129	29.406	17.722	23.951	52.130	159.338	146.768
91 a 180	-	-	-	-	-	20.679	39.318	57.153	156.502	273.652	256.898
181 a 360	-	-	-	-	-	-	-	-	185.552	185.552	247.376
Subtotal	-	-	965.505	1.459.485	1.247.183	996.730	551.965	801.005	1.478.891	7.500.764	7.046.601
Total	4.088.052	31.726.725	12.433.261	9.513.945	2.516.527	1.398.570	691.142	1.581.678	1.743.074	65.692.974	64.569.399
(+/-) Ajuste ao valor justo ⁽³⁾										248.500	(447.760)
Total da carteira de crédito ajustada ao valor justo										65.941.474	64.121.639



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

em 30 de junho de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Consolidado	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	30.06.2023	31.12.2022
Operações em curso normal											
Parcelas vencidas	4.077.721	34.922.180	11.732.387	8.392.447	1.441.833	465.587	169.755	819.266	289.691	62.310.867	61.952.709
01 a 30	723.043	4.430.962	422.300	200.187	82.062	28.229	20.743	50.538	74.551	6.032.615	6.040.921
31 a 60	506.220	2.205.762	521.601	377.997	72.305	21.892	8.560	12.167	13.928	3.740.432	3.581.886
61 a 90	202.578	1.849.752	535.117	360.528	66.800	20.436	11.565	11.271	12.735	3.070.782	3.387.380
91 a 180	708.677	4.342.753	1.238.274	926.438	178.879	56.246	20.686	30.195	29.133	7.531.281	7.760.237
181 a 360	610.962	6.660.314	2.070.307	1.515.978	269.496	91.820	33.745	49.232	49.627	11.351.481	10.692.482
Acima de 360	1.326.241	15.432.637	6.944.788	5.011.319	772.291	246.964	74.456	665.863	109.717	30.584.276	30.489.803
Parcelas vencidas	13.329	152.765	35.448	53.025	34.704	10.906	3.935	6.055	17.948	328.115	322.204
Até 14 dias	13.329	152.765	35.448	53.025	34.704	10.906	3.935	6.055	17.948	328.115	322.204
Subtotal	4.091.050	35.074.945	11.767.835	8.445.472	1.476.537	476.493	173.690	825.321	307.639	62.638.982	62.274.913
Operações em curso anormal ⁽¹⁾											
Parcelas vencidas	-	-	966.442	1.381.116	1.145.443	884.235	459.729	680.121	1.007.044	6.524.130	6.084.511
01 a 30	-	-	47.101	70.676	54.522	40.278	21.445	29.551	51.417	314.990	326.131
31 a 60	-	-	42.734	58.511	48.278	36.173	19.920	25.981	45.292	276.889	302.791
61 a 90	-	-	41.178	56.998	47.017	35.288	20.372	25.536	43.824	270.213	277.484
91 a 180	-	-	114.505	162.341	134.498	101.354	53.575	73.275	122.948	762.496	744.022
181 a 360	-	-	188.912	269.418	227.447	173.223	92.763	125.145	199.334	1.276.242	1.231.267
Acima de 360	-	-	532.012	763.172	633.681	497.919	251.654	400.633	544.229	3.623.300	3.202.816
Parcelas vencidas ⁽²⁾	-	-	85.720	221.967	248.518	235.066	235.825	349.568	1.227.536	2.604.200	2.406.137
01 a 14	-	-	-	24.389	21.717	16.197	9.036	11.905	20.933	104.177	123.806
15 a 30	-	-	85.720	46.290	33.057	24.818	13.767	17.558	28.640	249.850	247.255
31 a 60	-	-	-	151.288	57.206	43.673	23.928	32.241	54.053	362.389	337.756
61 a 90	-	-	-	-	136.538	34.882	21.170	45.290	57.789	295.669	293.201
91 a 180	-	-	-	-	-	115.496	167.924	242.574	178.941	704.935	684.372
181 a 360	-	-	-	-	-	-	-	-	887.180	887.180	719.747
Subtotal	-	-	1.052.162	1.603.083	1.393.961	1.119.301	695.554	1.029.689	2.234.580	9.128.330	8.490.648
Total	4.091.050	35.074.945	12.819.997	10.048.555	2.870.498	1.595.794	869.244	1.855.010	2.542.219	71.767.312	70.765.561
(+/-) Ajuste ao valor justo ⁽³⁾										248.500	(447.760)
Total da carteira de crédito ajustada ao valor justo										72.015.812	70.317.801

⁽¹⁾ Inclui somente operações com pelo menos um parcela com atraso superior a 14 dias.

⁽²⁾ O Conglomerado não adota a contagem em dobro para as operações de crédito.

⁽³⁾ Refere-se ao ajuste ao valor justo das operações de crédito que são objeto de *hedge* de risco de mercado.



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

em 30 de junho de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

e) Constituição da provisão para perdas associadas a carteira de crédito por níveis de risco

Nível de risco	% Provisão	30.06.2023				31.12.2022			
		Valor das operações	Provisão mínima requerida	Provisão adicional ⁽¹⁾	Provisão existente	Valor das operações	Provisão mínima requerida	Provisão adicional ⁽¹⁾	Provisão existente
Banco									
AA	0,00%	4.088.052	-	-	-	3.734.190	-	-	-
A	0,50%	31.726.725	(158.634)	-	(158.634)	33.043.739	(165.219)	-	(165.219)
B	1,00%	12.433.261	(124.333)	-	(124.333)	13.142.368	(131.424)	-	(131.424)
C	3,00%	9.513.945	(285.418)	(255)	(285.673)	7.000.085	(210.003)	-	(210.003)
D	10,00%	2.516.527	(251.653)	-	(251.653)	2.057.099	(205.710)	-	(205.710)
E	30,00%	1.398.570	(419.571)	-	(419.571)	1.569.075	(470.723)	-	(470.723)
F	50,00%	691.142	(345.571)	-	(345.571)	386.625	(193.313)	-	(193.313)
G	70,00%	1.581.678	(1.107.175)	(138.694)	(1.245.869)	1.758.899	(1.231.229)	(138.052)	(1.369.281)
H	100,00%	1.743.074	(1.743.074)	-	(1.743.074)	1.877.319	(1.877.319)	-	(1.877.319)
Total		65.692.974	(4.435.429)	(138.949)	(4.574.378)	64.569.399	(4.484.940)	(138.052)	(4.622.992)
(+/-) Ajuste ao valor justo ⁽²⁾		248.500				(447.760)			
Total da carteira de crédito ajustada ao valor justo		65.941.474				64.121.639			
Consolidado									
AA	0,00%	4.091.050	-	-	-	3.739.453	-	-	-
A	0,50%	35.074.945	(175.374)	-	(175.374)	36.700.870	(183.504)	-	(183.504)
B	1,00%	12.819.997	(128.200)	-	(128.200)	13.545.763	(135.458)	-	(135.458)
C	3,00%	10.048.555	(301.457)	(255)	(301.712)	7.559.119	(226.774)	-	(226.774)
D	10,00%	2.870.498	(287.050)	-	(287.050)	2.406.561	(240.656)	-	(240.656)
E	30,00%	1.595.794	(478.738)	-	(478.738)	1.794.164	(538.250)	-	(538.250)
F	50,00%	869.244	(434.622)	-	(434.622)	554.362	(277.181)	-	(277.181)
G	70,00%	1.855.010	(1.298.507)	(138.694)	(1.437.201)	2.027.128	(1.418.990)	(138.052)	(1.557.042)
H	100,00%	2.542.219	(2.542.219)	-	(2.542.219)	2.438.141	(2.438.141)	-	(2.438.141)
Total		71.767.312	(5.646.167)	(138.949)	(5.785.116)	70.765.561	(5.458.954)	(138.052)	(5.597.006)
(+/-) Ajuste ao valor justo ⁽²⁾		248.500				(447.760)			
Total da carteira de crédito ajustada ao valor justo		72.015.812				70.317.801			

⁽¹⁾ Provisões adicionais são constituídas, quando o agravamento de nível de risco não for aplicável.

⁽²⁾ Refere-se ao ajuste ao valor justo das operações de crédito que são objeto de *hedge* de risco de mercado.

f) Provisão para perdas associadas ao risco de crédito
f.1) Resultado de provisão para perdas associadas a carteira de crédito

	Banco		Consolidado	
	1º Semestre/ 2023	1º Semestre/ 2022	1º Semestre/ 2023	1º Semestre/ 2022
(Provisão) / reversão de provisão para perdas associadas a carteira de crédito (Nota 12f.2)	(1.093.829)	(930.214)	(1.778.122)	(1.294.843)
Operações de crédito	(1.121.400)	(998.428)	(1.828.974)	(1.374.456)
Outros créditos com características de concessão de crédito	27.571	68.214	50.929	79.595
Operações de arrendamento mercantil	-	-	(77)	18
Rendas de recuperação de créditos anteriormente baixados como prejuízo	278.787	401.655	299.710	432.458
Operações de crédito	263.287	400.536	284.161	431.012
Outros créditos com características de concessão de crédito	15.500	1.119	15.500	1.119
Operações de arrendamento mercantil	-	-	49	327
Total de (provisão) / reversão de provisão para perdas associadas a carteira de crédito	(815.042)	(528.559)	(1.478.412)	(862.385)
Outras (provisões) / reversões de provisões para perdas associadas ao risco de crédito ⁽¹⁾	(42.641)	8.772	(42.641)	8.772
Garantias financeiras prestadas	18.598	5.727	18.598	5.727
Outros riscos	(61.239)	3.045	(61.239)	3.045
Total de outras (provisões) / reversões de provisões associadas ao risco de crédito	(42.641)	8.772	(42.641)	8.772
Total	(857.683)	(519.787)	(1.521.053)	(853.613)

⁽¹⁾ As respectivas provisões estão apresentadas em Outros passivos - "Provisão para perda com garantias financeiras prestadas" e "Provisão para perda - Outros riscos" (Nota 22a).

f.2) Movimentação

Compreendem as operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos com característica de concessão de crédito.

	Banco		Consolidado	
	1º Semestre/ 2023	1º Semestre/ 2022	1º Semestre/ 2023	1º Semestre/ 2022
Saldo inicial	4.622.992	4.933.006	5.597.006	5.545.020
Reforço / (reversão) ⁽¹⁾	1.093.829	930.214	1.778.122	1.294.843
Provisão mínima requerida	1.092.932	951.849	1.777.225	1.316.478
Provisão / (reversão) de provisão adicional	897	(21.635)	897	(21.635)
Baixas para prejuízo	(1.142.443)	(984.022)	(1.590.012)	(1.264.343)
Saldo final	4.574.378	4.879.198	5.785.116	5.575.520

⁽¹⁾ Não contempla as rendas de recuperação de créditos anteriormente baixados para prejuízo.

g) Concentração das operações de crédito

	30.06.2023	% da carteira	31.12.2022	% da carteira
Banco				
Maior devedor	536.800	0,82%	552.209	0,86%
10 Maiores devedores	2.584.480	3,93%	2.501.897	3,87%
20 Maiores devedores	3.995.470	6,08%	3.763.032	5,83%
50 Maiores devedores	6.664.347	10,14%	6.193.472	9,59%
100 Maiores devedores	9.162.885	13,95%	8.621.172	13,35%
Consolidado				
Maior devedor	536.800	0,75%	552.209	0,78%
10 Maiores devedores	2.584.480	3,60%	2.501.897	3,54%
20 Maiores devedores	3.995.470	5,57%	3.763.032	5,32%
50 Maiores devedores	6.667.194	9,29%	6.196.700	8,76%
100 Maiores devedores	9.167.753	12,77%	8.624.400	12,19%

h) Informações sobre cessões de crédito
h.1) Cessões com retenção substancial dos riscos e benefícios

Foram realizadas transferências de ativos financeiros (operações de crédito), com retenção substancial dos riscos e benefícios.

	30.06.2023		31.12.2022	
	Ativo financeiro objeto da venda	Passivo referente à obrigação assumida ⁽¹⁾	Ativo financeiro objeto da venda	Passivo referente à obrigação assumida ⁽¹⁾
Banco	11.943.494	13.194.836	9.910.056	10.794.946
Com coobrigação	9.330.817	10.582.159	6.526.475	7.411.365
Instituições financeiras - Partes relacionadas	9.330.817	10.582.159	6.526.475	7.411.365
Sem coobrigação	2.612.677	2.612.677	3.383.581	3.383.581
Fundo de investimento em direitos creditórios - Controlada	2.612.677	2.612.677	3.383.581	3.383.581
Consolidado	9.330.817	10.582.159	6.526.475	7.411.365
Com coobrigação	9.330.817	10.582.159	6.526.475	7.411.365
Instituições financeiras - Partes relacionadas	9.330.817	10.582.159	6.526.475	7.411.365

⁽¹⁾ Registrado na rubrica Outros passivos financeiros – Obrigações de operações vinculadas às cessões (Nota 22a).

No semestre findo em 30 junho de 2023, as receitas com venda ou transferência de ativos financeiros totalizaram R\$ 1.104.363 no Banco e no Consolidado (R\$ 565.276 no Banco e no Consolidado no semestre findo em 30 de junho de 2022). As despesas com obrigação por operações com essas mesmas características totalizaram R\$ 820.507 no Banco e no Consolidado (R\$ 370.320 no Banco e no Consolidado no semestre findo em 30 de junho de 2022).

h.2) Cessões sem retenção substancial dos riscos e benefícios

No semestre findo em 30 de junho de 2023, as receitas com venda ou transferência de ativos financeiros totalizaram R\$ 3.600 no Banco e no Consolidado e as despesas com obrigações com essa mesma característica totalizaram R\$ 277.351 no Banco e R\$ 337.000 no Consolidado (R\$ 69.746 no Banco e R\$ 222.613 no Consolidado no semestre findo em 30 de junho de 2022). Antes do reconhecimento do prejuízo, as respectivas provisões para perdas associadas ao risco de crédito existentes para as operações cedidas foram revertidas e os impactos estão apresentados no resultado na linha "(Provisão) / reversão de provisão para perdas associadas a carteira de crédito" no montante de R\$ 399.665 no Banco e no Consolidado.

h.3) Cessões sem coobrigação de créditos anteriormente baixados como prejuízo

No semestre findo em 30 de junho de 2023, as receitas com cessões sem coobrigação de créditos anteriormente baixados como prejuízo totalizaram R\$ 26.580 no Banco e R\$ 28.865 no Consolidado (R\$ 57.604 no Banco e R\$ 71.408 no Consolidado no semestre findo em 30 de junho de 2022), as quais foram reconhecidas no resultado do período em "Receitas de operações de crédito".

i) Movimentação dos créditos renegociados

	Banco		Consolidado	
	1º Semestre/ 2023	1º Semestre/ 2022	1º Semestre/ 2023	1º Semestre/ 2022
Montante de créditos renegociados no período ⁽¹⁾	1.940.036	3.293.212	2.294.778	3.513.226
Renegociados por atraso ⁽²⁾	329.569	238.473	378.024	270.141
Renovados ⁽³⁾	1.610.467	3.054.739	1.916.754	3.243.085
Movimentação dos créditos renegociados por atraso				
Saldo inicial	747.490	839.584	775.786	876.493
Contratações	329.569	238.473	378.024	270.141
(Recebimento) e apropriação de juros	(350.855)	(167.896)	(362.537)	(196.850)
Baixa para prejuízo	(43.547)	(155.578)	(62.005)	(173.981)
Saldo final	682.657	754.583	729.268	775.803
Provisão para créditos da carteira renegociada por atraso	267.058	377.074	304.494	395.408
(%) PDD sobre a carteira renegociada por atraso	39,12%	49,97%	41,75%	50,97%
Inadimplência após 90 dias de atraso da carteira renegociada	298.985	347.648	343.948	368.868
(%) Inadimplência sobre a carteira renegociada por atraso	43,80%	46,07%	47,16%	47,55%

⁽¹⁾ Representa o montante renegociado no período das operações de crédito, vencidas ou em atraso.

⁽²⁾ Créditos renegociados no período para composição de dívidas em virtude de atraso no pagamento pelos clientes.

⁽³⁾ Créditos renegociados de operações não vencidas para prorrogação, novação, concessão de nova operação para liquidação parcial ou integral de operação anterior ou qualquer outro tipo de acordo que implique alteração nos prazos de vencimento ou nas condições de pagamento originalmente pactuadas.

j) Outras informações

	Banco		Consolidado	
	30.06.2023	31.12.2022	30.06.2023	31.12.2022
Créditos contratados a liberar	681.660	701.562	6.710.810	7.716.077
Garantias financeiras prestadas (Nota 30.1.a.ii)	7.164.946	7.630.198	7.164.946	7.630.198

13. OUTROS ATIVOS
a) Composição

	Banco		Consolidado	
	30.06.2023	31.12.2022	30.06.2023	31.12.2022
Outros ativos financeiros	4.574.919	2.257.965	4.976.495	2.807.852
Relações com correspondentes	5.361	33.117	6.874	34.406
Outros créditos e rendas a receber	34.324	42.223	128.149	163.961
Transações de cartão de crédito	-	-	272.197	192.467
Valores a receber de liquidações de títulos no exterior	17.263	15.234	17.263	15.234
Outros créditos para negociação e intermediação de valores	76.394	59.106	76.394	62.533
Carteira de câmbio (Nota 13b)	4.440.086	2.106.484	4.440.086	2.106.484
Outros	1.491	1.801	35.532	232.767
Outros ativos	1.051.232	1.230.836	1.101.286	881.864
Despesas antecipadas ⁽¹⁾	212.702	119.868	215.140	124.292
Devedores diversos - No país	226.193	144.540	277.576	170.583
Adiantamentos e antecipações salariais	3.184	6.000	3.292	6.331
Adiantamentos a fornecedores	9.107	418	22.687	756
Devedores por depósitos em garantia - Contingências (Nota 29g)	446.667	468.605	484.618	518.401
Devedores por depósitos em garantia - Outros	808	581	808	581
Outros créditos e valores a receber de sociedades ligadas	61.020	142.107	-	-
Dividendos a receber / Juros sobre o capital próprio a receber ⁽²⁾	-	304.552	177	151
Ativos de sustentabilidade ^{(3) (4)}	65.833	-	65.833	-
Outros	25.718	44.165	31.155	60.769
Total	5.626.151	3.488.801	6.077.781	3.689.716
Ativo circulante	5.026.199	2.824.352	5.394.778	2.989.584
Ativo não circulante	599.952	664.449	683.003	700.132

⁽¹⁾ No semestre findo em 30 de junho de 2023, inclui custos de originação de operações de crédito que são diferidos durante a vida da respectiva operação.

⁽²⁾ Para juros sobre o capital próprio, refere-se ao valor líquido dos efeitos tributários.

⁽³⁾ Referem-se a créditos de carbono e títulos verdes que com o início da vigência da Instrução Normativa BCB nº 325, a partir de 2023, passaram a ser apresentados em Outros ativos (até 2022 eram apresentados em Ativos intangíveis).

⁽⁴⁾ Contempla o valor líquido, considerando a compensação de créditos de carbono e títulos verdes.

b) Carteira de câmbio

Banco e Consolidado	30.06.2023	31.12.2022
Ativo - Outros ativos ⁽¹⁾		
Câmbio comprado a liquidar	2.116.355	1.216.812
Direitos sobre vendas de câmbio	2.323.731	889.672
Total	4.440.086	2.106.484
Ativo circulante	4.440.086	2.106.484
Passivo - Outros passivos ⁽²⁾		
Câmbio vendido a liquidar	(2.310.643)	(902.714)
Obrigações por compras de câmbio	(2.169.721)	(1.204.779)
Total	(4.480.364)	(2.107.493)
Passivo circulante	(4.480.364)	(2.107.493)
Contas de compensação		
Créditos abertos para importação	18.073	52.785

⁽¹⁾ As rendas a receber de adiantamentos concedidos em contratos de câmbio estão apresentados em "Carteira de crédito - Outros créditos com características de concessão de crédito" (Nota 12a).

⁽²⁾ Os adiantamentos concedidos em contratos de câmbio estão apresentados em "Carteira de crédito - Outros créditos com características de concessão de crédito" (Nota 12a).

c) Resultado de operações de câmbio

	Banco e Consolidado	
	1º Semestre/2023	1º Semestre/2022
Rendas de câmbio	1.337.801	1.165.818
Despesas de câmbio	(1.460.045)	(1.285.118)
Resultado de operações de câmbio	(122.244)	(119.300)

14. ATIVOS NÃO FINANCEIROS MANTIDOS PARA VENDA

Os ativos não financeiros mantidos para a venda referem-se, principalmente, a imóveis e veículos não de uso (i) adjudicados, recebidos em dação em pagamento ou por qualquer outra forma recepcionados para a liquidação ou amortização de dívidas; (ii) imóveis construídos por sociedades investidas de propósitos específicos e destinados para a venda; e (iii) participações em empreendimentos imobiliários mantidos para venda.

	Banco		Consolidado	
	30.06.2023	31.12.2022	30.06.2023	31.12.2022
Imóveis	30.286	32.513	139.268	144.390
Veículos e afins	143.933	125.480	144.317	125.884
Provisão para perda ao valor recuperável (<i>impairment</i>)	(32.118)	(30.803)	(63.875)	(62.705)
Total	142.101	127.190	219.710	207.569
Ativo circulante	142.101	127.190	145.833	138.002
Ativo não circulante	-	-	73.877	69.567

15. INVESTIMENTOS
a) Movimentações nas participações em controladas, coligadas e controladas em conjunto

	31.12.2022	Movimentação do 1º Semestre/2023		30.06.2023	1º Semestre/2022
	Valor do investimento	Dividendos/Outros eventos ⁽⁷⁾	Resultado equivalência	Valor do investimento	Resultado equivalência
No país - Controladas do Banco	2.399.302	528.040	(22.336)	2.905.006	98.762
Banco BV S.A. ⁽¹⁾	1.267.191	1.204.611	(237.325)	2.234.477	(79.500)
BV DTVM ⁽²⁾	281.449	(283.933)	2.484	-	(14.585)
BV Corretora de Seguros	1.198	(61.427)	176.622	116.393	129.047
BVIA ⁽³⁾	210.783	(111.219)	20.396	119.960	20.940
Promotiva ⁽⁴⁾	-	-	-	-	17.289
Atenas	60.864	-	1.130	61.994	6.447
BVEP ⁽⁵⁾	577.817	(219.992)	14.357	372.182	19.124
No país - Coligadas do Banco	-	67.899	(1.465)	66.434	(2.899)
Coligadas ^{(2) (6)}	-	67.899	(1.465)	66.434	(2.899)
Ágio na aquisição e imparidade (Nota 15c)	76.244	-	2.112	78.356	(3.326)
Total - Banco	2.475.546	595.939	(21.689)	3.049.796	92.537
No país - Coligadas do Banco	-	67.899	(1.465)	66.434	(2.899)
Coligadas ^{(2) (6)}	-	67.899	(1.465)	66.434	(2.899)
No país - Coligadas do Banco BV S.A.	1.424	1.688	(3.112)	-	(2.526)
Coligadas ⁽⁶⁾	1.424	1.688	(3.112)	-	(2.526)
No país - Coligadas e controladas em conjunto da BVEP	3.767	(233)	3.727	7.261	(418)
Coligadas	3.341	-	3.462	6.803	(28)
Controladas em conjunto	426	(233)	265	458	(390)
Ágio na aquisição e imparidade (Nota 15c)	183.633	-	(1.387)	182.246	-
Total - Consolidado	188.824	69.354	(2.237)	255.941	(5.843)

⁽¹⁾ A Administração do Banco BV S.A. aprovou em abril de 2023 o aumento de capital social no montante de R\$ 1.200.000, mediante a emissão de 779.143 de novas ações ordinárias.

⁽²⁾ Em agosto de 2022, o banco BV firmou parceria estratégica com o Banco Bradesco, o qual, por meio de uma de suas controladas, adquiriu 51% do capital da BV DTVM. Em fevereiro de 2023, esta participação foi reclassificada para "ativos não financeiros mantidos para venda" e com a conclusão da transação neste mesmo mês esta deixou de ser controlada, passando para a condição de coligada (nota 2b).

⁽³⁾ Inclui principalmente a redução de capital social da BVIA no montante de R\$ 40.179, sem cancelamento de ações da respectiva Companhia e também a distribuição de dividendos antecipados no valor de R\$ 44.820, aprovados em 24 de maio de 2023.

⁽⁴⁾ Em dezembro de 2022, o banco BV realizou a alienação da totalidade das ações da controlada Promotiva S.A. (Nota 2c).

⁽⁵⁾ Em abril de 2023, foi aprovada a redução de capital social no montante de R\$ 246.017, incluindo a absorção de prejuízos acumulados. Não ocorreu cancelamento de ações da respectiva Companhia.

⁽⁶⁾ Inclui investimentos com passivo a descoberto apresentados em Outros passivos (Nota 22a).

⁽⁷⁾ Inclui movimentação de outros resultados abrangentes.

b) Composição da remuneração do capital das empresas controladas pelo banco BV

	1º Semestre/2023	1º Semestre/2022
	Dividendos	
	Distribuições através do lucro do período	
No País - Controladas do Banco		
BV Corretora de Seguros	61.427	473.842
BVIA	44.820	-
Total - Banco	106.247	473.842

b) Posição patrimonial de ágio e ajuste ao valor recuperável (Imparidade)

	Ágio		Imparidade ⁽¹⁾	
	30.06.2023	31.12.2022	30.06.2023	31.12.2022
Banco				
Coligadas do Banco	86.826	88.084	-	-
Atenas	-	-	(8.470)	(11.840)
Total - Banco	86.826	88.084	(8.470)	(11.840)
Consolidado				
Coligadas do Banco	86.826	88.084	-	-
Coligadas do Banco BV S.A.	96.396	96.525	-	-
Coligadas da BVEP	-	-	(453)	(453)
Controladas em conjunto da BVEP	-	-	(523)	(523)
Total - Consolidado	183.222	184.609	(976)	(976)

⁽¹⁾ Aplicado sobre o valor do investimento.

c) Informações financeiras resumidas das controladas nas Demonstrações Contábeis

	30.06.2023		1º Semestre/2023	Quantidade de ações / cotas (em milhares)	Participação do capital social %
	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Lucro/ (prejuízo) líquido	Ordinárias	
No País - Controladas do Banco					
Banco BV S.A. ⁽¹⁾	2.500.131	2.234.477	(237.325)	1.602	100%
BV Corretora de Seguros	1.000	116.393	176.622	200	100%
BVIA ⁽²⁾	99.564	119.960	20.396	75.758	100%
Atenas ⁽³⁾	51.610	61.994	1.130	51.610	100%
BVEP ^{(3) (4)}	352.383	372.182	14.357	598.400	100%

⁽¹⁾ A Administração do Banco BV S.A. aprovou em abril de 2023 o aumento de capital social no montante de R\$ 1.200.000, mediante a emissão de 779.143 de novas ações ordinárias.

⁽²⁾ Inclui principalmente a redução de capital social da BVIA no montante de R\$ 40.179, sem cancelamento de ações da respectiva Companhia e também a distribuição de dividendos no valor de R\$ 44.820, aprovados em 24 de maio de 2023.

⁽³⁾ Inclui *impairment* de controladas.

⁽⁴⁾ Em abril de 2023, foi aprovada a redução de capital social no montante de R\$ 246.017, sem cancelamento de ações da respectiva Companhia.

d) Informações financeiras resumidas das coligadas e controladas em conjunto nas Demonstrações Contábeis consolidadas

	30.06.2023				31.12.2022			
	Coligadas do Banco ⁽¹⁾	Coligadas do Banco BV S.A.	Coligadas da BVEP	Controladas em conjunto da BVEP	Coligadas do Banco	Coligadas do Banco BV S.A.	Coligadas da BVEP	Controladas em conjunto da BVEP
Ativo Total ⁽²⁾	196.629	17.528	12.661	3.081	102	21.117	5.861	3.148
Passivo Total ⁽²⁾	196.629	17.528	12.661	3.081	102	21.117	5.861	3.148
Passivo	72.762	23.029	6.337	2.096	5.156	16.477	3.513	1.994
Patrimônio líquido	123.867	(5.501)	6.324	985	(5.054)	4.640	2.348	1.154
	1º Semestre/2023				1º Semestre/2022			
Resultado do período ⁽²⁾	(1.623)	(8.019)	4.721	(560)	(8.632)	(8.233)	(99)	(757)

⁽¹⁾ Contempla Companhia que passou a ser coligada em fevereiro de 2022, conforme descrito nota 2b.

⁽²⁾ As informações de ativos, passivos e resultado não estão ajustadas pelos percentuais detidos direta ou indiretamente pelo Banco Votorantim. A posição patrimonial das empresas não considera a data de início do investimento pelo banco BV.

16. IMOBILIZADO DE USO

	31.12.2022	1º Semestre/2023			30.06.2023		
	Saldo contábil	Aquisições ⁽¹⁾	Baixas / outros eventos ⁽³⁾	Depreciação	Valor de custo	Depreciação acumulada	Saldo contábil
Banco							
Instalações	26.895	102	-	(3.721)	141.334	(118.058)	23.276
Móveis e equipamentos de uso	6.210	36	-	(609)	42.551	(36.914)	5.637
Sistema de comunicação	2.695	231	-	(499)	18.634	(16.207)	2.427
Sistema de processamento de dados	50.471	2.221	-	(8.979)	219.316	(175.603)	43.713
Sistema de segurança	84	-	-	(21)	2.619	(2.556)	63
Sistema de transporte	492	-	(131)	(65)	908	(612)	296
Total	86.847	2.590	(131)	(13.894)	425.362	(349.950)	75.412
Consolidado							
Instalações	26.968	102	-	(3.726)	142.595	(119.251)	23.344
Móveis e equipamentos de uso	6.221	36	(5)	(609)	43.464	(37.821)	5.643
Sistema de comunicação	2.695	231	-	(499)	18.634	(16.207)	2.427
Sistema de processamento de dados	50.471	2.221	-	(8.979)	219.315	(175.602)	43.713
Sistema de segurança	84	-	-	(21)	2.619	(2.556)	63
Sistema de transporte	492	-	(131)	(65)	908	(612)	296
Total	86.931	2.590	(136)	(13.899)	427.535	(352.049)	75.486

	31.12.2021	Exercício/2022			31.12.2022		
	Saldo contábil	Aquisições ^{(1) (2)}	Outros eventos ⁽⁴⁾	Depreciação	Valor de custo	Depreciação acumulada	Saldo contábil
Banco							
Instalações	34.732	607	-	(8.444)	141.417	(114.522)	26.895
Móveis e equipamentos de uso	7.744	233	-	(1.767)	42.555	(36.345)	6.210
Sistema de comunicação	2.991	711	-	(1.007)	18.404	(15.709)	2.695
Sistema de processamento de dados	35.152	32.187	-	(16.868)	217.218	(166.747)	50.471
Sistema de segurança	122	6	-	(44)	2.639	(2.555)	84
Sistema de transporte	351	318	-	(177)	1.277	(785)	492
Total	81.092	34.062	-	(28.307)	423.510	(336.663)	86.847
Consolidado							
Instalações	34.961	607	(118)	(8.482)	142.941	(115.973)	26.968
Móveis e equipamentos de uso	7.832	233	(12)	(1.832)	45.316	(39.095)	6.221
Sistema de comunicação	2.991	711	-	(1.007)	19.773	(17.078)	2.695
Sistema de processamento de dados	35.152	32.187	-	(16.868)	220.538	(170.067)	50.471
Sistema de segurança	121	7	-	(44)	2.734	(2.650)	84
Sistema de transporte	351	318	-	(177)	1.277	(785)	492
Total	81.408	34.063	(130)	(28.410)	432.579	(345.648)	86.931

(1) Inclui variação cambial sobre ativos da agência no exterior.

(2) No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 não houve baixa de imobilizado de uso.

(3) No consolidado, inclui o efeito dos montantes que deixaram de ser apresentados relacionados às operações da BV DTVM, pois esta deixou de ser controlada passando para condição de coligada em fevereiro de 2023 (Nota 2b).

(4) No consolidado, contempla movimentação relacionada à alienação total da Promotiva, que deixou de ser consolidada a partir de dezembro de 2022 (Nota 2c).

17. INTANGÍVEL

	Banco		Consolidado	
	30.06.2023	31.12.2022	30.06.2023	31.12.2022
Ativos intangíveis	2.041.508	1.883.075	2.218.703	2.025.228
(Amortização acumulada)	(842.448)	(732.142)	(875.477)	(772.588)
(Provisões para redução ao valor recuperável - Imparidade acumulada)	(163.406)	(168.327)	(163.406)	(178.156)
Total	1.035.654	982.606	1.179.820	1.074.484

a) Composição

	30.06.2023				31.12.2022			
	Valor de custo ⁽²⁾	Amortização acumulada	Imparidade acumulada ^{(1) (2)}	Saldo contábil	Valor de custo	Amortização acumulada	Imparidade acumulada ⁽¹⁾	Saldo contábil
Banco								
Softwares adquiridos	42.532	(42.309)	-	223	42.532	(42.129)	-	403
Licenças de uso	599.598	(482.927)	-	116.671	486.446	(416.208)	-	70.238
Acordos por direitos de comercialização	44.999	(44.999)	-	-	44.999	(44.999)	-	-
Softwares desenvolvidos internamente	1.341.009	(261.760)	(162.406)	916.843	1.218.461	(208.003)	(167.327)	843.131
Marcas e patentes	6.000	(3.083)	(1.000)	1.917	6.000	(2.583)	(1.000)	2.417
Créditos de carbono e títulos verdes ⁽³⁾	-	-	-	-	77.267	(10.850)	-	66.417
Outros	7.370	(7.370)	-	-	7.370	(7.370)	-	-
Total	2.041.508	(842.448)	(163.406)	1.035.654	1.883.075	(732.142)	(168.327)	982.606
Consolidado								
Softwares adquiridos	66.995	(42.495)	-	24.500	67.000	(42.320)	-	24.680
Licenças de uso	599.681	(483.010)	-	116.671	497.268	(425.883)	-	71.385
Acordos por direitos de comercialização	44.999	(44.999)	-	-	44.999	(44.999)	-	-
Softwares desenvolvidos internamente	1.493.658	(294.520)	(162.406)	1.036.732	1.325.324	(238.583)	(177.156)	909.585
Marcas e patentes	6.000	(3.083)	(1.000)	1.917	6.000	(2.583)	(1.000)	2.417
Créditos de carbono e títulos verdes ⁽³⁾	-	-	-	-	77.267	(10.850)	-	66.417
Outros	7.370	(7.370)	-	-	7.370	(7.370)	-	-
Total	2.218.703	(875.477)	(163.406)	1.179.820	2.025.228	(772.588)	(178.156)	1.074.484

(1) Inclui efeitos de redefinições táticas de projetos.

(2) No consolidado, contempla efeito dos montantes que deixaram de ser apresentados relacionados às operações da BV DTVM, pois esta deixou de ser controlada passando para condição de coligada em fevereiro de 2023 (Nota 2b).

(3) Com o início da vigência da Instrução Normativa BCB nº 325, a partir de 2023, os ativos de sustentabilidade, tais como créditos de carbono e títulos verdes, passaram a ser apresentados em Outros ativos.

b) Movimentação

	31.12.2022	1º Semestre/2023				30.06.2023
	Saldo contábil	Aquisições (1) (2)	Outros eventos (3) (4)	Amortização	Imparidade	Saldo contábil
Banco						
Softwares adquiridos	403	-	-	(180)	-	223
Licenças de uso	70.238	113.187	-	(66.754)	-	116.671
Softwares desenvolvidos internamente	843.131	130.771	-	(61.980)	4.921	916.843
Marcas e patentes	2.417	-	-	(500)	-	1.917
Créditos de carbono e títulos verdes	66.417	-	(66.417)	-	-	-
Total	982.606	243.958	(66.417)	(129.414)	4.921	1.035.654
Consolidado						
Softwares adquiridos	24.680	-	-	(180)	-	24.500
Licenças de uso	71.385	113.386	(1.145)	(66.955)	-	116.671
Softwares desenvolvidos internamente	909.585	202.882	(8.794)	(71.862)	4.921	1.036.732
Marcas e patentes	2.417	-	-	(500)	-	1.917
Créditos de carbono e títulos verdes	66.417	-	(66.417)	-	-	-
Total	1.074.484	316.268	(76.356)	(139.497)	4.921	1.179.820

	31.12.2021	Exercício/2022		31.12.2022
	Saldo contábil	Aquisições ⁽¹⁾ (2)	Amortização ⁽⁵⁾	Saldo contábil
Banco				
Softwares adquiridos	2.146	-	(1.743)	403
Licenças de uso	69.144	120.448	(119.354)	70.238
Acordos por direitos de comercialização	1.123	5.488	(6.611)	-
Softwares desenvolvidos internamente	495.502	424.961	(77.332)	843.131
Marcas e patentes	3.417	-	(1.000)	2.417
Créditos de carbono e títulos verdes	23.187	49.694	(6.464)	66.417
Total	594.519	600.591	(212.504)	982.606
Consolidado				
Softwares adquiridos	26.423	-	(1.743)	24.680
Licenças de uso	69.146	123.790	(121.551)	71.385
Acordos por direitos de comercialização	1.123	5.488	(6.611)	-
Softwares desenvolvidos internamente	551.362	453.293	(95.070)	909.585
Marcas e patentes	3.417	-	(1.000)	2.417
Créditos de carbono e títulos verdes	23.187	49.694	(6.464)	66.417
Total	674.658	632.265	(232.439)	1.074.484

(1) Inclui variação cambial sobre ativos da agência no exterior.

(2) No semestre findo em 30 de junho de 2023 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 não houve baixa de ativos intangíveis.

(3) Com o início da vigência da Instrução Normativa BCB nº 325, a partir de 2023, os ativos sustentáveis, tais como créditos de carbono e títulos verdes, passaram a ser apresentados em Outros ativos.

(4) No Consolidado, contempla efeito dos montantes que deixaram de ser apresentados relacionados às operações da BV DTVM, pois esta deixou de ser controlada passando para condição de coligada em fevereiro de 2023 (Nota 2b).

(5) No consolidado, inclui movimentação relacionada à alienação total da Promotiva, que deixou de ser consolidada a partir de dezembro de 2022 (Nota 2c).

c) Estimativa de amortização em 30 de junho de 2023

	2023	2024	2025	2026	2027	A partir de 2028	Não amortizáveis ⁽¹⁾	Total
Banco								
Valores a amortizar	172.816	250.951	210.685	172.476	144.725	84.001	-	1.035.654
Consolidado								
Valores a amortizar e outros montantes	183.270	271.742	231.403	187.969	154.557	126.600	24.279	1.179.820

(1) Inclui ativos intangíveis com vida útil indefinida.

18. DEPÓSITOS E CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO
a) Depósitos

	Banco		Consolidado	
	30.06.2023	31.12.2022	30.06.2023	31.12.2022
Depósitos à vista	637.302	784.058	741.851	895.168
Pessoas físicas ⁽¹⁾	126.857	137.918	250.910	263.885
Pessoas jurídicas ⁽¹⁾	507.227	642.504	490.935	631.277
Empresas ligadas	3.212	3.630	-	-
Vinculados	6	6	6	6
Depósitos interfinanceiros	510.323	1.005.548	510.323	749.199
Depósitos a prazo ⁽²⁾	22.615.373	22.464.245	22.485.724	21.780.958
Moeda nacional	21.784.679	21.389.997	21.655.030	20.706.710
Moeda estrangeira	830.694	1.074.248	830.694	1.074.248
Total	23.762.998	24.253.851	23.737.898	23.425.325
Passivo circulante	21.992.184	22.457.453	21.887.731	21.883.841
Passivo não circulante	1.770.814	1.796.398	1.850.167	1.541.484

⁽¹⁾ Contempla valores a devolver a clientes, no âmbito do sistema de valores a receber (SVR).

⁽²⁾ Inclui emissão de título verde (CDB *green*), maiores detalhes estão descritos na nota 31.

b) Segregação de depósitos por prazo de exigibilidade em 30 de junho de 2023

	Sem vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Acima de 5 anos	30.06.2023	31.12.2022
Banco								
Depósitos à vista	637.302	-	-	-	-	-	637.302	784.058
Depósitos interfinanceiros	-	341.892	168.431	-	-	-	510.323	1.005.548
Depósitos a prazo	-	11.166.312	9.678.247	1.593.288	177.196	330	22.615.373	22.464.245
Total	637.302	11.508.204	9.846.678	1.593.288	177.196	330	23.762.998	24.253.851
Consolidado								
Depósitos à vista	741.851	-	-	-	-	-	741.851	895.168
Depósitos interfinanceiros	-	341.892	168.431	-	-	-	510.323	749.199
Depósitos a prazo	-	11.117.250	9.518.307	1.672.111	177.726	330	22.485.724	21.780.958
Total	741.851	11.459.142	9.686.738	1.672.111	177.726	330	23.737.898	23.425.325

c) Captações no mercado aberto

	Banco		Consolidado	
	30.06.2023	31.12.2022	30.06.2023	31.12.2022
Carteira própria	24.495.882	17.929.671	24.476.183	17.580.715
Títulos privados – Debêntures	2.525.352	1.469.437	2.525.352	1.469.437
Letras Financeiras do Tesouro	2.407.422	-	2.407.422	-
Letras do Tesouro Nacional	12.721.563	6.767.451	12.721.563	6.764.250
Notas do Tesouro Nacional	4.780.452	7.486.747	4.760.753	7.140.992
Títulos privados – Outros	2.061.093	2.206.036	2.061.093	2.206.036
Carteira de terceiros	330.440	450.151	330.440	200.108
Letras do Tesouro Nacional	150.000	-	150.000	-
Notas do Tesouro Nacional	180.440	450.151	180.440	200.108
Carteira de livre movimentação	3.679	496.988	3.679	496.988
Notas do Tesouro Nacional	3.679	394.632	3.679	394.632
Títulos da Dívida Externa Brasileira	-	102.356	-	102.356
Total	24.830.001	18.876.810	24.810.302	18.277.811
Passivo circulante	22.081.217	16.733.288	22.061.518	16.134.289
Passivo não circulante	2.748.784	2.143.522	2.748.784	2.143.522

d) Despesas com operações de captação no mercado

	Banco		Consolidado	
	1º Semestre/ 2023	1º Semestre/ 2022	1º Semestre/ 2023	1º Semestre/ 2022
Despesas de captações com depósitos	(1.500.879)	(1.240.940)	(1.465.203)	(1.181.785)
Depósitos a prazo	(1.454.234)	(1.144.104)	(1.418.558)	(1.092.920)
Depósitos interfinanceiros	(46.645)	(96.836)	(46.645)	(88.865)
Despesas de captações no mercado aberto	(1.180.259)	(862.118)	(1.160.816)	(808.503)
Carteira própria	(1.117.245)	(619.591)	(1.097.802)	(565.976)
Carteira de terceiros	(22.426)	(202.591)	(22.426)	(202.591)
Carteira de livre movimentação ⁽¹⁾	(40.588)	(39.936)	(40.588)	(39.936)
Despesas de captação de recursos de aceites e emissão de títulos	(2.064.346)	(1.671.707)	(2.064.536)	(1.671.768)
Letras de Crédito Imobiliário – LCI	(25.420)	(16.750)	(25.420)	(16.750)
Letras de Crédito do Agronegócio – LCA	(266.424)	(155.065)	(266.424)	(155.065)
Letras Financeiras	(2.026.534)	(1.649.952)	(2.026.534)	(1.649.952)
Letras Financeiras Garantidas	-	(190.914)	-	(190.914)
Emissão de títulos e valores mobiliários no exterior ⁽²⁾	276.323	360.839	276.323	360.839
Certificados de Operações Estruturadas	(910)	(226)	(910)	(226)
Outras	(21.381)	(19.639)	(21.571)	(19.700)
Despesas com dívidas subordinadas no exterior ⁽²⁾	2.010	33.953	2.010	33.953
Total	(4.743.474)	(3.740.812)	(4.688.545)	(3.628.103)

⁽¹⁾ Inclui os efeitos de variação de valor justo do passivo correspondente.

⁽²⁾ Inclui os efeitos de variação cambial dos passivos correspondentes.

19. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES
a) Composição

	Banco e Consolidado	
	30.06.2023	31.12.2022
Obrigações por empréstimos (Nota 19b)	6.459.650	5.496.487
Obrigações por repasses (Nota 19c)	981.855	1.144.520
Total	7.441.505	6.641.007

b) Obrigações por empréstimos

	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Banco e Consolidado	
					30.06.2023	31.12.2022
No exterior	1.631.350	4.095.711	3.188	729.401	6.459.650	5.496.487
Tomados junto a banqueiros no exterior ⁽¹⁾	1.607.608	4.082.614	3.188	729.401	6.422.811	5.374.186
Importação	20.122	13.097	-	-	33.219	122.301
Outras obrigações	3.620	-	-	-	3.620	-
Total	1.631.350	4.095.711	3.188	729.401	6.459.650	5.496.487
Passivo circulante					5.727.061	4.712.250
Passivo não circulante					732.589	784.237

⁽¹⁾ Inclui emissão de título verde, maiores detalhes estão descritos na nota 31.

c) Obrigações por repasses
Do país – Instituições oficiais

Programas	Remuneração a.a. ⁽¹⁾	Banco e Consolidado	
		30.06.2023	31.12.2022
Tesouro Nacional		117.585	245.918
Pré-fixado	de 5,75% a.a. a 10,50% a.a.	111.998	217.245
Pós-fixado	100,00% da Selic	5.587	28.673
BNDES		137.305	152.563
Pré-fixado	de 2,70% a.a. a 9,22% a.a.	43.517	45.452
Pós-fixado	de 1,42% a.a. a 1,45% a.a. + IPCA 1,80% a.a. + TJLP	93.788	107.111
FINAME		726.965	746.039
Pré-fixado	de 1,30% a.a. a 8,00% a.a.	87.930	119.981
Pós-fixado	de 1,00% a.a. a 2,25% a.a. + IPCA de 1,15% a.a. a 2,40% a.a. + Selic	639.035	626.058
Total		981.855	1.144.520
Passivo circulante		250.850	337.831
Passivo não circulante		731.005	806.689

⁽¹⁾ As taxas de remuneração referem-se às operações existentes em 30 de junho de 2023.

d) Despesas de obrigações por empréstimos e repasses

	Banco e Consolidado	
	1º Semestre/ 2023	1º Semestre/ 2022
Resultado de obrigações por empréstimos ⁽¹⁾	217.860	30.286
Resultado de obrigações por repasses	(51.824)	(41.488)
Tesouro Nacional	(6.282)	(9.528)
BNDES	(5.827)	(7.323)
FINAME	(39.715)	(24.637)
Resultado de obrigações com banqueiros no exterior ⁽¹⁾	199.859	158.533
Total	365.895	147.331

⁽¹⁾ Inclui variação cambial sobre empréstimos e repasses no exterior.

20. RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

Captações	Moeda	Valor emitido	Remuneração a.a. ⁽¹⁾	Ano captação	Ano vencimento	Banco e Consolidado	
						30.06.2023	31.12.2022
Letras de Crédito Imobiliário						467.195	334.418
Pré-fixado	R\$	121.674	de 5,91% a.a. a 13,79% a.a.	2020	2024	130.666	88.473
Pós-fixado	R\$	302.079	de 90,50% a 117,00% do DI de 0,04% a.a. a 0,39% a.a. + DI	2021	2025	321.919	211.353
Pós-fixado	R\$	11.723	de 1,94% a.a. a 6,58% a.a. + IPCA	2021	2024	14.610	34.592
Letras de Crédito do Agronegócio						4.677.772	4.050.383
Pré-fixado	R\$	911.180	de 5,94% a.a. a 14,30% a.a.	2020	2028	992.468	963.848
Pós-fixado	R\$	2.659.776	de 92,00% a 116,00% do DI de 0,03% a.a. a 0,79% a.a. + DI	2020	2026	2.855.165	2.028.937
Pós-fixado	R\$	731.324	de 1,96% a.a. a 7,63% a.a. + IPCA	2020	2027	830.139	1.057.598
Letras Financeiras						27.188.680	29.159.302
Pré-fixado	R\$	1.475.805	de 5,67% a.a. a 14,77% a.a.	2014	2031	1.791.603	2.125.239
Pós-fixado ⁽²⁾	R\$	19.838.898	de 100,00% a 125,00% do DI de 0,78% a.a. a 1,77% a.a. + DI	2019	2028	22.930.602	24.684.737
Pós-fixado ⁽²⁾	R\$	1.870.075	de 2,46% a.a. a 7,64% a.a. + IPCA	2018	2032	2.466.475	2.349.326
Obrigações por TVM no exterior						6.116.848	6.391.996
Pré-fixado	R\$	42.923	de 11,75% a.a. a 14,52% a.a.	2022	2023	44.255	77.967
Com variação cambial ⁽²⁾	USD	1.212.434	de 3,35% a.a. a 8,12% a.a. + variação cambial	2019	2025	6.072.593	6.314.029
Certificados de Operações Estruturadas						-	21.518
Pré-fixado	R\$	-	-	2022	-	-	21.518
Total						38.450.495	39.957.617
Passivo circulante						17.410.936	14.782.770
Passivo não circulante						21.039.559	25.174.847

⁽¹⁾ As taxas de remuneração referem-se às operações existentes em 30 de junho de 2023.

⁽²⁾ Inclui emissão de título verde (*green bond*), maiores detalhes estão descritos na nota 31.

21. DÍVIDAS SUBORDINADAS E INSTRUMENTOS DE DÍVIDAS ELEGÍVEIS A CAPITAL
a) Composição

	Banco e Consolidado	
	30.06.2023	31.12.2022
Dívidas subordinadas (Nota 21b)	-	53.864
Instrumentos de dívidas elegíveis a capital (Nota 21c)	2.523.187	2.613.770
Total	2.523.187	2.667.634

b) Dívidas subordinadas

Captações	Moeda	Valor emitido	Remuneração a.a.	Ano captação	Ano vencimento	Banco e Consolidado	
						30.06.2023	31.12.2022
Letras Financeiras Subordinadas						-	53.864
Pós-fixado	R\$	-	-	2016	-	-	53.864
Total						-	53.864
Passivo circulante						-	53.864

c) Instrumentos de dívidas elegíveis a capital

Captações	Moeda	Valor emitido	Remuneração a.a. ⁽¹⁾	Ano captação	Ano vencimento	Banco e Consolidado	
						30.06.2023	31.12.2022
Letras Financeiras Subordinadas						1.794.035	2.076.390
Pós-fixado	R\$	974.361	de 100,00% a 116,50% do DI de 0,95% a.a. a 2,36% a.a. + DI	2016	2032	1.324.503	1.513.288
Pós-fixado	R\$	144.500	de 5,72% a.a. a 8,14% a.a. + IPCA	2013	2030	419.296	458.293
Pré-fixado	R\$	25.504	de 11,03% a.a. a 12,33% a.a.	2017	2024	50.236	55.657
Pós-fixado	R\$	-	-	2016	-	-	49.152
Captações	Moeda	Valor emitido ⁽⁴⁾	Remuneração a.a. ⁽¹⁾	Ano captação		Banco e Consolidado	
Letras Financeiras Subordinadas Perpétuas						729.152	537.380
Pré-fixado ⁽²⁾	R\$	146.500	de 14,48% a 15,00% a.a.	2023		144.516	-
Pós-fixado ⁽³⁾	R\$	500.100	4,50% a.a. + CDI	2022		584.636	537.380
Total						2.523.187	2.613.770
Passivo circulante						722.347	878.202
Passivo não circulante						1.800.840	1.735.568

⁽¹⁾ As taxas de remuneração referem-se às operações existentes em 30 de junho de 2023.

⁽²⁾ Em junho de 2023, foi realizada a emissão de R\$ 146.500 com pagamentos de juros anuais a partir de Jun/2025.

As Letras Financeiras perpétuas têm opção de resgate por iniciativa do Banco a partir de Jun/2028 ou em cada pagamento anual de juros subsequente, desde que autorizado previamente pelo Bacen.

⁽³⁾ Em agosto de 2022, foi realizada a emissão de R\$ 500.100 com pagamentos de juros anuais a partir de Ago/2024.

As Letras Financeiras perpétuas têm opção de resgate por iniciativa do Banco a partir de Ago/2027 ou em cada pagamento anual de juros subsequente, desde que autorizado previamente pelo Bacen.

⁽⁴⁾ Não contempla eventual deságio na respectiva emissão.

22. OUTROS PASSIVOS
a) Composição

	Banco		Consolidado	
	30.06.2023	31.12.2022	30.06.2023	31.12.2022
Outros passivos financeiros	17.805.925	12.967.931	15.336.568	9.749.840
Obrigações de operações vinculadas a cessões (Nota 12h.1) ⁽¹⁾	13.194.836	10.794.946	10.582.159	7.411.365
Comissões por intermediação de operações a pagar	19.101	23.862	19.415	24.031
Operações com cartão de crédito	-	-	142.611	154.589
Negociação e intermediação de valores	111.624	41.537	111.642	51.978
Carteira de câmbio (Nota 13b)	4.480.364	2.107.493	4.480.364	2.107.493
Outros	-	93	377	384
Outros passivos	2.008.652	1.779.900	2.208.094	2.044.880
Recursos em trânsito de terceiros	138.877	123.144	147.559	131.103
Provisão para participação nos lucros e resultados	96.342	216.826	123.306	260.555
Provisão para despesas de pessoal	346.952	348.560	371.661	405.021
Provisão para despesas administrativas	262.471	235.304	294.173	283.624
Provisão para perda com garantias financeiras prestadas (Nota 30.1.a.ii)	171.260	189.858	171.260	189.858
Provisão para perda - Outros riscos	68.158	6.919	68.158	6.919
Obrigações legais (Nota 29h)	60.964	57.147	69.607	66.099
Credores diversos - No país	322.734	300.933	426.327	393.153
Valores a pagar a sociedades ligadas	48	133	-	-
Dividendos a pagar / Juros sobre o capital próprio a pagar ⁽²⁾	501.100	271.700	501.100	271.700
Compensação da emissão de CO ₂ por veículos financiados pelo banco BV (Nota 31)	818	672	818	672
Outros	38.928	28.704	34.125	36.176
Total	19.814.577	14.747.831	17.544.662	11.794.720
Passivo circulante	11.408.424	8.219.801	10.684.171	7.167.597
Passivo não circulante	8.406.153	6.528.030	6.860.491	4.627.123

⁽¹⁾ Refere-se a obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros com retenção substancial de riscos e benefícios.

⁽²⁾ Para juros sobre o capital próprio, refere-se ao valor líquido dos efeitos tributários.

23. RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS
a) Receitas de prestação de serviços

	Banco		Consolidado	
	1º Semestre/ 2023	1º Semestre/ 2022	1º Semestre/ 2023	1º Semestre/ 2022
Administração de recursos de terceiros ⁽¹⁾	-	-	6.878	49.321
Cobrança	4.885	8.833	4.885	6.032
Comissões sobre colocação de títulos	31.533	64.772	31.547	65.386
Corretagens de operações em bolsa ⁽¹⁾	-	-	134	1.241
Rendas de serviços de custódia ⁽¹⁾	37	38	1.544	8.813
Rendas de garantias prestadas	45.952	50.749	45.952	50.749
Transações de cartão de crédito	-	-	117.349	116.118
Comissões sobre seguros	15.467	8.327	340.488	186.546
Assessoria financeira ⁽¹⁾	720	7.576	720	7.576
Correspondente bancário ⁽²⁾	-	-	-	202.557
Rendas de serviços de liquidação bancária com parceiros ⁽³⁾	17.128	16.766	5.821	5.105
Outros serviços	5.435	5.939	37.929	30.829
Total	121.157	163.000	593.247	730.273

⁽¹⁾ No consolidado, deixaram de ser apresentados os montantes relacionados às operações da BV DTVM, pois esta deixou de ser controlada passando para condição de coligada, em fevereiro de 2023 (Nota 2b).

⁽²⁾ No consolidado, deixaram de ser apresentados os montantes relacionados às operações da Promotiva no semestre findo em 30 de junho de 2023, com a alienação total da ora controlada (Nota 2c).

⁽³⁾ No Consolidado, são apresentadas pelo montante líquido apurado em cada período. Inclui o resultado com parcerias envolvendo o negócio de liquidação financeira.

b) Rendas de tarifas bancárias

	Banco		Consolidado	
	1º Semestre/ 2023	1º Semestre/ 2022	1º Semestre/ 2023	1º Semestre/ 2022
Confecção de cadastro	234.613	181.109	236.680	181.109
Transferência de recursos	349	718	349	718
Avaliação de bens	109.022	63.501	109.022	63.501
Rendas de cartão de crédito	-	-	42.982	64.857
Outras	175	131	211	311
Total	344.159	245.459	389.244	310.496

c) Despesas de pessoal

	Banco		Consolidado	
	1º Semestre/ 2023	1º Semestre/ 2022	1º Semestre/ 2023	1º Semestre/ 2022
Honorários, pró labore e outros (Nota 27)	(11.301)	(11.137)	(15.454)	(15.140)
Benefícios	(69.684)	(70.547)	(87.085)	(85.593)
Encargos sociais	(103.463)	(98.709)	(133.776)	(124.474)
Proventos ⁽¹⁾	(316.474)	(366.982)	(406.259)	(465.346)
Demandas trabalhistas	(102.546)	(64.416)	(104.981)	(74.246)
Treinamentos	(4.238)	(4.913)	(5.581)	(6.112)
Previdência privada complementar	(6.397)	(6.131)	(8.293)	(7.945)
Total ^{(2) (3)}	(614.103)	(622.835)	(761.429)	(778.856)

⁽¹⁾ Inclui as despesas e os respectivos encargos incidentes sobre os programas de remuneração variável.

⁽²⁾ No consolidado, contempla efeito dos montantes que deixaram de ser apresentados relacionados às operações da BV DTVM, pois esta deixou de ser controlada passando para condição de coligada em fevereiro de 2023 (Nota 2b).

⁽³⁾ Contempla movimentação relacionada à alienação total da Promotiva, que deixou de ser consolidada a partir de dezembro de 2022 (Nota 2c).

d) Outras despesas administrativas

	Banco		Consolidado	
	1º Semestre/ 2023	1º Semestre/ 2022	1º Semestre/ 2023	1º Semestre/ 2022
Água, energia e gás	(756)	(629)	(1.135)	(770)
Aluguéis	(12.679)	(11.309)	(14.738)	(13.179)
Comunicações	(7.163)	(11.064)	(10.657)	(15.390)
Contribuições filantrópicas ⁽¹⁾	(240)	(431)	(240)	(431)
Manutenção e conservação de bens	(3.845)	(4.681)	(10.801)	(5.706)
Materiais	(1.292)	(2.245)	(1.517)	(2.812)
Processamento de dados	(151.572)	(135.507)	(242.004)	(219.653)
Promoções e relações públicas	(16.754)	(13.176)	(17.616)	(15.621)
Propaganda e publicidade	(46.790)	(38.921)	(53.603)	(81.114)
Seguros	(4.288)	(3.558)	(4.736)	(4.132)
Serviços do sistema financeiro	(42.444)	(35.159)	(45.234)	(38.492)
Serviços de terceiros	(4.267)	(5.893)	(5.645)	(7.302)
Serviços de vigilância e segurança	(1.356)	(480)	(1.992)	(653)
Serviços técnicos especializados	(257.030)	(243.697)	(298.397)	(304.376)
Transportes	(4.992)	(2.974)	(5.200)	(3.111)
Viagens	(3.774)	(2.393)	(4.236)	(2.769)
Emolumentos judiciais e cartorários	(41.108)	(36.558)	(41.590)	(37.091)
Amortização ^{(2) (3)}	(99.856)	(85.978)	(139.497)	(111.880)
Depreciação ⁽²⁾	(9.812)	(11.527)	(13.899)	(14.272)
Outras	(30.026)	(38.886)	(34.471)	(41.680)
Total	(740.044)	(685.066)	(947.208)	(920.434)

⁽¹⁾ As respectivas contribuições filantrópicas estão detalhadas na nota 31.

⁽²⁾ Contempla os efeitos do convênio para rateio/ressarcimento de despesas e custos diretos e indiretos celebrados entre o Banco Votorantim e suas controladas.

⁽³⁾ No semestre findo em 30 de junho de 2022, inclui o montante de R\$ 2.912 no Banco e no Consolidado, referente as despesas de amortização dos créditos de carbono e títulos verdes consumidos pela compensação da emissão de CO₂ pelos veículos financiados pelo banco BV. A partir de 2023, com o início da vigência da Instrução Normativa BCB nº 325, a despesa de compensação destes ativos, passaram a ser apresentados em outras despesas operacionais (Nota 31).

e) Outras receitas operacionais

	Banco		Consolidado	
	1º Semestre/ 2023	1º Semestre/ 2022	1º Semestre/ 2023	1º Semestre/ 2022
Recuperação de encargos e despesas ⁽¹⁾	5.957	8.495	10.794	9.454
Atualização de depósitos em garantia ⁽²⁾	12.168	11.705	13.409	12.539
Ressarcimento de multas e atualização de tributos pagos a maior	28.274	18.906	34.147	20.037
Ressarcimento de custos operacionais	88	126	88	126
Reversão de provisão sobre cancelamento de seguros	-	-	3.071	3.293
Direitos de exclusividade e preferência bancária ⁽³⁾	-	-	-	3.901
Resultado da atividade imobiliária	-	-	11.185	10.015
Outras ⁽⁴⁾	3.849	5.422	5.802	11.112
Total ⁽⁵⁾	50.336	44.654	78.496	70.477

⁽¹⁾ Inclui efeitos de atualização monetária sobre tributos a recuperar e compensar.

⁽²⁾ Inclui os efeitos decorrentes da mudança no índice de atualização de depósitos judiciais (aumento).

⁽³⁾ No consolidado, deixaram de ser apresentados os montantes relacionados às operações da Promotiva no semestre findo em 30 de junho de 2023, com a alienação total da ora controlada (Nota 2c).

⁽⁴⁾ Inclui efeitos de harmonização de práticas contábeis de fundos consolidados.

⁽⁵⁾ Receitas e despesas de mesma natureza são apresentadas pelo montante líquido apurado em cada período. A apresentação na respectiva linha de receita ou despesa leva em conta o período mais recente.

f) Outras despesas operacionais

	Banco		Consolidado	
	1º Semestre/ 2023	1º Semestre/ 2022	1º Semestre/ 2023	1º Semestre/ 2022
Custos associados à produção - Parceiros comerciais ^{(1) (2)}	(315.695)	(291.867)	(324.396)	(459.962)
Custos associados à produção - Outras despesas	-	-	(30.466)	(10.433)
Demandas cíveis	(57.253)	(48.806)	(62.153)	(51.251)
Demandas fiscais	(3.816)	(4.238)	(4.966)	(5.534)
Perdas operacionais	(39.885)	(29.399)	(40.476)	(35.383)
Preferência bancária ⁽²⁾	(23.447)	(17.627)	(23.447)	-
Provisão despesas de compensação da emissão de CO ₂ por veículos financiados pelo banco BV	(146)	(107)	(146)	(107)
Consumo de ativos sustentáveis ⁽³⁾	(4.396)	-	(4.396)	-
Outras	(21.304)	(19.161)	(29.948)	(72.821)
Total ⁽⁴⁾	(465.942)	(411.205)	(520.394)	(635.491)

⁽¹⁾ Referem-se, principalmente, às comissões sobre financiamentos originados pelos parceiros e acordos comerciais com lojistas e autônomos, incluindo despesas com manutenção.

⁽²⁾ No consolidado, deixaram de ser apresentados os montantes relacionados às operações da Promotiva no semestre findo em 30 de junho de 2023, com a alienação total da ora controlada (Nota 2c).

⁽³⁾ A partir de 2023, com o início da vigência da Instrução Normativa BCB nº 325, a despesa de compensação dos ativos de sustentabilidade, passou a ser apresentada em outras despesas operacionais (Nota 31).

⁽⁴⁾ Receitas e despesas de mesma natureza são apresentadas pelo montante líquido apurado em cada período. A apresentação na respectiva linha de receita ou despesa leva em conta o período mais recente.

24. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS NÃO OPERACIONAIS

	Banco		Consolidado	
	1º Semestre/ 2023	1º Semestre/ 2022	1º Semestre/ 2023	1º Semestre/ 2022
Outras receitas	186.747	11.244	190.862	17.903
Lucro na alienação de investimentos ⁽¹⁾	175.222	-	175.222	-
Reversão de imparidade em controladas	-	-	3.257	-
Lucro na alienação de ativos não financeiros mantidos para venda	-	690	-	679
Reversão de provisão para desvalorização de ativos não financeiros mantidos para venda	-	6.848	-	13.512
Reversão de provisão para redução ao valor recuperável de ativos intangíveis	4.921	-	4.921	-
Outras receitas não associadas diretamente à atividade operacional	6.604	3.706	7.462	3.712
Outras despesas	(13.608)	(1.615)	(12.859)	(5.412)
Despesas com ágio e imparidade de controladas	-	-	-	(3.443)
Perdas de capital	(481)	(304)	(481)	(306)
Provisão para desvalorização de ativos não financeiros mantidos para venda	(1.315)	-	(1.170)	-
Despesas com imóveis não de uso	(3.059)	(790)	(3.059)	(790)
Prejuízo na alienação de ativos não financeiros mantidos para venda	(8.517)	-	(7.898)	-
Outras despesas não associadas diretamente à atividade operacional	(236)	(521)	(251)	(873)
Total ⁽²⁾	173.139	9.629	178.003	12.491

⁽¹⁾ Refere-se a alienação parcial de Companhia, ora controlada, conforme descrito na nota 2b.

⁽²⁾ Receitas e despesas de mesma natureza são apresentadas pelo montante líquido apurado em cada período. A apresentação na respectiva linha de receita ou despesa leva em conta o período mais recente.

25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO
a) Capital social

O Capital social do Banco Votorantim S.A., totalmente subscrito e integralizado, no montante de R\$ 8.480.372 (R\$ 8.480.372 em 31 de dezembro de 2022) está representado por 3.395.210.052 ações, sendo 2.193.305.693 ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal e 1.201.904.359 ações preferenciais nominativas, escriturais e sem valor nominal (3.395.210.052 ações, sendo 2.193.305.693 ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal e 1.201.904.359 ações preferenciais nominativas, escriturais e sem valor nominal em 31 de dezembro de 2022).

Em abril de 2022, foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária o aumento de Capital social do Banco Votorantim S.A. no montante de R\$ 350.000, através da recapitalização dos juros sobre o capital próprio a pagar apurados com base no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. O Capital Social passou de R\$ 8.130.372 para R\$ 8.480.372, mediante a emissão de 95.539.646 novas ações, sendo 61.718.612 ações ordinárias e 33.821.034 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 3,663400624 por ação, homologado pelo Banco Central do Brasil em 18 de julho de 2022.

b) Reserva de capital

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, a Reserva de capital está constituída por ágio na subscrição de ações, no montante de R\$ 372.120.

c) Reserva de lucros
Reserva legal

Constituída obrigatoriamente à base de 5% do Lucro líquido do período, até atingir o limite de 20% do Capital social. A Reserva legal poderá deixar de ser constituída quando acrescida do montante das Reservas de capital exceder 30% do Capital social. A Reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos.

Reserva estatutária para expansão

A Lei e o Estatuto Social facultam à Administração, no encerramento do período, propor que a parcela do lucro não destinada à Reserva legal e não distribuída, caso exista, seja destinada para "Reserva estatutária para expansão", com a finalidade de fazer frente aos investimentos para expansão dos negócios. Além disso, o saldo de reserva também poderá ser utilizado para pagamento de dividendos.

d) Juros sobre capital próprio

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo obrigatório, tanto sob a forma de dividendos quanto de juros sobre capital próprio, correspondente a 25% do Lucro líquido do período, deduzido da Reserva legal (Lucro líquido ajustado).

Em conformidade com as Leis n.º 9.249/1995 e n.º 12.973/2014 e com o Estatuto social da Companhia, a Administração decidiu pela deliberação aos seus acionistas de juros sobre o capital próprio referente aos semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022.

Os juros sobre o capital próprio são calculados sobre as contas do patrimônio líquido ajustado e limitados à variação, *pro rata die*, da taxa de juros de longo prazo (TJLP), condicionados à existência de lucros computados antes de sua dedução ou de lucros acumulados e reservas de lucros, em montante igual ou superior a duas vezes o seu valor.

Para os semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022, a Companhia realizou a seguinte destinação:

	1º Semestre/2023			
	Valor (R\$ mil)	Valor por lote de mil ações - R\$	Data-base da posição acionária	Data de pagamento
Juros sobre capital próprio ^{(1) (2) (3)}	312.000	91,89	31.03.2023	até 31.12.2024
Juros sobre capital próprio ^{(1) (4)}	68.000	20,03	30.06.2023	até 31.12.2024
Total destinado aos acionistas	380.000	111,92		

	1º Semestre/2022			
	Valor (R\$ mil)	Valor por lote de mil ações - R\$ ⁽⁵⁾	Data-base da posição acionária	Data de pagamento
Juros sobre capital próprio ⁽¹⁾	169.491	49,92	31.03.2022	24.10.2022
Total destinado aos acionistas	169.491	49,92		

⁽¹⁾ Valores não deduzidos da alíquota de 15% de Imposto de renda retido na fonte.

⁽²⁾ Foi utilizado da reserva de lucros o montante de R\$ 83.745 e de lucros acumulados no montante de R\$ 228.255.

⁽³⁾ O Banco Votorantim realizou o pagamento parcial aos acionistas no dia 18 de abril de 2023 no valor líquido de R\$ 93.600.

⁽⁴⁾ O Banco Votorantim realizou o pagamento parcial aos acionistas no dia 17 de julho de 2023 no valor líquido de R\$ 20.400.

⁽⁵⁾ O valor por lote de mil ações é calculado com base no número médio ponderado por lote de mil ações do semestre findo em 30 de junho de 2023 (Nota 25e). Os montantes do semestre findo em 30 de junho de 2022 foram rerepresentados para fins de comparabilidade.

	1º Semestre/ 2023	1º Semestre/ 2022
	Valor (R\$ mil)	Valor (R\$ mil)
Lucro líquido do período - Banco Votorantim S.A.	563.328	832.672
Reserva legal	(28.166)	(41.634)
Base de cálculo	535.162	791.038
Juros sobre o capital próprio (bruto)	296.255	169.491
IRRF relativo aos juros sobre o capital próprio	(44.438)	(25.424)
Valor proposto ⁽¹⁾	251.817	144.067
% sobre a base de cálculo	47%	18%

⁽¹⁾ Não considera a distribuição através de reserva de lucros.

e) Resultado por ação

	1º Semestre/ 2023	1º Semestre/ 2022
Lucro líquido - Banco Votorantim S.A (R\$ mil)	563.328	832.672
Número médio ponderado por lote de mil ações (básico e diluído) ^{(1) (2)}	3.395.210	3.395.210
Lucro por ação (básico e diluído) (R\$)	165,92	245,25

⁽¹⁾ O número médio ponderado de ações é calculado com base na média da quantidade de ações de cada mês do semestre findo em 30 de junho de 2023.

⁽²⁾ O número médio ponderado de ações foi rerepresentado para o semestre findo em 30 de junho de 2022 devido ao aumento de capital, descrito na nota 25a, em conformidade com o CPC 41.

f) Conciliação do lucro líquido e do patrimônio líquido

	Lucro líquido		Patrimônio líquido	
	1º Semestre/ 2023	1º Semestre/ 2022	30.06.2023	31.12.2022
Banco Votorantim S.A.	563.328	832.672	12.875.200	12.857.806
Resultado não realizado - (RNR) ⁽¹⁾	1.421	(33.160)	29.020	29.966
Participações de não controladores	93.144	129.486	868.797	1.901.975
Consolidado	657.893	928.998	13.773.017	14.789.747

⁽¹⁾ Refere-se ao resultado não realizado decorrente de transações entre ligadas, líquido de impostos.

g) Outros resultados abrangentes

Banco e Consolidado	1º Semestre/2023				1º Semestre/2022			
	Saldo inicial	Movimentação	Efeito tributário	Saldo final	Saldo inicial	Movimentação	Efeito tributário	Saldo final
Títulos disponíveis para venda	(35.928)	79.030	(35.560)	7.542	100.960	(98.335)	44.303	46.928
Banco Votorantim ⁽¹⁾	(28.890)	70.639	(31.787)	9.962	107.990	(91.722)	41.275	57.543
Controladas	(7.038)	8.391	(3.773)	(2.420)	(7.030)	(6.613)	3.028	(10.615)
Hedge de fluxo de caixa	92.375	(380.735)	171.331	(117.029)	363.606	(381.465)	171.659	153.800
Banco Votorantim ⁽¹⁾	92.375	(380.735)	171.331	(117.029)	363.606	(381.465)	171.659	153.800
Total - Banco	56.447	(301.705)	135.771	(109.487)	464.566	(479.800)	215.962	200.728
Efeito do RNR ⁽²⁾	70.525	(2.367)	-	68.158	14.652	58.194	-	72.846
Total - Consolidado ⁽³⁾	126.972	(304.072)	135.771	(41.329)	479.218	(421.606)	215.962	273.574

⁽¹⁾ Inclui agência no exterior.

⁽²⁾ O efeito tributário é apresentado na linha "Ativos fiscais".

⁽³⁾ Refere-se aos outros resultados abrangentes atribuíveis aos acionistas controladores.

h) Participações de não controladores

Consolidado	Lucro líquido		Patrimônio líquido	
	1º Semestre/ 2023	1º Semestre/ 2022	30.06.2023	31.12.2022
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios BV - Crédito de Veículos (FIDC BV)	87.925	124.748	859.401	1.893.506
Outros fundos	5.219	4.738	9.396	8.469
Participação de não controladores	93.144	129.486	868.797	1.901.975

i) Participações acionárias (Quantidade de ações)

Composição da classe de ações de emissão do Banco Votorantim S.A. em que os acionistas são titulares diretamente em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022:

	Ordinárias	% Ordinárias	Preferenciais	% Preferenciais	Total	% Total
Votorantim Finanças S.A.	1.096.653	50,00%	600.952	50,00%	1.697.605	50,00%
Banco do Brasil S.A.	1.096.653	50,00%	600.952	50,00%	1.697.605	50,00%
Total	2.193.306	100,00%	1.201.904	100,00%	3.395.210	100,00%
Residentes no país	2.193.306	100,00%	1.201.904	100,00%	3.395.210	100,00%

26. TRIBUTOS
a) Ativos fiscais
Total de ativos fiscais reconhecidos

	Banco		Consolidado	
	30.06.2023	31.12.2022	30.06.2023	31.12.2022
Ativos tributários correntes (Nota 26 a.1)	556.784	493.837	664.124	559.544
Ativos fiscais diferidos (Nota 26 a.2)	6.310.258	6.097.435	7.806.474	7.452.875
Total	6.867.042	6.591.272	8.470.598	8.012.419
Ativo circulante	22.690	500	68.474	49.699
Ativo não circulante	6.844.352	6.590.772	8.402.124	7.962.720

a.1) Ativos tributários correntes

	Banco		Consolidado	
	30.06.2023	31.12.2022	30.06.2023	31.12.2022
Impostos e contribuições a compensar	408.019	345.072	508.912	401.584
Imposto de renda a recuperar	-	-	6.447	9.195
Crédito presumido - Lei nº 12.838/2013	148.765	148.765	148.765	148.765
Total ⁽¹⁾	556.784	493.837	664.124	559.544

⁽¹⁾ Inclui impostos e contribuições correntes a compensar cujo prazo esperado para compensação é superior a 12 meses.

a.2) Ativos fiscais diferidos (Crédito tributário - Ativado)

Banco	31.12.2022	1º Semestre/2023		30.06.2023
	Saldo	Movimentação no período		Saldo ⁽¹⁾
		Constituição	Baixa	
Diferenças temporárias	5.480.236	1.051.726	(1.050.819)	5.481.143
Provisões para perdas associadas ao risco de crédito	4.101.279	787.183	(732.491)	4.155.971
Provisões passivas	576.815	31.263	(84.684)	523.394
Ajustes de valor justo de instrumentos financeiros ⁽²⁾	225.144	233.214	(200.862)	257.496
Outras provisões ⁽³⁾	576.998	66	(32.782)	544.282
Prejuízo fiscal/Base negativa de CSLL	617.199	211.936	(20)	829.115
Total dos créditos tributários ativados	6.097.435	1.263.662	(1.050.839)	6.310.258
Imposto de renda	3.356.848	696.800	(580.496)	3.473.152
Contribuição social	2.740.587	566.862	(470.343)	2.837.106

Consolidado	31.12.2022	1º Semestre/2023		30.06.2023
	Saldo	Movimentação no período		Saldo ⁽¹⁾
		Constituição	Baixa ⁽⁴⁾	
Diferenças temporárias	6.379.258	1.368.809	(1.191.206)	6.556.861
Provisões para perdas associadas ao risco de crédito	4.903.961	1.101.497	(840.223)	5.165.235
Provisões passivas	657.700	34.032	(109.604)	582.128
Ajustes de valor justo de instrumentos financeiros ⁽²⁾	230.033	233.214	(204.636)	258.611
Outras provisões ⁽³⁾	587.564	66	(36.743)	550.887
Prejuízo fiscal/Base negativa de CSLL	1.073.617	212.906	(36.910)	1.249.613
Total dos créditos tributários ativados	7.452.875	1.581.715	(1.228.116)	7.806.474
Imposto de renda	4.280.441	875.160	(680.082)	4.475.519
Contribuição social	3.172.434	706.555	(548.034)	3.330.955

⁽¹⁾ No semestre findo em 30 de junho de 2023, a parcela de R\$ 95.752 (do total de R\$ 257.496), no Banco, e de R\$ 96.869 (do total de R\$ 258.611), no Consolidado, corresponde ao crédito tributário decorrente de ajustes de valor justo dos títulos e valores mobiliários classificados como disponíveis para venda, registrado em conta de patrimônio líquido. Em 31 de dezembro de 2022, a parcela era de R\$ 30.335 (do total de R\$ 225.144), no Banco, e de R\$ 35.223 (do total de R\$ 230.033), no Consolidado.

⁽²⁾ Os valores correspondentes à movimentação do crédito tributário decorrente dos ajustes de valor justo dos títulos e valores mobiliários classificados como disponíveis para venda, registrados em conta de patrimônio líquido, no semestre findo em 30 de junho de 2023, são de R\$ 65.417 (do total de R\$ 32.352), no Banco, e de R\$ 61.645 (do total de R\$ 28.578) no Consolidado. Os valores, no semestre findo em 30 de junho de 2022, eram de R\$ 3.028 (do total de R\$ (5.641)), no Consolidado.

⁽³⁾ Inclui os créditos tributários decorrentes de despesas com constituição de provisões para redução ao valor recuperável de títulos e valores mobiliários.

⁽⁴⁾ Contempla efeito dos montantes que deixaram de ser apresentados relacionados às operações da BV DTVM, pois esta deixou de ser controlada passando para condição de coligada a partir de fevereiro de 2023 (Nota 2b).

Expectativa de realização

A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos (créditos tributários) respalda-se em estudo técnico elaborado em 30 de junho de 2023.

	Banco		Consolidado	
	Valor nominal	Valor presente	Valor nominal	Valor presente
Em 2023	1.263.251	1.189.708	1.526.294	1.437.438
Em 2024	1.538.127	1.306.595	1.849.500	1.571.098
Em 2025	1.293.696	997.597	1.720.383	1.326.625
Em 2026	1.288.977	903.103	1.470.384	1.030.202
Em 2027	22.519	14.309	29.231	18.573
De 2028 a 2029	255.940	136.866	341.116	182.839
De 2030 a 2032	647.748	252.439	869.566	343.121
Total de créditos tributários	6.310.258	4.800.617	7.806.474	5.909.896

Realização dos valores nominais de créditos tributários ativados

	Banco		Consolidado	
	Prejuízo fiscal/CSLL a compensar ⁽¹⁾	Diferenças intertemporais ⁽²⁾	Prejuízo fiscal/CSLL a compensar ⁽¹⁾	Diferenças intertemporais ⁽²⁾
Em 2023	27%	19%	19%	20%
Em 2024	9%	27%	12%	26%
Em 2025	6%	23%	6%	25%
Em 2026	0%	24%	0%	22%
Em 2027	0%	0%	0%	0%
De 2028 a 2029	30%	0%	26%	0%
De 2030 a 2032	28%	7%	37%	7%

⁽¹⁾ Projeção de consumo vinculada à capacidade de gerar bases tributáveis de IRPJ e CSLL em períodos subsequentes.

⁽²⁾ A capacidade de consumo decorre das movimentações das provisões (expectativa de ocorrerem reversões, baixas e utilizações).

a.3) Ativos fiscais diferidos (Crédito tributário – Não ativado)

	Banco		Consolidado	
	30.06.2023	31.12.2022	30.06.2023	31.12.2022
Parcela de prejuízos fiscais / bases negativas de CSLL	94.088	94.088	150.684	150.977
Parcela de provisões passivas	-	-	198	530
Parcela de outras provisões	2.084	1.517	41.644	41.024
Total dos créditos tributários não ativados	96.172	95.605	192.526	192.531
Imposto de renda	53.428	53.114	137.043	137.159
Contribuição social	42.744	42.491	55.483	55.372

O saldo não constituído de crédito tributário será reconhecido nos livros contábeis, somente, quando atender aos aspectos regulatórios para sua ativação e apresentar efetiva perspectiva de realização.

b) Passivos fiscais

Total de passivos fiscais reconhecidos

	Banco		Consolidado	
	30.06.2023	31.12.2022	30.06.2023	31.12.2022
Passivos tributários correntes (Nota 26 b.1)	141.317	156.793	221.617	277.075
Passivos fiscais diferidos - Obrigações fiscais diferidas (Nota 26 b.2)	230.784	115.110	231.107	115.709
Total	372.101	271.903	452.724	392.784
Passivo circulante	139.264	154.631	218.954	268.906
Passivo não circulante	232.837	117.272	233.770	123.878

b.1) Passivos tributários correntes

	Banco		Consolidado	
	30.06.2023	31.12.2022	30.06.2023	31.12.2022
IOF a recolher	33.322	30.531	34.929	32.409
Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar	-	-	-	6.533
Provisão para impostos e contribuições sobre lucros	-	1.004	57.474	83.166
Impostos e contribuições a recolher	107.995	125.258	129.214	154.967
Total ⁽¹⁾	141.317	156.793	221.617	277.075

⁽¹⁾ Inclui impostos e contribuições correntes, cujo prazo de liquidação é superior a 12 meses.

b.2) Obrigações fiscais diferidas

	Banco		Consolidado	
	30.06.2023	31.12.2022	30.06.2023	31.12.2022
Ajustes de valor justo de instrumentos financeiros ^{(1) (2)}	177.915	100.035	177.947	100.063
Crédito presumido - Lei nº 12.838/2013	15.075	15.075	15.075	15.075
Outros passivos	37.794	-	38.085	571
Total das obrigações fiscais diferidas	230.784	115.110	231.107	115.709
Imposto de renda	128.486	64.223	128.799	64.813
Contribuição social	102.298	50.887	102.308	50.896

⁽¹⁾ No semestre findo em 30 de junho de 2023, a parcela de R\$ 5.286 (do total de R\$ 177.915), no Banco, e de R\$ 5.350 (do total de R\$ 177.947), no Consolidado, corresponde a obrigação fiscal diferida decorrente de ajustes de valor justo da parcela efetiva dos instrumentos de *hedge* de fluxo de caixa e de títulos e valores mobiliários classificados como disponíveis para venda, registrados em conta de patrimônio líquido. Em 31 de dezembro de 2022, a parcela era de R\$ 79.512 (do total de R\$ 100.035), no Banco, e de R\$ 79.477 (do total de R\$ 100.063), no Consolidado.

⁽²⁾ Os valores correspondentes à movimentação da obrigação fiscal diferida decorrente dos ajustes de valor justo da parcela efetiva dos instrumentos de *hedge* de fluxo de caixa e dos ajustes de valor justo dos títulos e valores mobiliários classificados como disponíveis para venda, registrados em conta de patrimônio líquido, no semestre findo em 30 de junho de 2023, são de R\$ (74.126) (do total de R\$ 77.880), no Banco e no Consolidado. Os valores, no semestre findo em 30 de junho de 2022, eram de R\$ (212.934) (do total de R\$ (7.716)), no Banco e no Consolidado.

c) Despesas tributárias

	Banco		Consolidado	
	1º Semestre/ 2023	1º Semestre/ 2022	1º Semestre/ 2023	1º Semestre/ 2022
Cofins	(140.449)	(128.312)	(199.878)	(184.728)
ISSQN	(23.124)	(19.548)	(33.192)	(33.289)
PIS	(22.823)	(20.851)	(33.855)	(30.976)
Outras	(7.194)	(9.368)	(8.730)	(11.706)
Total	(193.590)	(178.079)	(275.655)	(260.699)

d) Despesas de impostos e contribuições sobre o lucro - Imposto de renda (IR) e contribuição social (CSLL)
d.1) Demonstração da despesa de IR e CSLL

	Banco		Consolidado	
	1º Semestre/ 2023	1º Semestre/ 2022	1º Semestre/ 2023	1º Semestre/ 2022
Valores correntes	23.599	58.720	(74.720)	(36.287)
IR e CSLL no país – Corrente	-	-	(110.215)	(95.334)
IR e CSLL no país – Exercícios anteriores	23.599	58.720	35.495	59.047
Valores diferidos	(42.395)	(326.654)	159.485	(224.394)
Passivo fiscal diferido	(189.801)	(244.816)	(189.772)	(244.632)
Ajustes de valor justo de instrumentos financeiros	(152.006)	(205.218)	(152.006)	(205.218)
Outros passivos	(37.795)	(39.598)	(37.766)	(39.414)
Ativo fiscal diferido	147.406	(81.838)	349.257	20.238
Prejuízos fiscais / Bases negativas de CSLL	211.916	236.818	207.488	273.636
Diferenças temporárias	(31.445)	(310.001)	174.836	(244.729)
Ajustes de valor justo de instrumentos financeiros	(33.065)	(8.655)	(33.067)	(8.669)
Total	(18.796)	(267.934)	84.765	(260.681)

d.2) Conciliação dos encargos de IR e CSLL

	Banco		Consolidado	
	1º Semestre/ 2023	1º Semestre/ 2022	1º Semestre/ 2023	1º Semestre/ 2022
Resultado antes dos tributos e participações	668.815	1.199.817	688.417	1.318.208
Encargo total do IR (25%) e CSLL (20%)	(300.967)	(539.918)	(309.788)	(593.193)
Encargos sobre JCP	171.000	76.271	171.000	76.271
Resultado de participações em controladas, coligadas e controladas em conjunto	(9.760)	41.642	4.150	(2.629)
Participação nos lucros e resultados	39.011	44.645	51.880	57.838
Resultados do exterior	(37.007)	2.499	(37.007)	2.499
Outros valores	118.927	106.927	204.530	198.533
Imposto de renda e contribuição social do período	(18.796)	(267.934)	84.765	(260.681)

27. PARTES RELACIONADAS

Custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal chave da Administração do banco BV, formado principalmente pela Diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal:

	Banco ⁽¹⁾		Consolidado ⁽¹⁾	
	1º Semestre/ 2023	1º Semestre/ 2022	1º Semestre/ 2023	1º Semestre/ 2022
Honorários, pró labore e outros	11.301	11.137	15.454	15.140
Gratificações	19.533	50.408	19.910	55.123
Encargos sociais	9.745	19.028	10.116	20.860
Total	40.579	80.573	45.480	91.123

⁽¹⁾ Inclui membros do Comitê de Auditoria, Comitê de Remuneração e RH, Comitê de Riscos e de Capital, Comitê ASG e Comitê de Transações com Partes Relacionadas.

O Conglomerado oferece um plano de previdência privada de contribuição definida ao pessoal chave da Administração.

Os saldos de contas referentes às transações entre as empresas consolidadas do Banco são eliminados nas Demonstrações Contábeis consolidadas e consideram, ainda, a ausência de risco. Em relação aos acionistas controladores, estão incluídas as transações com o Conglomerado Banco do Brasil e com a Votorantim S.A.

O Conglomerado realiza transações bancárias com as partes relacionadas, tais como depósitos em conta corrente (não remunerados), depósitos remunerados, captações no mercado aberto, instrumentos financeiros derivativos e cessão de carteiras de operações de crédito. Há ainda contratos de prestação de serviços, que contemplam o convênio para rateio/ressarcimento de despesas e custos diretos e indiretos celebrados com as empresas do Conglomerado.

Tais transações são praticadas em condições e taxas compatíveis com as praticadas com terceiros quando aplicável, vigentes nas datas das operações. Essas operações não envolvem riscos anormais de recebimento.

O banco BV realiza cessões de crédito (cessões com coobrigação) com retenção substancial de riscos e benefícios com parte relacionada. No semestre findo em 30 de junho de 2023, a soma dos valores presentes totalizou R\$ 4.746.192 (não foram realizadas cessões no semestre findo em 30 de junho de 2022). O banco BV também realiza cessões de crédito sem coobrigação, mas com retenção substancial de riscos e benefícios com controlada e no semestre findo em 30 de junho de 2023, a soma dos valores presentes totalizou R\$ 894.530 (R\$ 2.493.418 no semestre findo em 30 de junho de 2022). O resultado líquido das cessões de crédito, considerando as rendas e despesas das cessões com retenção substancial de riscos e benefícios está apresentado no quadro a seguir em "Rendas com juros, prestação de serviços e outras rendas".

	Banco						
	30.06.2023						
	Conglom. Banco do Brasil	Votorantim S.A.	Controladas financeiras ⁽¹⁾	Controladas não financeiras ⁽²⁾	Pessoal chave da Administração ⁽³⁾	Outras ⁽⁴⁾	Total
Ativos							
Aplicações interfinanceiras de liquidez ⁽⁵⁾	-	-	1.165.528	-	-	-	1.165.528
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	-	19.440	-	-	-	3.587.701	3.607.141
Operações de crédito e arrendamento mercantil	154	1.022	-	-	478	40.142	41.796
Outros ativos	583	-	55.165	14.073	-	7.003	76.824
Passivos							
Depósitos à vista	(4)	(3.088)	(3.212)	(1.652)	(46)	(16.615)	(24.617)
Depósitos a prazo	(398.322)	(436.674)	-	(236.113)	(509)	(43.553)	(1.115.171)
Depósitos interfinanceiros	-	-	-	-	-	(58.720)	(58.720)
Captações no mercado aberto	(6.673)	(8.957)	(19.699)	-	-	(27.599)	(62.928)
Recursos de aceites e emissão títulos	(118.709)	(601.060)	-	-	(16.968)	-	(736.737)
Instrumentos financeiros derivativos	-	(55.226)	-	-	-	-	(55.226)
Outros passivos	(11.074.389)	(284.550)	(11.529)	(42)	-	(2.612.677)	(13.983.187)
1º Semestre/2023							
Resultado							
Rendas de juros, prestação de serviços e outras receitas	285.120	84	160.390	-	-	664.013	1.109.607
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	(5.544)	(61.324)	-	-	-	-	(66.868)
Despesas com captação, administrativas e outras despesas	(76.318)	(86.588)	(19.544)	(33.752)	(1.069)	(21.192)	(238.463)

	Banco						
	31.12.2022						
	Conglom. Banco do Brasil	Votorantim S.A.	Controladas financeiras ⁽¹⁾	Controladas não financeiras ⁽²⁾	Pessoal chave da Administração ⁽³⁾	Outras ⁽⁴⁾	Total
Ativos							
Aplicações interfinanceiras de liquidez ⁽⁵⁾	-	-	2.270.398	-	-	-	2.270.398
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	3.081	36.818	-	-	-	3.200.546	3.240.445
Operações de crédito e arrendamento mercantil	52.106	949	-	-	381	45.810	99.246
Outros ativos	26.656	-	66.041	11.498	-	113.771	217.966
Passivos							
Depósitos à vista	(638)	(730)	(2.107)	(1.319)	(9)	(11.430)	(16.233)
Depósitos a prazo	(852.289)	(875.176)	-	(732.413)	(156)	(41.394)	(2.501.428)
Depósitos interfinanceiros	-	-	(256.330)	-	-	-	(256.330)
Captações no mercado aberto	(28.541)	(60.032)	(598.999)	-	-	-	(687.572)
Recursos de aceites e emissão títulos	(114.908)	(560.197)	-	-	(9.961)	-	(685.066)
Instrumentos financeiros derivativos	(8.928)	(41.339)	-	-	-	-	(50.267)
Outros passivos	(7.828.789)	(135.850)	(11.615)	-	-	(3.400.021)	(11.376.275)
1º Semestre/2022							
Resultado							
Rendas de juros, prestação de serviços e outras receitas	215.585	129	103.846	-	-	127.524	447.084
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	(2.086)	(99.993)	-	-	-	(133.757)	(235.836)
Despesas com captação, administrativas e outras despesas	(64.552)	(71.596)	(31.547)	(78.431)	(558)	(5.111)	(251.795)

	Consolidado				
	30.06.2023				
	Conglom. Banco do Brasil	Votorantim S.A.	Pessoal chave da Administração ⁽³⁾	Outras ⁽⁶⁾	Total
Ativos					
Disponibilidades	49	-	-	-	49
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	-	19.440	-	562.666	582.106
Operações de crédito e arrendamento mercantil	67.297	1.022	478	45.409	114.206
Outros ativos	583	11.099	1.036	21.408	34.126
Passivos					
Depósitos à vista	(4)	(3.088)	(46)	(219)	(3.357)
Depósitos a prazo	(523.844)	(436.674)	(509)	(5.640)	(966.667)
Captações no mercado aberto	(6.673)	(8.957)	-	(27.599)	(43.229)
Recursos de aceites e emissão títulos	(118.709)	(601.060)	(16.968)	-	(736.737)
Instrumentos financeiros derivativos	-	(55.226)	-	-	(55.226)
Outros passivos	(11.074.389)	(250.550)	-	-	(11.324.939)
1º Semestre/2023					
Resultado					
Rendas de juros, prestação de serviços e outras receitas	285.120	84	-	4.472	289.676
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	(5.544)	(61.324)	-	-	(66.868)
Despesas com captação, administrativas e outras despesas	(76.318)	(86.588)	(1.069)	(12.064)	(176.039)

	Consolidado				
	31.12.2022				
	Conglom. Banco do Brasil	Votorantim S.A.	Pessoal chave da Administração ⁽³⁾	Outras ⁽⁶⁾	Total
Ativos					
Disponibilidades	80	-	-	-	80
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	3.081	36.818	-	541.274	581.173
Operações de crédito e arrendamento mercantil	52.106	949	426	45.810	99.291
Outros ativos	26.656	11.624	1.100	20.781	60.161
Passivos					
Depósitos à vista	(638)	(730)	(9)	-	(1.377)
Depósitos a prazo	(852.289)	(875.176)	(156)	(24.760)	(1.752.381)
Captações no mercado aberto	(28.541)	(60.032)	-	-	(88.573)
Recursos de aceites e emissão títulos	(114.908)	(560.197)	(9.961)	-	(685.066)
Instrumentos financeiros derivativos	(8.928)	(41.339)	-	-	(50.267)
Outros passivos	(7.828.789)	(135.850)	-	-	(7.964.639)

1º Semestre/2022					
Resultado					
Rendas de juros, prestação de serviços e outras receitas	441.350	129	-	5.134	446.613
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	(2.086)	(99.993)	-	-	(102.079)
Despesas com captação, administrativas e outras despesas	(64.552)	(71.596)	(558)	(1.273)	(137.979)

(1) Empresas relacionadas na nota explicativa nº 3. Não inclui operações entre as controladas.

(2) Inclui a BVIA – BV Investimentos e Participações de Gestão de Recursos S.A., BV Corretora de Seguros S.A., BV Empreendimentos e Participações S.A., Atenas SP 02 – Empreendimento Imobiliário Ltda e Promotiva S.A. até período findo da respectiva alienação (Nota 2c). Não inclui operações entre as controladas.

(3) Conselho de Administração e seus respectivos comitês de assessoramento, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e membros da família (cônjuge, filhos e enteados) do pessoal chave.

(4) Inclui fundos de investimentos consolidados, empresas controladas da BVIA – BV Investimentos e Participações de Gestão de Recursos S.A. e das controladas da BV Empreendimentos e Participações S.A., companhias coligadas, bem como todas as empresas em que o pessoal chave possui participação ou nas quais exerça cargo estatutário. A relação dos fundos está descrita na Nota 3.

(5) Inclui as operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias classificadas como Caixa e equivalentes de caixa.

(6) Inclui fundos de investimentos não consolidados devido a não adoção do CPC 18, companhias coligadas, bem como todas as empresas em que o pessoal chave possui participação ou nas quais exerça cargo estatutário. A relação dos fundos está descrita na Nota 3e.4.

28. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Os principais benefícios oferecidos aos empregados do Conglomerado, previstos em acordo coletivo da categoria são seguro saúde, seguro de vida, assistência odontológica, vales refeição e alimentação, programas de remuneração variável e participação nos lucros e resultados. Dentre os benefícios mencionados, destacamos os programas de remuneração variável.

No primeiro semestre de 2017, o Conglomerado implementou um novo programa de remuneração variável. São elegíveis ao programa os diretores e empregados do Conglomerado. Esse programa foi aprovado pelo Conselho de Administração em 09 de março de 2017 e foram encerrados no exercício de competência de 2018, com efeitos até fevereiro de 2023.

Plano ILP: Em 2021, o Conglomerado implementou para os executivos, um plano de incentivo de longo prazo, que consiste em uma expectativa de direito de recebimento em ações virtuais, condicionado ao desempenho da organização no horizonte do tempo, com o objetivo (i) atração, motivação e retenção de talentos; (ii) alinhamento dos interesses dos executivos aos objetivos e interesses dos acionistas; (iii) geração de resultados e criação sustentável de valor (em relação às práticas ESG - Meio ambiente, Social e Governança, neste exercício os executivos possuem um indicador específico atrelado a ESG e seu resultado impactará na remuneração variável apurada ao final do ciclo, maiores detalhes na nota explicativa 31a); e (iv) criação de uma visão de longo prazo. Este plano tem duração de até 4 anos.

Despesas cuja expectativa de realização decorre exclusivamente da prestação de serviços ao Conglomerado pelos beneficiários dos programas de remuneração variável: no semestre findo em 30 de junho de 2023 foram reconhecidos no resultado do Conglomerado, em Despesas de pessoal – Proventos R\$ 40.625 (R\$ 92.540 no semestre findo em 30 de junho de 2022) em relação às transações de incentivos de longo prazo. Os incentivos geralmente tornam-se de direito entre 1 e no máximo 4 anos contados da data da concessão.

Ocorreram os seguintes pagamentos aos colaboradores referentes aos programas de remuneração variável e de longo prazo que já foram encerrados:

Ano do programa	1º Semestre/ 2023	1º Semestre/ 2022
2017	-	5.534
2018	565	778
Total	565	6.312

Em 30 de junho de 2023, o Conglomerado registrou na rubrica Outros passivos - Provisão para despesas de pessoal o montante de R\$ 185.488 (R\$ 228.544 em 31 de dezembro de 2022).

Movimentação de ações virtuais

Plano ILP	Banco		Consolidado	
	1º Semestre/ 2023	1º Semestre/ 2022	1º Semestre/ 2023	1º Semestre/ 2022
Quantidade inicial	45.658.643	47.243.051	50.888.938	52.034.956
Novas / Atualizações	22.910.638	19.683.000	24.487.711	22.265.000
Pagas / Canceladas	(15.994.334)	(19.482.615)	(20.327.890)	(20.973.726)
Quantidade final ⁽¹⁾	52.574.947	47.443.436	55.048.759	53.326.230

(1) O Plano ILP para executivos entrou em vigor no exercício de competência de 2021.

Além dos benefícios previstos em acordo coletivo da categoria, o Conglomerado ainda oferece outros benefícios, dentre os quais destacamos o plano de previdência privada de contribuição definida, nas modalidades PGBL (Plano Gerador de Benefícios Livres) e VGBL (Vida Gerador de Benefícios Livres), onde o Conglomerado, na qualidade de patrocinador contribui para formação do montante a ser revertido em renda complementar de aposentadoria pós-emprego. Este plano foi aprovado pelo Conselho de Administração em 06 de dezembro de 2018.

O programa de previdência privada tem como objetivo (i) reforçar o vínculo de longo prazo; (ii) conscientização do planejamento financeiro; e (iii) complementar a renda na aposentadoria.

29. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES, OBRIGAÇÕES LEGAIS – FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS
a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos ativos contingentes nas Demonstrações Contábeis, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.823/2009.

b) Ações trabalhistas

O Conglomerado é parte passiva (réu) em processos judiciais trabalhistas movidos, na grande maioria, por ex-empregados. As provisões de perdas prováveis representam vários pedidos reclamados, como: indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, adicional de função e representação e outros.

c) Ações fiscais

O Conglomerado está sujeito, em fiscalizações realizadas pelas autoridades tributárias, a questionamentos com relação a tributos, que podem eventualmente gerar autuações, como por exemplo: composição da base de cálculo do IRPJ/CSLL (dedutibilidade); e discussão quanto à incidência de tributos, quando da ocorrência de determinados fatos econômicos. A maioria das ações oriundas das autuações versa sobre ISS, IRPJ, CSLL, PIS/Cofins e contribuições previdenciárias patronais. Como garantia de algumas delas, quando necessário, existem depósitos judiciais para suspensão da exigibilidade dos tributos em discussão.

d) Ações de natureza cível

Referem-se, basicamente, a ações indenizatórias, revisão das condições e encargos contratuais e tarifas.

e) Provisões para demandas fiscais, cíveis e trabalhistas – Prováveis

O Conglomerado constitui provisão para demandas fiscais, cíveis e trabalhistas com risco de perda provável, quantificada utilizando metodologia individualizada ou massificada, de acordo com a natureza e/ou valor do processo.

Para as ações cíveis classificadas como massificadas a estimativa de desfecho e valor financeiro são calculados através de modelo estatístico. Para os demais casos, as estimativas do desfecho e do efeito financeiro são determinadas pela natureza das ações, pelo julgamento da Administração da entidade, por meio da opinião dos assessores jurídicos e contadores com base nos elementos e decisões do processo, complementadas pela complexidade e pela experiência de demandas semelhantes.

A Administração do Conglomerado considera ser suficiente a provisão constituída para atendimento às perdas decorrentes de demandas fiscais, cíveis e trabalhistas.

Saldos dos passivos contingentes classificados como prováveis

	Banco		Consolidado	
	30.06.2023	31.12.2022	30.06.2023	31.12.2022
Demandas fiscais	46.502	46.538	59.847	60.511
Demandas cíveis	220.263	231.454	231.358	242.978
Demandas trabalhistas	275.416	281.097	276.130	291.703
Total	542.181	559.089	567.335	595.192

e.1) Movimentações nas provisões para demandas fiscais, cíveis e trabalhistas classificadas como prováveis

	Banco		Consolidado	
	1º Semestre/ 2023	1º Semestre/ 2022	1º Semestre/ 2023	1º Semestre/ 2022
Demandas fiscais				
Saldo inicial	46.538	53.398	60.511	73.819
Constituições	1.928	1.401	2.450	3.306
Reversão da provisão	(4.367)	(1.623)	(5.227)	(5.947)
Baixa por pagamento ⁽¹⁾	(6)	(7.059)	(626)	(7.511)
Atualizações	2.409	2.828	2.805	2.983
Outros ⁽³⁾	-	-	(66)	-
Saldo final	46.502	48.945	59.847	66.650
Demandas cíveis				
Saldo inicial	231.454	253.641	242.978	266.316
Constituições	21.911	21.337	24.517	24.396
Reversão da provisão	(27.020)	(22.673)	(29.325)	(25.145)
Baixa por pagamento ⁽¹⁾	(17.016)	(15.355)	(19.111)	(18.323)
Atualizações ⁽²⁾	10.934	12.277	12.311	12.630
Outros ⁽³⁾	-	-	(12)	-
Saldo final	220.263	249.227	231.358	259.874
Demandas trabalhistas				
Saldo inicial	281.097	372.520	291.703	391.956
Constituições	76.862	63.273	77.274	65.797
Reversão da provisão	(36.339)	(28.142)	(36.939)	(29.106)
Baixa por pagamento ⁽¹⁾	(57.737)	(53.213)	(57.737)	(62.520)
Atualizações ⁽²⁾	11.533	15.388	11.790	16.194
Outros ⁽³⁾	-	-	(9.961)	-
Saldo final	275.416	369.826	276.130	382.321
Total das demandas fiscais, cíveis e trabalhistas	542.181	667.998	567.335	708.845

⁽¹⁾ Refere-se à baixa por pagamento por decisão judicial ou acordo entre as partes. O valor efetivamente pago está apresentado nas respectivas linhas das notas explicativas 23c e 23f.

⁽²⁾ Contempla atualizações monetárias e efeitos de remensuração de "preços unitários", que compõem a metodologia de cálculo de perdas.

⁽³⁾ Contempla efeito dos montantes que deixaram de ser apresentados relacionados às operações da BV DTVM, pois esta deixou de ser controlada passando para condição de coligada a partir de fevereiro de 2023 (Nota 2b).

e.2) Cronograma esperado de desembolsos em 30 de junho de 2023

	Banco			Consolidado		
	Fiscais	Cíveis	Trabalhistas	Fiscais	Cíveis	Trabalhistas
Até 5 anos	2.086	220.263	275.416	2.086	231.358	276.130
De 5 a 10 anos	44.416	-	-	57.761	-	-
Total	46.502	220.263	275.416	59.847	231.358	276.130

O cenário de incerteza de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, tornam incertos os valores e o cronograma esperado de saídas.

e.3) (Provisão) / reversão de provisão para passivos contingentes

	Banco		Consolidado	
	1º Semestre/ 2023	1º Semestre/ 2022	1º Semestre/ 2023	1º Semestre/ 2022
Demandas fiscais	36	4.453	598	7.169
Demandas cíveis	11.191	4.414	11.608	6.442
Demandas trabalhistas	5.681	2.694	5.612	9.635
Total	16.908	11.561	17.818	23.246

f) Passivos contingentes – Possíveis

Os montantes evidenciados no quadro a seguir representam a estimativa do valor que possivelmente será desembolsado em caso de condenação do Conglomerado. As demandas são classificadas como possível quando não há elementos seguros que permitam concluir o resultado final do processo e quando a probabilidade de perda é inferior à provável e superior à remota.

f.1) Saldos dos passivos contingentes classificados como possíveis

	Banco		Consolidado	
	30.06.2023	31.12.2022	30.06.2023	31.12.2022
Demandas fiscais (Nota 29.f.1.1)	1.955.598	2.060.157	2.269.628	2.445.438
Demandas cíveis ⁽¹⁾	145.451	134.081	156.825	145.938
Demandas trabalhistas ⁽²⁾	180.750	226.586	181.145	233.902
Total	2.281.799	2.420.824	2.607.598	2.825.278

⁽¹⁾ Referem-se, basicamente, às ações de cobrança.

⁽²⁾ Referem-se a processos movidos, na grande maioria, por ex-empregados, cuja natureza das reclamações envolve indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, adicional de função e representação e outros.

f.1.1) Principais processos das ações de natureza fiscal com classificação de perda possível

Descrição das causas possíveis - Fiscais	Banco		Consolidado	
	30.06.2023	31.12.2022	30.06.2023	31.12.2022
INSS s/ PLR ⁽¹⁾	790.923	762.184	790.923	785.574
IRPJ/CSLL - Dedução PDD 2014/2016 ⁽²⁾	501.681	479.015	612.273	584.326
IRPJ/CSLL - Dedução PDD 2008	182.603	177.016	182.603	177.016
IRPJ/CSLL sobre JCP: distribuição cumulativa exercícios anteriores ⁽³⁾	27.889	143.508	27.889	172.068
ISS VRG ⁽⁴⁾	-	-	173.744	160.803
PF e BNCSLL: excesso compensação AB 2012	103.691	99.838	103.691	99.838
Outras causas	348.811	398.596	378.505	465.813
Total	1.955.598	2.060.157	2.269.628	2.445.438

(1) Referem-se a autuações lavradas pela Receita Federal do Brasil (RFB) que versam sobre a cobrança de Contribuição Previdenciária calculada sobre os valores pagos pelas empresas a título de PLR supostamente em desacordo com as regras estabelecidas pela Lei nº 10.101/2000.

(2) Referem-se a autuações lavradas pela RFB alegando a dedução indevida de perdas em operações de créditos por supostamente não atenderem às exigências legais.

(3) Referem-se a possibilidade de distribuição do JCP acumulado com base nos lucros auferidos em exercícios anteriores, dentre outras discussões relativas à dedutibilidade dos JCP. A discussão relativa à possibilidade de distribuição do JCP acumulado com base nos lucros auferidos em exercícios anteriores teve seu prognóstico alterado para remoto em 30 de junho de 2023, diante das recentes decisões proferidas pelos Tribunais Superiores.

(4) Referem-se a discussão sobre incidência de ISS sobre o Valor Residual Garantido - VRG cobrado pela empresa nas operações de arrendamento mercantil realizadas no período de 2014 a 2017.

g) Depósitos em garantia de recursos
Saldos dos depósitos em garantia constituídos para as contingências

	Banco		Consolidado	
	30.06.2023	31.12.2022	30.06.2023	31.12.2022
Demandas fiscais	230.196	223.643	259.908	260.809
Demandas cíveis	107.977	126.059	116.083	137.487
Demandas trabalhistas	108.494	118.903	108.627	120.105
Total	446.667	468.605	484.618	518.401

h) Obrigações legais

O Consolidado mantém registrado na rubrica Outros passivos a obrigação legal no montante de R\$ 69.607 (R\$ 66.099 em 31 de dezembro de 2022) sendo no Banco registrado o montante de R\$ 60.964 (R\$ 57.147 em 31 de dezembro de 2022), cuja principal discussão recai em uma ação declaratória na qual se visa afastar a incidência do ISS sobre receitas oriundas de operações de aval, fiança e outras garantias prestadas, bem como obter a restituição dos valores pagos a tal título nos últimos cinco anos, cujo montante provisionado no Banco é de R\$ 37.970 (R\$ 36.230 em 31 de dezembro de 2022).

As demais ações referem-se ao PIS LC 07/70, dedução do ISS na base de cálculo do PIS e da COFINS e FAP – Fator Acidentário de Proteção.

i) Ações civis públicas

O Conglomerado possui contingências passivas envolvendo ações civis públicas em que, baseado na análise das assessorias jurídicas e/ou avaliação dos advogados internos, o risco de perda é considerado possível. Dependendo do estágio em que se encontram, a mensuração dos montantes envolvidos dessas ações não pode ser determinada com exatidão, tendo em vista que a possibilidade de perda depende da habilitação dos legitimados na ação.

Entre os temas discutidos, podemos destacar as ações envolvendo cobrança de tarifas, crédito consignado para aposentados e pensionistas do INSS e CDC (Crédito Direto ao Consumidor), bem como do Programa de Participação nos Lucros ou Resultados.

30. GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL
1) Processo de gestão de riscos

A abordagem integrada para gestão de riscos compreende a adoção de instrumentos que permitem a consolidação e controle dos riscos relevantes incorridos pelo Conglomerado. Esta abordagem tem por objetivo organizar o processo decisório e definir os mecanismos de controle dos níveis de risco aceitáveis e compatíveis com o volume de Capital disponível, em linha com a estratégia de negócio adotada.

A Instituição dispõe de uma matriz de riscos considerados como materiais, cuja aprovação é realizada periodicamente pelo Conselho de Administração. Para cada risco listado é realizada uma avaliação do tratamento mais adequado (gestão, *hedge* / seguros ou capitalização) com o objetivo de direcionar a melhor forma de monitoramento e controle de cada exposição. Os riscos considerados como materiais na data-base de referência são:

- Risco de crédito;
- Risco de crédito da contraparte;
- Risco de concentração de crédito;
- Risco de mercado;
- Risco de variação das taxas de juros da carteira bancária (IRRBB);
- Risco de liquidez;

- Risco operacional;
- Risco de reputação;
- Risco de estratégia;
- Risco social, ambiental e climático;
- Risco de modelos;
- Risco de conformidade;
- Risco de *underwriting*;
- Risco de *collateral*;
- Risco de tecnologia;
- Risco de segurança cibernética; e
- Risco de contágio.

Os níveis de exposição a riscos são monitorados por meio de uma estrutura de limites de risco, que são incorporados às atividades diárias do Conglomerado. O envolvimento da Alta Administração se dá no acompanhamento e na execução das ações necessárias à gestão dos riscos.

A estrutura de governança para gestão de riscos e capital abrange a totalidade do Conglomerado Prudencial e é composta, além das respectivas equipes e diretores responsáveis por riscos e por ALM (*Asset Liability Management*), também por fóruns colegiados, internos e corporativos, formalmente organizados e com delegação de alçadas. Cada órgão de governança tem papel, escopo e composição definidos em normativos, que orientam sobre as regras, responsabilidades e limites de acordo com as estratégias do negócio e cenários de mercado. Os principais fóruns são:

- O Comitê de Controles e Riscos e o Comitê de ALM e Tributos são os fóruns internos de gerenciamento de riscos e capital da administração. Adicionalmente, o Comitê Executivo (ComEx) tem por atribuição o acompanhamento geral de tais temas; e
- O Comitê de Riscos e de Capital (CRC) tem por função assessorar o Conselho de Administração, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/2017, na elaboração da estratégia de alocação de capital do Conglomerado, na observação da aplicação da declaração de apetite por riscos (RAS) e no monitoramento de riscos e capital, além de coordenar suas atividades com o Comitê de Auditoria (COAUD), a fim de facilitar a troca de informações, os ajustes necessários à estrutura de governança de riscos e de capital e garantir o efetivo tratamento dos riscos a que o Conglomerado está exposto.

O apetite de riscos consiste na declaração do risco que a Instituição está disposta a aceitar para atingir os seus objetivos, e é monitorado por meio de indicadores e seus respectivos limites. A declaração do apetite de riscos aprovada pelo Conselho de Administração reflete a expectativa da Alta Administração e norteia o planejamento estratégico e o orçamento, permeando a Instituição. A partir desta declaração, o seu monitoramento ocorre por meio de um *dashboard* constituído por indicadores e limites que são acompanhados mensalmente nas alçadas competentes, além de ações, monitoramentos complementares e projetos específicos.

O Conglomerado dispõe de estruturas e políticas gerais e específicas para o gerenciamento de risco e capital, conforme Resolução CMN nº 4.557/2017, aprovadas pelo Conselho de Administração e os princípios básicos observados na gestão e controle dos riscos e do capital foram estabelecidos em conformidade com a regulamentação vigente e práticas de mercado.

Adicionalmente, ressalta-se que a Instituição realiza o processo interno de avaliação da adequação de capital (ICAAP), em linha com a Resolução CMN nº 4.557/2017, Circular nº 3.911/2018 e Carta-Circular Bacen nº 3.907/2018, e o respectivo relatório é disponibilizado ao Bacen anualmente, abrangendo o plano de capital, teste de estresse, plano de contingência de capital e gestão e avaliação da necessidade de capital frente aos riscos relevantes a que a Instituição está exposta, entre outros temas.

Informações detalhadas sobre o processo de gerenciamento de riscos e capital podem ser observados no documento “Relatório de gestão de riscos e capital”, elaborado com base no atendimento da Resolução BCB nº 54/2020, disponível no site de Relações com Investidores em www.bancobv.com.br/ri. Abaixo estão descritas as definições dos principais riscos do Conglomerado.

a) Risco de crédito

(i) Definição

Risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas a:

- Não cumprimento pela contraparte (o tomador de recursos, o garantidor ou o emissor de título ou valor mobiliário adquirido), de suas obrigações nos termos pactuados;
- Desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumentos financeiros decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador;
- Reestruturação de instrumentos financeiros; e
- Custos de recuperação de exposições de ativos problemáticos.

(ii) Garantias financeiras prestadas (off balance)

	Banco e Consolidado			
	30.06.2023		31.12.2022	
	Valores garantidos	Provisão	Valores garantidos	Provisão
Vinculadas a licitações, leilões, prestação de serviços ou execução de obras	1.306.788	6.417	1.297.443	6.198
Aval ou fiança em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal	3.376.885	146.639	3.366.601	163.906
Vinculadas à distribuição de TVM por oferta pública	361.949	100	518.806	94
Outras fianças bancárias	2.012.915	18.090	2.274.695	19.649
Outras garantias financeiras prestadas	106.409	14	172.653	11
Total	7.164.946	171.260	7.630.198	189.858

b) Risco de mercado
(i) Definição

Risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes da flutuação nos valores de mercado de exposições detidas por uma instituição financeira. Estas perdas financeiras podem ser incorridas em função do impacto produzido pela variação de fatores de risco, tais como taxas de juros, paridades cambiais, preços de ações e de *commodities*, entre outros.

(ii) Análises de sensibilidade

O Conglomerado utiliza duas metodologias de análise de sensibilidade das suas exposições:

Análise de sensibilidade 1

Inicialmente, utiliza como método a aplicação de choques paralelos nas curvas dos fatores de risco mais relevantes. Tal método tem como objetivo simular os efeitos no valor justo das carteiras do Conglomerado diante de cenários eventuais, os quais consideram possíveis oscilações nas taxas de juros praticadas no mercado. Para efeito de simulação, são considerados dois cenários eventuais, nos quais o fator de risco analisado sofreria um aumento ou uma redução da ordem de 100 pontos base.

Carteira trading

Fator de risco	Conceito	Exposição	Choque da taxa básica de juros			
			30.06.2023		31.12.2022	
			+ 100 bps	- 100 bps	+ 100 bps	- 100 bps
Taxa prefixada	Risco de variação das taxas prefixadas de juros	(664.873)	5.210	(5.107)	6.148	(6.026)
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	13.395	(5.130)	5.029	(345)	338
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	(2.547)	10	(9)	886	(868)

Carteira trading e banking

Fator de risco	Conceito	Exposição	Choque da taxa básica de juros			
			30.06.2023		31.12.2022	
			+ 100 bps	- 100 bps	+ 100 bps	- 100 bps
Taxa prefixada	Risco de variação das taxas prefixadas de juros	7.114.408	(253.504)	248.484	(206.083)	202.002
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	(1.250.272)	(27.960)	27.406	(24.956)	24.462
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	(1.914.525)	797	(781)	(3.520)	3.450
TR/TBF	Risco de variação de cupom de TR e TBF	14.091	(305)	298	(377)	370

Análise de sensibilidade 2

São realizadas simulações que medem o efeito dos movimentos das curvas de mercado e dos preços sobre as exposições mantidas pelo Conglomerado, tendo como objetivo simular os efeitos no resultado diante de três cenários específicos, conforme apresentado a seguir:

• **Cenário 1** - Na construção desse cenário, as moedas sofrem choques de 1% sobre o valor de fechamento. O valor estressado do dólar americano (DOL-CL da BM&F), seria de R\$ 4,8399 (101% de R\$ 4,79) (R\$ 5,3444 em 31 de dezembro de 2022). O índice BOVESPA chocado é de 119.268 pontos, equivalente a 101% do valor de fechamento em 30 de junho de 2023 (110.832 pontos em 31 de dezembro de 2022). As curvas de juros pré-fixado, de cupons de índice de preços, de cupons de moeda estrangeira e demais cupons de taxa de juros sofrem choques paralelos de 10 pontos base, ou seja, todos os valores, independente do prazo, aumentam ou reduzem em 0,10%.

• **Cenário 2** - Cenário onde as moedas e o índice BOVESPA sofrem choques de 25% e as taxas de juros sofrem choques paralelos de 25% sobre o valor de fechamento. A taxa pré, no dia 30 de junho de 2023, para o prazo de um ano é 11,68% (13,41% em 31 de dezembro de 2022). Desse modo, toda a curva é chocada em 2,92% para mais ou para menos, conforme o resultado hipotético gerado (3,35% em 31 de dezembro de 2022).

• **Cenário 3** - Cenário onde as moedas e o índice BOVESPA sofrem choques de 50% e as taxas de juros sofrem choques paralelos de 50% sobre o valor de fechamento.

Na análise feita para as operações classificadas na carteira *banking*, tem-se que a valorização ou a desvalorização em decorrência de mudanças em taxa de juros e preços praticados no mercado, não representam impacto financeiro e contábil significativo sobre o resultado do Conglomerado. Isto porque esta carteira é composta, majoritariamente, por operações de crédito, captações e títulos e valores mobiliários, cujo registro contábil é realizado, principalmente, pelas taxas pactuadas na contratação das operações. Adicionalmente, destaca-se o fato dessas carteiras apresentarem como principal característica a classificação contábil de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e, portanto, os efeitos das oscilações em taxa de juros ou preços são refletidos no patrimônio líquido e não no resultado. Há também operações atreladas naturalmente a outros instrumentos (*hedge* natural), minimizando dessa forma os impactos em um cenário de estresse.

Nos quadros a seguir, encontram-se sintetizados os resultados para a carteira *trading*, composta por títulos públicos e privados, instrumentos financeiros derivativos e recursos captados por meio de operações com acordo de recompra, e *banking*, apresentando os valores observados em cada data-base:

Carteira trading

Fator de risco / conceito	Exposição	Cenário I		Cenário II		Cenário III	
		Variação de taxas	Resultado	Variação de taxas	Resultado	Variação de taxas	Resultado
30.06.2023							
Taxa prefixada / Risco de variação das taxas prefixadas de juros	664.873	Aumento	(516)	Redução	14.908	Redução	29.816
Cupons de moedas estrangeiras / Risco de variação de cupom cambial	(13.395)	Aumento	508	Aumento	8.476	Aumento	16.952
Variação cambial / Risco de variação das taxas de câmbio	(701.189)	Aumento	(7.012)	Redução	175.297	Redução	350.595
Índice de preços / Risco de variação de cupons de índices de preços	2.547	Aumento	(1)	Redução	18	Redução	36
31.12.2022							
Taxa prefixada / Risco de variação das taxas prefixadas de juros	200.629	Aumento	609	Redução	(20.208)	Redução	(40.416)
Cupons de moedas estrangeiras / Risco de variação de cupom cambial	(2.821)	Aumento	(34)	Aumento	(526)	Aumento	(1.052)
Variação cambial / Risco de variação das taxas de câmbio	1.064.036	Aumento	10.640	Redução	(266.009)	Redução	(532.018)
Índice de preços / Risco de variação de cupons de índices de preços	(47.734)	Aumento	88	Redução	(1.433)	Redução	(2.866)

Carteira trading e banking

Fator de risco / Conceito	Exposição	Cenário I		Cenário II		Cenário III	
		Variação de taxas	Resultado	Variação de taxas	Resultado	Variação de taxas	Resultado
30.06.2023							
Taxa prefixada / Risco de variação das taxas prefixadas de juros	7.114.408	Aumento	(25.099)	Aumento	(739.979)	Aumento	(1.479.957)
Cupons de moedas estrangeiras / Risco de variação de cupom cambial	(1.250.272)	Aumento	(2.768)	Aumento	(46.193)	Aumento	(92.387)
Variação cambial / Risco de variação das taxas de câmbio	(6.531)	Aumento	(65)	Aumento	(1.633)	Aumento	(3.265)
TJLP / Risco de variação de cupom de TJLP	3.372	Aumento	(4)	Aumento	(33)	Aumento	(66)
TR/TBF / Risco de variação de cupom de TR e TBF	14.091	Aumento	(30)	Aumento	(164)	Aumento	(327)
Índice de preços / Risco de variação de cupons de índices de preços	(1.914.525)	Aumento	79	Redução	(1.473)	Redução	(2.946)
31.12.2022							
Taxa prefixada / Risco de variação das taxas prefixadas de juros	18.787.258	Aumento	(20.404)	Aumento	(691.050)	Aumento	(1.382.099)
Cupons de moedas estrangeiras / Risco de variação de cupom cambial	(1.442.672)	Aumento	(2.471)	Aumento	(38.051)	Aumento	(76.103)
Variação cambial / Risco de variação das taxas de câmbio	71.420	Aumento	714	Redução	(17.855)	Redução	(35.710)
TJLP / Risco de variação de cupom de TJLP	3.818	Aumento	(5)	Aumento	(111)	Aumento	(222)
TR/TBF / Risco de variação de cupom de TR e TBF	14.981	Aumento	(37)	Aumento	(246)	Aumento	(491)
Índice de preços / Risco de variação de cupons de índices de preços	75.773	Aumento	(348)	Aumento	(5.809)	Aumento	(11.618)

(iii) Testes de estresse

O Conglomerado utiliza métricas de estresse resultantes de simulações de suas exposições sujeitas a riscos de mercado sob condições extremas, tais como crises financeiras e choques econômicos. Estes testes objetivam dimensionar os impactos de eventos plausíveis, mas com baixa probabilidade de ocorrência. O programa de testes de estresse de risco de mercado do Conglomerado faz uso de métodos de avaliação baseados em testes retrospectivos.

Testes retrospectivos

O teste retrospectivo de estresse estima a variação das exposições da carteira consolidada do Banco, mediante a aplicação de choques nos fatores de risco equivalentes aos registrados em períodos históricos de estresse do mercado, considerando os seguintes parâmetros:

- Extensão da série histórica para determinação dos cenários é de 5 anos da data-base do cenário de estresse;
- Período de manutenção: retornos acumulados de 10 dias úteis; e
- Periodicidade do teste: diária.

Os resultados dos testes retrospectivos de estresse objetivam avaliar a capacidade de absorção de grandes perdas e identificar eventuais medidas para redução dos riscos da instituição.

Para as estimativas de ganhos e perdas do teste retrospectivo de estresse na Carteira Consolidada, em 30 de junho de 2023 e com base na percepção da alta Administração acerca do comportamento das ações, *commodities*, moedas estrangeiras e taxas de juros, foram utilizados dois cenários:

Cenário I - Nesse cenário, as curvas de juros sofrem choques paralelos positivos; a taxa de câmbio (reais/dólar) considerada é de R\$ 5,4222 (R\$ 5,9874 em 31 de dezembro de 2022); as *commodities* sofrem choques positivos de 10% sobre o valor de fechamento em 30 de junho de 2023; e é aplicada uma variação negativa de -15,28% no Índice BOVESPA (as mesmas taxas foram utilizadas em 31 de dezembro de 2022).

Cenário II - Nesse cenário as curvas de juros sofrem choques paralelos negativos; a taxa de câmbio (reais/dólar) considerada é de R\$ 4,2734 (R\$ 4,7188 em 31 de dezembro de 2022); as *commodities* sofrem choques negativos de 10% sobre o valor de fechamento em 30 de junho de 2023; e é aplicada uma variação positiva de 24,49% do Índice BOVESPA (as mesmas taxas foram utilizadas em 31 de dezembro de 2022).

Os valores demonstrados nas tabelas representam as maiores perdas e os maiores ganhos na carteira consolidada dentre os cenários da série histórica utilizados na simulação.

Seguem os resultados do teste retrospectivo de estresse da carteira consolidada de acordo com o programa de teste de estresse de risco de mercado do Conglomerado.

Estimativas de maiores perdas do teste retrospectivo de estresse – Carteira consolidada

Fator de risco	30.06.2023		31.12.2022	
	Exposição	Estresse ⁽¹⁾	Exposição	Estresse ⁽¹⁾
Moedas estrangeiras	(6.531)	(15.284)	71.420	(25.631)
Taxa de juros	3.967.074	(460.896)	17.439.158	(339.873)
Total	3.960.543	(476.180)	17.510.578	(365.504)

Estimativas de maiores ganhos do teste retrospectivo de estresse – Carteira consolidada

Fator de risco	30.06.2023		31.12.2022	
	Exposição	Estresse ⁽¹⁾	Exposição	Estresse ⁽¹⁾
Moedas estrangeiras	(6.531)	4.582	71.420	8.276
Taxa de juros	3.967.074	377.774	17.439.158	290.341
Total	3.960.543	382.356	17.510.578	298.617

⁽¹⁾ Os testes de estresse otimista e pessimista para o grupo de ações é feito somente sob o índice BOVESPA.

(iv) Hierarquia de valor justo

O cálculo do valor justo está sujeito a uma estrutura de controle definida para garantir que os valores calculados sejam determinados por um departamento independente do tomador de risco.

O valor justo é determinado de acordo com a seguinte hierarquia:

- **Nível 1:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos;
- **Nível 2:** *Inputs* incluídos no nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- **Nível 3:** Premissas que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). Envolve o emprego de métodos quantitativos, amplamente aceitos, que utilizam referenciais de mercado e dados não observáveis no mercado na produção de suas estimativas.

A tabela a seguir apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, classificados nos diferentes níveis hierárquicos de mensuração pelo valor justo:

Consolidado	30.06.2023				31.12.2022			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativo								
Títulos e valores mobiliários (Nota 9a)	22.792.456	9.436.144	1.074.306	33.302.906	13.914.039	8.456.959	1.083.916	23.454.914
Títulos para negociação	15.862.751	316	8.000	15.871.067	7.147.112	220.667	8.000	7.375.779
Títulos disponíveis para venda	6.929.705	9.435.828	1.066.306	17.431.839	6.766.927	8.236.292	1.075.916	16.079.135
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 10a)	58.262	4.697.919	-	4.756.181	47.321	1.259.848	-	1.307.169
Carteira de crédito objeto de <i>hedge</i> (Nota 10g)	-	16.934.348	-	16.934.348	-	16.936.827	-	16.936.827
Total	22.850.718	31.068.411	1.074.306	54.993.435	13.961.360	26.653.634	1.083.916	41.698.910
Passivo								
Captação no mercado aberto - Carteira livre movimentação (Nota 18c)	-	(3.679)	-	(3.679)	-	(496.988)	-	(496.988)
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 10a)	(325)	(5.970.406)	-	(5.970.731)	(15.245)	(1.790.355)	-	(1.805.600)
Total	(325)	(5.974.085)	-	(5.974.410)	(15.245)	(2.287.343)	-	(2.302.588)

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (como títulos mantidos para negociação e disponíveis para venda) é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem prontos e regularmente disponíveis a partir de uma bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora, e aqueles preços que representam transações de mercado reais e ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.

A melhor evidência de valor justo é o preço cotado em mercado ativo. A maioria das técnicas de avaliação emprega dados observáveis de mercado, caracterizando alto grau de confiança no valor justo estimado.

Conforme os níveis de informação na mensuração do valor justo, as seguintes técnicas de avaliação são aplicadas:

O valor justo apurado para os instrumentos financeiros classificados como nível 1 pressupõe o apreçamento, no mínimo diário, através de cotações de preços, índices e taxas imediatamente disponíveis para transações não forçadas e oriundas de fontes independentes.

Nos casos em que não estão disponíveis preços cotados em mercado, os valores justos são obtidos pela utilização de preços cotados para ativos e passivos semelhantes em mercados ativos, ou através de fluxos de caixa futuros descontados a valor presente por taxas de descontos obtidas através de dados observáveis de mercado ou outras técnicas de avaliação baseadas em métodos matemáticos que utilizam referenciais de mercado.

Neste contexto, o valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento é incluído no nível 2.

Para o valor justo dos instrumentos financeiros classificados como nível 3, não existem informações de precificação observáveis em mercado ativo. O Conglomerado usa critérios de precificação a partir de modelos matemáticos conhecidos no meio acadêmico e/ou através de governança específica com a participação de especialistas e processos internos estruturados.

A qualidade e a aderência dos modelos utilizados são garantidas através de um processo estruturado de governança. As áreas responsáveis pela definição e aplicação dos modelos de apreçamento são segregadas das áreas de negócios. Os modelos utilizados são documentados, submetidos à validação de uma área independente e aprovados internamente na Comissão de Risco de Mercado.

(v) Movimentação do nível 3

Consolidado	Saldo em 31.12.2022	1º Semestre/2023			Saldo em 30.06.2023
		Transferências entre níveis ⁽¹⁾	Adições / (liquidações)	Resultado / outras movimentações	
Ativo					
Títulos e valores mobiliários					
Títulos para negociação	8.000	-	-	-	8.000
Títulos disponíveis para venda	1.075.916	72.809	442	(82.861)	1.066.306
Total	1.083.916	72.809	442	(82.861)	1.074.306

Consolidado	Saldo em 31.12.2021	Exercício/2022			Saldo em 31.12.2022
		Transferências entre níveis ⁽¹⁾	Adições / (liquidações)	Resultado / outras movimentações	
Ativo					
Títulos e valores mobiliários					
Títulos para negociação	-	12.432	-	(4.432)	8.000
Títulos disponíveis para venda	712.763	294.911	9.514	58.728	1.075.916
Total	712.763	307.343	9.514	54.296	1.083.916

⁽¹⁾ Estes ativos foram reclassificados entre os níveis 1, 2 e 3 devido a revisão periódica da hierarquia.

(vi) Valor justo de instrumentos financeiros mensurados a custo corrigido

Instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais, comparadas ao valor justo:

Consolidado	30.06.2023		31.12.2022	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos	70.622.541	70.348.533	65.642.271	64.950.746
Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil (Nota 11b)	2.279.498	2.279.498	1.961.377	1.961.377
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Notas 7 / 8a)	2.870.632	2.870.632	1.739.153	1.739.153
Títulos e valores mobiliários - Mantidos até o vencimento (Nota 9a)	12.410.569	12.136.271	17.084.433	16.393.351
Carteira de crédito (Notas 12a / 30.1.b.iv)	48.085.347	48.085.637	42.049.456	42.049.013
Outros ativos financeiros (Nota 13a)	4.976.495	4.976.495	2.807.852	2.807.852
Passivos	(112.296.276)	(111.277.580)	(100.222.246)	(98.923.239)
Captações no mercado aberto (Notas 18c / 30.1.b.iv)	(24.806.623)	(24.543.016)	(17.780.823)	(16.907.990)
Depósitos (Nota 18a)	(23.737.898)	(23.503.475)	(23.425.325)	(23.249.413)
Obrigações por empréstimos e repasses (Nota 19)	(7.441.505)	(7.348.489)	(6.641.007)	(6.609.937)
Recursos de aceites e emissão de títulos (Nota 20)	(38.450.495)	(37.882.340)	(39.957.617)	(39.593.096)
Dívidas subordinadas e instrumentos de dívidas elegíveis a capital (Nota 21)	(2.523.187)	(2.663.692)	(2.667.634)	(2.812.963)
Outros passivos financeiros (Nota 22a)	(15.336.568)	(15.336.568)	(9.749.840)	(9.749.840)
Total	(41.673.735)	(40.929.047)	(34.579.975)	(33.972.493)

Métricas utilizadas na determinação do valor justo dos principais instrumentos financeiros

Aplicações interfinanceiras de liquidez: Para as operações deste grupo, considerou-se o valor contábil como aproximação equivalente ao valor justo, por se tratarem de operações de curto prazo na sua maioria.

Títulos e valores mobiliários: Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de “negociação” e “disponível para venda” são contabilizados pelo seu valor justo, a partir da coleta de informações de mercado e utilização de metodologias padronizadas de marcação a mercado, geralmente baseadas no método de fluxo de caixa descontado. Para o cálculo do valor justo, as técnicas supracitadas também são aplicadas para os títulos classificados na categoria “mantidos até o vencimento”.

Operações de crédito e arrendamento mercantil: As operações de crédito alocadas em programas de *Hedge Accounting*, do tipo *hedge* de risco de mercado, são contabilizadas pelo seu valor justo. Para as operações de arrendamento mercantil, utilizou-se para o cálculo do valor justo os valores de fluxo futuro descontados considerando as taxas de mercado vigentes e para as demais operações, considerou-se o valor contábil como aproximação equivalente do valor justo.

Depósitos: Para as operações de depósitos à prazo, utilizou-se para o cálculo do valor justo os valores de fluxo futuro descontados considerando as taxas de mercado vigentes. Para os depósitos a vista, considerou-se como valor justo o próprio valor contábil.

Obrigações por empréstimos e repasses: Para as operações deste grupo, considerou-se o valor contábil como aproximação equivalente ao valor justo.

Captações no mercado aberto: Para as captações em taxas pós-fixadas, considerou-se o valor contábil como aproximação equivalente ao valor justo. Para as operações pré-fixadas, utilizou-se para o cálculo do valor justo os valores de fluxo futuro descontados considerando as taxas de mercado vigentes.

Recursos de aceites e emissão de títulos: Para as operações deste grupo, considerou-se o valor contábil como aproximação equivalente ao valor justo. Para as operações pré-fixadas, utilizou-se para o cálculo do valor justo os valores de fluxo futuro descontados considerando as taxas de mercado vigentes.

Dívidas subordinadas e Instrumentos de dívidas elegíveis a capital: Para as operações deste grupo, utilizou-se para o cálculo do valor justo os valores de fluxo futuro descontados considerando as taxas de mercado vigentes.

c) Risco de liquidez

(i) Definição

Risco de liquidez é definido como:

- A possibilidade de o Conglomerado não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- Possibilidade de o Conglomerado não conseguir negociar a preço de mercado, uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

d) Risco operacional

(i) Definição

O risco operacional é definido como a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. Esta definição inclui o risco legal associado a inadequações ou deficiências em contratos firmados pelo Conglomerado, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pelo Conglomerado. Entre os eventos de risco operacional, incluem-se:

- Fraudes internas e externas;
- Demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho;
- Práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços;
- Danos a ativos físicos próprios ou em uso pelo Conglomerado;
- Situações que acarretem a interrupção das atividades do Conglomerado;
- Falhas em sistemas, processos ou infraestrutura de tecnologia da informação (TI); e
- Falhas na execução, no cumprimento de prazos ou no gerenciamento das atividades pelo Conglomerado.

e) Risco social, ambiental e climático

(i) Definição

Os riscos social e ambiental são definidos, nos termos da Resolução CMN nº 4.943/2021, como a possibilidade de ocorrência de perdas para a Instituição ocasionadas, respectivamente, por eventos associados à (i) práticas de violação de direitos e garantias fundamentais ou de interesses comuns, e (ii) atos de degradação do meio ambiente. O risco climático é definido, em suas vertentes, como risco de transição, relacionado ao processo de transição para uma economia de baixo carbono, e risco físico, relativo à ocorrência de intempéries frequentes e severas ou por alterações ambientais de longo prazo, que possam ser associadas a mudanças em padrões climáticos.

(ii) Gerenciamento do risco social, ambiental e climático

A gestão do risco social, ambiental e climático (GRSAC) do Conglomerado cumpre os requisitos da Resolução CMN N° 4.943/2021 e 4.945/2021 que estabeleceram, respectivamente, novas regras para a estrutura do gerenciamento integrado dos riscos social, ambiental e climático e a implementação da Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC). Observando o cumprimento da legislação pertinente, e as disposições normativas, a Instituição avalia os aspectos socioambientais e climáticos, de acordo com os princípios de relevância e proporcionalidade de que trata a Resolução CMN nº 4.557/2017, com os quais o cliente, fornecedor ou investida esteja envolvido, a fim de subsidiar a tomada de decisão das áreas competentes durante os processos de concessão de crédito, avaliação de garantias imobiliárias, homologação de fornecedores, fontes de captação, novos investimentos, produtos e serviços.

Tangibilizando a importância do tema para a Instituição, o apetite de riscos (RAS) do banco BV contempla uma dimensão exclusiva sobre risco social, ambiental e climático, sendo monitorado mensalmente e reportado para o Comitê de Controles e Riscos (CCR), Comitê de Riscos e Capital (CRC) e Conselho de Administração (CA). Adicionalmente, a Instituição elencou setores e atividades cujas operações financeiras são proibidas ou restritas, além de considerar um limite máximo de concentração para alguns desses setores econômicos.

No âmbito da concessão de crédito, o gerenciamento do risco social, ambiental e climático é realizado por meio de metodologias específicas de análise que determinam o Rating ESG, incluso no processo de atribuição do Rating de Crédito. Em contrapartida, a análise do risco socioambiental em projetos atende as diretrizes estabelecidas pelos Princípios do Equador (PE).

Em complemento a estrutura do GRSAC, a Instituição realiza a avaliação da exposição do portfólio de crédito aos riscos climáticos em suas duas vertentes (risco físico e de transição) e no exercício do teste de estresse climático.

Informações adicionais do gerenciamento de risco SAC estão disponíveis no website: <https://ri.bv.com.br/relatorio-grsac/>.

2) Processo de gestão de capital

A gestão do capital no Conglomerado é realizada com o objetivo de garantir a adequação aos limites regulatórios e o estabelecimento de uma base sólida de capital que viabilize o desenvolvimento dos negócios e operações de acordo com o plano estratégico do Conglomerado.

Em linha com a Resolução CMN nº 4.557/2017, e Circular nº 3.846/2017 do Bacen, o Conglomerado dispõe de estrutura e políticas institucionais para o gerenciamento do capital, aprovado pelo Conselho de Administração, em consonância com o Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP), contemplando os seguintes itens:

- Gestão de capital por meio de processo contínuo de planejamento, avaliação, controle e monitoramento do capital necessário para fazer frente aos riscos relevantes;
- Políticas e estratégias documentadas;
- Fóruns específicos para compor estratégias e efetuar a gestão do uso do capital;
- Plano de Capital para três anos, abrangendo metas e projeções de capital, principais fontes de captação e plano de contingência de capital;
- Testes de estresse e seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais para a Alta Administração (Diretoria e Conselho de Administração);
- Avaliação de suficiência de capital na visão regulatória e econômica; e
- Reporte ao regulador relativos à gestão de capital, por meio do Demonstrativo de Limites Operacionais e Relatório Anual do ICAAP.

Adicionalmente, são realizadas análises da viabilidade de recompra de instrumentos elegíveis a capital com cláusulas de resgate, sempre que pertinente.

(i) Índices de capital

Os índices de capital são apurados segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 4.955/2021 e nº 4.958/2021, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), respectivamente, sendo eles:

- Índice de Basileia (PR / RWA);
- Índice de Capital Principal (Capital Principal / RWA); e
- Índice de Nível I (Nível I / RWA).

A Razão de Alavancagem (RA), conforme estabelecido pela Circular BACEN nº 3.748/2015, é definida pela razão do Nível I sobre a Exposição Total do Conglomerado. O limite mínimo da Razão de Alavancagem (RA) é de 3%, conforme Resolução nº 4.615 do Conselho Monetário Nacional.

A Resolução CMN nº 4.955/2021 define os itens referentes aos ajustes prudenciais deduzidos de forma integral do Patrimônio de Referência:

- Ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura líquidos de passivos fiscais diferidos a eles associados;
- Ativos intangíveis;
- Ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido líquidos de passivos fiscais diferidos a eles associados;
- Investimentos em a) entidade assemelhada a instituição financeira não consolidada, sociedade seguradora, resseguradora, sociedade de capitalização e entidade aberta de previdência complementar; e b) instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou em instituição situada no exterior que exerça atividade equivalente à de instituição financeira no Brasil, que não componha o Conglomerado;
- Participação de não controladores no capital de a) subsidiária que seja instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil; e b) subsidiária no exterior que exerça atividade equivalente à de instituição financeira no Brasil;
- Créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributárias futuras para sua realização;
- Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido. O Conglomerado considera os efeitos da aplicação do § 10 do art.5º da Resolução CMN nº 4.955/2021, que autoriza às instituições financeiras a deixarem de deduzir do Capital Principal, os créditos tributários de prejuízos fiscais decorrentes de posição vendida em moeda estrangeira realizada com o objetivo de proporcionar *hedge* para sua participação em investimentos no exterior, no seguinte cronograma: I - no mínimo 50% (cinquenta por cento), até 30 de junho de 2022; II - 100% (cem por cento), até 31 de dezembro de 2022 e III - 100% (cem por cento), permanece a partir de janeiro de 2023;
- Participação de não controladores no capital de: a) subsidiária no país que não seja instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil; e b) subsidiária no exterior que não exerça atividade equivalente à de instituição financeira no Brasil; e
- Entre outros.

(ii) Suficiência de capital (visão regulatória)

A análise da suficiência de capital na visão regulatória tem como objetivo avaliar se a Companhia possui Patrimônio de Referência (Capital Disponível) em nível superior ao capital exigido para cobertura dos riscos de Pilar I, acrescido da exigência adicional para cobertura do risco de variação das taxas de juros das operações não classificadas na carteira de negociação (IRRBB) conforme a Resolução BCB nº 48/2020.

Mensalmente após a apuração do Patrimônio de Referência (PR) e do Capital Exigido, são divulgados relatórios gerenciais de acompanhamento do Capital alocado para riscos e os índices de capitais (Basileia, Nível I e Principal) para as áreas envolvidas.

São apresentadas a seguir as informações do Índice de Basileia do Conglomerado Prudencial:

Índice de Basileia	30.06.2023	31.12.2022
PR – Patrimônio de Referência	11.640.154	11.361.496
Nível I	10.729.179	10.445.533
Capital complementar	729.152	537.380
Capital principal	10.000.027	9.908.153
Patrimônio Líquido ⁽¹⁾	12.870.742	12.656.845
Ajustes prudenciais ⁽²⁾	(2.870.715)	(2.748.692)
Outros	(2.869.105)	(2.746.908)
Ajustes ao valor justo	(1.610)	(1.784)
Nível II	910.975	915.963
Dívidas subordinadas elegíveis a capital	910.975	915.963
Dívidas subordinadas autorizadas em conformidade com a Resolução CMN nº 4.955/2021 ⁽³⁾	910.975	915.963
Ativos ponderados pelo risco (RWA)	79.443.094	79.548.776
Risco de crédito (RWACPAD)	72.867.868	71.566.189
Risco de mercado (RWAMPAD)	471.783	687.289
Risco operacional (RWAOPAD)	6.103.443	7.295.298
Patrimônio de referência mínimo requerido ⁽⁴⁾	6.355.447	6.363.902
Capital principal mínimo requerido ⁽⁵⁾	3.574.939	3.579.695
Patrimônio de referência nível I mínimo requerido ⁽⁶⁾	4.766.586	4.772.927
PR apurado para cobertura do risco de taxa de juros das operações não classificadas na carteira de negociação (RBAN)	852.201	726.774
Margem sobre o patrimônio de referência mínimo requerido	5.284.706	4.997.593
Margem sobre o capital mínimo requerido	6.425.088	6.328.458
Margem sobre o patrimônio de referência nível I mínimo requerido	5.962.593	5.672.606
Margem sobre o patrimônio de referência mínimo requerido incluído RBAN e ACP ⁽⁷⁾	2.446.428	2.282.101
Índice de capital principal (CP / RWA)	12,59%	12,46%
Índice de capital nível I (Nível I / RWA)	13,51%	13,13%
Índice de Basileia (PR / RWA)	14,65%	14,28%
Razão de Alavancagem	6,48%	7,20%

⁽¹⁾ Conforme artigo art. 4º, § 2º da Resolução CMN nº 4.955/2021, os valores relativos aos ajustes ao valor justo dos instrumentos financeiros derivativos utilizados para hedge de fluxo de caixa de itens protegidos que não tenham seus ajustes de marcação a valor justo registrados contabilmente não compõe a base de cálculo para fins de apuração do Patrimônio de Referência. Os montantes informados contemplam esses ajustes.

⁽²⁾ Consideram os efeitos da aplicação do § 10 do art.5º da Resolução CMN nº 4.955/2021, que autoriza às instituições financeiras a deixarem de deduzir do Capital Principal, os créditos tributários de prejuízos fiscais decorrentes de posição vendida em moeda estrangeira realizada com o objetivo de proporcionar hedge para sua participação em investimentos no exterior no seguinte cronograma: I - no mínimo 50% (cinquenta por cento), até 30 de junho de 2022; II - 100% (cem por cento), até 31 de dezembro de 2022 e III - 100% (cem por cento), permanece a partir de janeiro de 2023.

⁽³⁾ Considerou-se o saldo dos instrumentos de Dívida Subordinada emitidos anteriormente à Resolução CMN nº 4.955/2021 com a aplicação dos redutores estabelecidos no art. 27 da referida Resolução.

⁽⁴⁾ Corresponde à aplicação do fator "F" ao montante de RWA, sendo "F" igual a 8% do RWA.

⁽⁵⁾ Representa o mínimo de 4,5% do RWA.

⁽⁶⁾ Representa o mínimo de 6% do RWA.

⁽⁷⁾ Adicional de Capital Principal (ACP) que corresponde ao Adicional de Conservação e Adicional Contracíclico.

Ajustes prudenciais deduzidos do Capital principal:

	30.06.2023	31.12.2022
Ajuste prudencial I - Ágios pagos	(204.400)	(184.611)
Ajuste prudencial II - Ativos intangíveis	(1.154.591)	(1.049.187)
Ajuste prudencial VII - Créditos tributários de diferença temporária	(270.886)	(451.864)
Ajuste prudencial VIII - Crédito tributário de prejuízo fiscal e de base negativa	(1.239.228)	(1.061.246)
Ajuste prudencial XV – Diferença a menor – Ajustes da Resolução CMN 4.277/2013	(1.610)	(1.784)
Total	(2.870.715)	(2.748.692)

Índice de imobilização

O índice de imobilização do Conglomerado Prudencial totalizou 8,00% (12,17% em 31 de dezembro de 2022), sendo apurado em conformidade com as Resoluções CMN nº 4.957/2021 que passou a vigorar a partir de 01 de janeiro de 2022. Não houve impactos relevantes na apuração do índice de imobilização do Conglomerado Prudencial com essa alteração normativa.

	30.06.2023	31.12.2022
Limite para imobilização	5.820.077	5.680.747
Valor da situação para o limite de imobilização	939.115	1.382.286
Valor da margem ou insuficiência	4.880.962	4.298.461

Em atendimento a Resolução BCB nº 54/2020, o Conglomerado mantém informações adicionais de seu processo de gestão de riscos e capital disponibilizadas no website: www.bancobv.com.br/ri.

31. MEIO AMBIENTE, SOCIAL E GOVERNANÇA - PRÁTICAS ESG
a) Governança e regulação

O banco estabeleceu seus compromissos ESG de longo prazo, até 2030, chamado de “Pacto por um futuro mais leve”, que define 5 metas públicas que vão direcionar as ações do Conglomerado, divididas em 3 pilares: mudanças climáticas, negócios sustentáveis e diversidade. Além disso, o banco inseriu metas de sustentabilidade na remuneração variável dos executivos e no planejamento estratégico, conforme descrito na nota explicativa 28. O Conselho de Administração aprovou em junho de 2022, a criação do Comitê ASG para assessorá-lo nos aspectos socioambientais.

O Banco Central do Brasil publicou a Resolução nº 139 e a Instrução Normativa nº 153 que entram em vigor em dezembro de 2022, as quais dispõem sobre a divulgação do Relatório de Riscos e Oportunidades Sociais, Ambientais e Climáticas (GRSAC), bem como estabelece as informações que devem constar em suas tabelas padronizadas. Publicou também a Resolução CMN nº 4.945/2021 a qual dispõe sobre a Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC) que entrou em vigor em julho de 2022 para instituição enquadrada no S2, que é o caso do banco BV. A PRSAC consiste no conjunto de princípios de natureza social, ambiental e climática a serem observados na condução dos negócios da Instituição, bem como sua relação com as partes interessadas. A Política de Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental e o Relatório de Sustentabilidade do banco podem ser consultados em www.bancobv.com.br/ri.

As diretrizes e definições de gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático (SAC) estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.943/2021 a qual determina definições e requisitos para o gerenciamento dos riscos SAC aplicáveis às Instituições Financeiras, e entrou em vigor em julho de 2022 para instituição enquadrada no S2, que é o caso do banco BV. Informações adicionais sobre o risco social, ambiental e climático e sua gestão pelo Conglomerado estão descritas na nota explicativa 30.1.e.

Em junho de 2022, o Conselho Federal de Contabilidade criou através da Resolução CFC nº 1.670/2022 o Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade que visa estudar e preparar documentos técnicos sobre padrões de divulgação de sustentabilidade e a divulgação de informações dessa natureza.

b) Meio ambiente

O banco BV é um dos principais bancos financiadores de placas fotovoltaicas para energia solar de uso residencial e em 30 de junho de 2023 essa carteira é de R\$ 4.637.108 (R\$ 4.640.703 em 31 de dezembro de 2022).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o banco BV realizou emissões de títulos verdes (CDB *green*) no montante de R\$ 593.255. Em 2022, o banco também realizou captações no montante de R\$ 786.960 (USD 150.000) junto à *International Finance Corporation* (IFC), cujo recursos são utilizados para ampliar o acesso ao financiamento de veículos sustentáveis no Brasil, incluindo veículos elétricos, híbridos e multicompostível, contribuindo para a redução das emissões de gases do efeito estufa no país.

Captações	Moeda	Valor emitido	Remuneração a.a.	Ano captação	Ano vencimento	Banco e Consolidado	
						30.06.2023	31.12.2022
Depósitos (Nota 18a)						298.627	317.315
Depósitos a prazo						298.627	317.315
Pós-fixado	R\$	137.000	de 104,60% a 107,30% do DI	2022	2024	140.188	10.913
Com variação cambial	USD	29.028	de 98,10% a 102,86% do DI + variação cambial	2022	2023	158.439	306.402
Recursos de aceites e emissão de títulos (Nota 20)						1.213.358	1.173.233
Obrigações por TVM no exterior						242.701	262.770
Com variação cambial	USD	50.000	3,35% a.a. + variação cambial	2020	2024	242.701	262.770
Letras financeiras						970.657	910.463
Pós-fixado	R\$	298.150	de 1,03% a.a. a 1,37% a.a. + DI	2021	2025	376.705	351.249
Pós-fixado	R\$	466.700	de 5,26% a.a. a 5,84% a.a. + IPCA	2021	2027	593.952	559.214
Obrigações por empréstimos e repasses (nota 19b)						731.324	790.148
Obrigações por empréstimos						731.324	790.148
Tomados junto a banqueiros no exterior	USD	150.000	de 5,05% a.a. a 5,54% a.a. + variação cambial	2022	2027	731.324	790.148
Total						2.243.309	2.280.696

O banco BV estabeleceu um compromisso público de compensar a totalidade das emissões de CO₂ dos automóveis que financiar. No semestre findo em 30 de junho de 2023, o banco BV reconheceu no resultado (em Outras despesas operacionais) a provisão de despesas de CO₂, em contrapartida ao passivo correspondente, registrado em Outros passivos - Compensação da emissão de CO₂ por veículos financiados pelo banco BV. O banco adquiriu créditos de carbono e títulos verdes, representando o total de 9,595 milhões toneladas de CO₂, registrado na rubrica de Outros ativos e seu consumo é realizado com base no volume de CO₂ produzidos pelos veículos financiados, registrado na rubrica de Outras despesas operacionais (até 31 de dezembro de 2022, anteriormente ao início da vigência da Instrução Normativa BCB nº 325, estes ativos eram registrados em Ativos intangíveis e sua compensação em Outras despesas administrativas). As práticas contábeis adotadas pela Instituição para o reconhecimento e mensuração dos créditos de carbono e títulos verdes que são adquiridos e do passivo correspondente ao compromisso de compensação da emissão de carbono estão descritas nas notas explicativas 4t e 4r, respectivamente.

No quadro a seguir, são demonstrados os efeitos contábeis do registro patrimonial e resultado:

	Banco e Consolidado	
	30.06.2023	31.12.2022
Ativo		
Outros ativos (Nota 13)	65.833	66.417
Ativos de sustentabilidade	65.833	-
Consumo de ativos de sustentabilidade	81.078	-
Ativos intangíveis (Nota 17a)	(15.245)	-
Créditos de carbono e títulos verdes - Valor de custo	-	66.417
Créditos de carbono e títulos verdes - Amortização acumulada	-	77.267
		(10.850)
Passivo		
Outros passivos (Nota 22a)	818	672
Compensação da emissão de CO ₂ por veículos financiados pelo banco BV	818	672

	1º Semestre/ 2023	1º Semestre/ 2022
Resultado		
Outras despesas administrativas (Nota 23d)	-	(2.912)
Amortização	-	(2.912)
Outras despesas operacionais (Nota 23f)	(4.542)	(107)
Provisão despesas de compensação da emissão de CO ₂ por veículos financiados pelo banco BV	(146)	(107)
Consumo de ativos de sustentabilidade	(4.396)	-
Total de despesas reconhecidas no resultado	(4.542)	(3.019)

O Banco também faz a compensação das suas emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), o compromisso é a compensação anual de 100% das emissões de GEE diretas.

c) Social

O banco BV apoia diversos projetos sociais incentivados. A divulgação detalhada sobre responsabilidade social está apresentada no Relatório de Sustentabilidade disponível no site www.bancobv.com.br/ri.

32. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Informações de agências no exterior

	30.06.2023		31.12.2022	
	Luxemburgo Branch ⁽¹⁾	Nassau Branch	Luxemburgo Branch ⁽¹⁾	Nassau Branch
Ativo total	2.673	7.064.239	4.625	7.109.571
Passivo total	2.673	7.064.239	4.625	7.109.571
Passivo	198	5.381.106	-	5.386.651
Patrimônio líquido ⁽²⁾	2.475	1.683.133	4.625	1.722.920
Resultado do período	1º Semestre/2023	1º Semestre/2022		
	(1.797)	83.988	-	86.731

⁽¹⁾ Em maio de 2022, o banco BV obteve autorização do Bacen para instalação de uma agência em Luxemburgo (Nota 2d).

⁽²⁾ Inclui variação cambial.

b) Cobertura de seguros

O Conglomerado adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Seguros vigentes

Riscos cobertos	30.06.2023		31.12.2022	
	Valores cobertos	Valor do prêmio	Valores cobertos	Valor do prêmio
Banco				
Seguro garantia – Fiança para processos judiciais	1.129.433	8.026	1.318.648	8.200
Seguro imobiliário para imóveis em uso de terceiros relevantes	117.300	36	117.300	36
Seguro cibernético	100.000	2.986	100.000	2.986
Consolidado				
Seguro garantia – Fiança para processos judiciais	1.335.724	9.351	1.834.684	10.052
Seguro imobiliário para imóveis em uso de terceiros relevantes	117.300	36	117.300	36
Seguro cibernético	100.000	2.986	100.000	2.986

c) Acordos para compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional

Foram firmados acordos para compensação e liquidação de operações ativas e passivas ao amparo da Resolução CMN nº 3.263/2005, cujo objetivo é permitir a compensação de créditos e débitos mantidos com uma mesma contraparte, onde os vencimentos dos direitos e obrigações podem ser antecipados para a data em que ocorrer o evento de inadimplência por uma das partes ou em caso de falência do devedor.

d) Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes das atividades de financiamento

Banco e Consolidado	Passivos			Patrimônio líquido		Total
	Obrigações por dívidas subordinadas	Instrumentos de dívidas elegíveis à capital	Dividendos e juros sobre capital próprio	Capital social	Reservas de capital e de lucros ⁽¹⁾	
Saldo em 31.12.2022	53.864	2.613.770	271.700	8.480.372	4.320.987	15.740.693
Recursos provenientes da destinação de resultado	-	-	-	-	28.166	28.166
Variações com efeito de caixa	(60.076)	(279.926)	(93.600)	-	-	(433.602)
Juros sobre capital próprio a pagos ⁽²⁾	-	-	(93.600)	-	-	(93.600)
Liquidação	(60.076)	(426.426)	-	-	-	(486.502)
Recursos provenientes de novas captações	-	146.500	-	-	-	146.500
Variações sem efeito de caixa	6.212	189.343	323.000	-	(83.745)	434.810
Despesas com juros	6.212	189.343	-	-	-	195.555
Juros sobre capital próprio a pagar ⁽²⁾	-	-	323.000	-	(83.745)	239.255
Saldo em 30.06.2023	-	2.523.187	501.100	8.480.372	4.265.408	15.770.067

Banco e Consolidado	Passivos			Patrimônio líquido		Total
	Obrigações por dívidas subordinadas	Instrumentos de dívidas elegíveis à capital	Dividendos e juros sobre capital próprio	Capital social	Reservas de capital e de lucros ⁽¹⁾	
Saldo em 31.12.2021	93.651	3.494.796	595.000	8.130.372	3.327.752	15.641.571
Recursos provenientes da destinação de resultado	-	-	-	-	41.634	41.634
Variações com efeito de caixa	(50.373)	12.355	(245.000)	-	-	(283.018)
Juros sobre capital próprio pagos ⁽²⁾	-	-	(245.000)	-	-	(245.000)
Liquidação	-	(249.277)	-	-	-	(249.277)
Transferências	(250.473)	250.473	-	-	-	-
Recursos provenientes de novas captações	200.100	-	-	-	-	200.100
Impostos e taxas	-	11.159	-	-	-	11.159
Variações sem efeito de caixa	6.779	81.405	(205.933)	350.000	-	232.251
Transferências	-	-	(350.000)	350.000	-	-
Despesas com juros	6.779	184.155	-	-	-	190.934
Variação cambial	-	(102.750)	-	-	-	(102.750)
Juros sobre capital próprio declarados a pagar ⁽²⁾	-	-	144.067	-	-	144.067
Saldo em 30.06.2022	50.057	3.588.556	144.067	8.480.372	3.369.386	15.632.438

⁽¹⁾ Refere-se ao saldo de reservas de capital e de lucros do Banco Votorantim. Não inclui o lucro do período registrado em lucros acumulados.

⁽²⁾ Valor líquido de impostos.

e) Administração e gestão de recursos de terceiros

Posição dos fundos de investimentos que estão sob gestão e/ou são administrados pela BV Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ⁽¹⁾:

	Quantidade de fundos/carteiras		Saldo	
	30.06.2023	31.12.2022	30.06.2023	31.12.2022
Fundos de investimentos e carteiras administradas	-	192	-	47.821.997

⁽¹⁾ Em agosto de 2022, o banco BV firmou parceria estratégica com o Banco Bradesco, o qual, por meio de uma de suas controladas, adquire 51% do capital da BV DTVM. Em fevereiro de 2023, com a conclusão da transação, a Companhia deixou de ser controlada, passando para a condição de coligada e em consequência deixou de ser consolidada. Por consequência, os montantes de recursos de terceiros sob administração da BV DTVM, passaram a compor a posição do Banco Bradesco (nota 2d).

f) Aliança estratégica e celebração de memorando de entendimento com a Méliuz

Em 08 de março de 2023, após cumpridas todas as condições precedentes aplicáveis e atos do fechamento previstos no Contrato de Compra e Venda, o BV e a Méliuz concretizaram a aliança estratégica anunciada em 30 de dezembro de 2022, contemplando:

- Acordo comercial para oferta de produtos e serviços financeiros BV para clientes Méliuz; e
- Aquisição de participação acionária de 3,85% no Méliuz e opção de compra da totalidade das ações de determinados acionistas.

Com relação à aquisição de controle de Bankly, em 2 de junho de 2023, no âmbito da aliança estratégica firmada com a Méliuz S.A., foi assinado o Acordo de Investimento definitivo para aquisição de 100% das ações da Acesso Soluções de Pagamento S.A. (Bankly) e de até 100% das ações da Acessopar Investimentos e Participações S.A. (Acessopar, *holding* da Bankly), por intermédio de sua controlada, o Banco BV S.A. A efetivação desta operação e os respectivos efeitos contábeis estão sujeitos a determinadas condições precedentes (incluindo aprovações de órgãos regulatórios).

33. EVENTOS SUBSEQUENTES
a) Cessões de crédito
Cessões de crédito sem coobrigação de operações ativas

Em julho de 2023, o banco BV realizou cessões de crédito sem coobrigação com retenção substancial de riscos e benefícios com entidade controlada no montante de R\$ 94.987.

Cessões de crédito sem coobrigação anteriormente baixados como prejuízo

Em julho de 2023, o banco BV realizou cessões de crédito sem coobrigação de créditos anteriormente baixados como prejuízo com terceiros no montante de R\$ 716.672.